



UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACULTAD DE CIENCIAS POLÍTICAS, JURÍDICAS Y DE
LA COMUNICACIÓN
MAESTRÍA EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN

**A FORMAÇÃO ACADÊMICA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
PARA QUE ESTA SEJA INSERIDA NO MERCADO DE TRABALHO:
UM ESTUDO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO COLÉGIO
ESTADUAL FELISMINA CARDOSO BATISTA**

Alda Lucia Souza Lopes da Silva

Asunción, Paraguay

2018

Alda Lucia Souza Lopes da Silva

**A FORMAÇÃO ACADÊMICA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
PARA QUE ESTA SEJA INSERIDA NO MERCADO DE TRABALHO:
UM ESTUDO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO COLÉGIO
ESTADUAL FELISMINA CARDOSO BATISTA.**

Dissertação apresentada a Universidade
autônoma de Asunción/PY, como parte dos
requisitos para obtenção do Título de Mestre em
Ciências da Educação, sob a orientação do
Professor Dr. Luís Ortiz Jiménez

Asunción, Paraguay

2018

Silva, Alda Lucia S. L. da.

A formação acadêmica de pessoas com deficiência para que esta seja inserida no mercado de trabalho: um estudo da educação inclusiva no Colégio Estadual Felismina Cardoso Batista.

Orientador: Dr. Luís Ortiz Jiménez

Asunción (Paraguay): Universidad Autónoma de Asunción, 2018.

Dissertação acadêmica de Mestrado em Ciências da Educação

Palavras Chave: Inclusão. Formação. Mercado de trabalho. Pessoas com deficiência.

TERMO DE APROVAÇÃO

Alda Lucia Souza Lopes da Silva

A FORMAÇÃO ACADÊMICA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA PARA QUE ESTA SEJA
INSERIDA NO MERCADO DE TRABALHO: UM ESTUDO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA
NO COLÉGIO ESTADUAL FELISMINA CARDOSO BATISTA

Esta tesis fue evaluada y aprobada para la obtención del título de Máster em Ciências de la Educación,
po la Universidad Autónoma de Asunción – UAA

Asunción, Paraguay ____ de _____ 2018

DEDICATÓRIA

A todos os alunos com deficiência, seus familiares, educadores, pesquisadores e demais profissionais envolvidos na educação inclusiva que buscam novos conhecimentos e ações que transformam as escolas brasileiras.

AGRADECIMENTOS

A Deus, sempre e em primeiro lugar, “O Senhor é o meu pastor e nada me faltará” (SALMO, 21).

Ao meu orientador professor Dr. Luís Ortiz Jiménez, pela paciência, dedicação e competência na orientação. Os seus ensinamentos me tornou uma pessoa melhor no conhecimento científico, na dedicação do que me proponho a fazer e também me encorajou na busca dos meus sonhos.

Aos meus filhos, que me encorajaram a continuar crescendo na vida acadêmica. Por eles enfrentei mais essa jornada na minha vida, porque tenho a concepção de que os exemplos ensinam mais que os conselhos.

A minha mãe e minhas irmãs, que me encorajaram e motivaram a não desistir dos meus sonhos, até mesmo nos momentos difíceis de saúde da minha mãe, tive que deixá-las.

Aos meus colegas de trabalho e de estudo. Em especial ao Jorge Arvei e Jorgiano que foram os mentores desta ideia de crescimento acadêmico. Também pela paciência, cuidado e proteção que tiveram comigo quando estávamos estudando em outro país.

A todos os participantes dessa pesquisa, alunos, pais, comerciantes, professores, gestores, coordenadoras, professora de recurso e demais profissionais da escola, que me oportunizaram a realização desse trabalho respondendo aos questionários.

Aos meus colegas de mestrado, pela amizade que ficou desde o primeiro dia de aula. As redes sociais nos aproximam fazendo esquecer a distância que existe entre os diferentes países e as federações brasileiras.

As minhas colegas de trabalho que já são mestras, Júnia Januário, Leiva Marcia e Ana Gisele, que me incentivaram a estudar e contribuíram na escrita desse trabalho.

A verdadeira deficiência é aquela que prende o ser humano por dentro e não por fora, pois até os incapacitados de andar podem ser livres para voar.

SUMÁRIO

Lista de siglas.....	ix
Lista de figuras.....	xi
Resumo.....	xiii
Resumen.....	xiv
INTRODUÇÃO.....	1
SOBRE A METODOLOGIA DO ESTUDO	4
I) MARCO TEÓRICO	9
1. EDUCAÇÃO INCLUSIVA: PRINCÍPIOS LEGAIS	10
1.1 Inclusão social: conceitos fundamentais.....	10
1.2 Breve histórico da inclusão social no Brasil.....	13
1.2.1 Início da escolarização da pessoa com deficiência.....	15
1.3 A deficiência física associada a mental e a escolarização: Pressupostos	20
2. PRÁTICAS PEDAGÓGICAS FRENTE AO PROCESSO INCLUSIVO, OS AVANÇOS E AS DIFICULDADES DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS INCLUSIVA NO BRASIL E NO ESTADO DE GOIÁS.	23
2.1 A formação de professores na contemporaneidade	23
2.1.1 Formação continuada de professores.....	25
2.2 Os avanços das políticas educacionais inclusiva no Brasil	31
2.3 As políticas educacionais inclusiva no Estado de Goiás.	34
2.3.1 Equipe multiprofissional do Estado de Goiás.....	36
2.4 Centros e núcleos de suporte na perspectiva inclusiva do Estado de Goiás.....	36
2.5 Acessibilidade, fator fundamental no processo de inclusão escolar e social.....	41
2.5.1 As tecnologias de informação e comunicação – TIC, no processo inclusivo.....	42
2.6 Tecnologia assistiva (TA), no processo de inclusão.....	44
2.6.1 Modelos de tecnologia assistiva – Auxílio para a vida educativa/ e diária	45
3. A INSERÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO, COTAS REGULAMENTADAS EM LEI	48

3.1 Conceito da pessoa com deficiência para a Lei de cotas	49
II) PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	51
4. PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS.....	52
4.1 O Problema da Pesquisa	52
4.2 Objetivos: geral e específicos	54
4.2.1 Objetivo geral	54
4.2.2 Objetivos específicos	54
4.3 Enfoque e desenho da pesquisa	54
4.4 Marco contextual da pesquisa.....	55
4. 6 Técnica utilizadas na pesquisa.....	61
4.6.1 Observação	63
4.6.2. Análise documental	65
4.6.3. Entrevistas.	66
4.6.4 Validação dos instrumentos.....	68
4.7 Processos da pesquisa.....	68
4.7.1 Questões éticas	69
III) DADOS E CLONCLUSÕES	70
5. ANALISE E DISCUSSÃO DAS INFORMAÇÕES.....	71
5.1 Análise e resultado da observação.....	71
5.2 Resultado da análise das entrevistas	74
CONCLUÇÕES.....	91
SUGESTÕES.....	95
REFERÊNCIAS	96
APÊNDICES	100
ANEXOS.....	113
ENTREVISTA COM GESTOR ESCOLAR.....	115
ENTREVISTA COM EMPRESÁRIOS E SECRETÁRIOS MUNICIPAIS	116
ENTREVISTA COM PROFESSOR DE APOIO E DE RECURSO.....	117

ENTREVISTA COM OS PROFESSORES 118

LISTA DE SIGLAS

NOMES	SIGLAS
Antes de Cristo.....	a. C.
Artigo.....	Art.
Atendimento Educacional Especializado.....	AEE
Centro de Apoio Pedagógico para as pessoas com Deficiência Visual.....	CAP
Centro de Capacitação de Profissionais da Educação.....	CAS
Centro de Ensino Tecnológico de Brasília.....	CETEB
Centro Nacional de Educação Especial.....	CENESP
Comitê de Ajudas Técnicas.....	CAT
Companhia de Saneamento de Goiás.....	SANEAGO
Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência.....	CONADE
Coordenação Regional de Educação, Cultura e Esporte.....	CRECE
Declaração dos Direitos Humanos.....	DDH
Deficiência Auditiva.....	DA
Deficiência Auditiva.....	DA
Deficiência Intelectual.....	DI
Deficiência Intelectual.....	DI
Departamento Estadual de Transito.....	DETRAN
Diário Oficial da União.....	DOU
e de atendimento as Pessoas com Surdez.....	CAS
Estatuto da Criança e do Adolescente.....	ECA
Goiás.....	GO
Instituto Benjamin Constant.....	IBC
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.....	IBGE

Instituto Nacional da Educação dos Surdos.....	INES
Instituto Nacional de Seguridade Social.....	INSS
Lei de Diretrizes e Basil.....	LDB
Línguas Brasileiras de Sinais.....	LIBRAS
Necessidade Educacionais Especiais.....	NEE
Núcleo de Atividades de Altas Habilidades e Superlotação.....	NAAH/S
Núcleos de Atividades de Altas Habilidades/Superlotação.....	NAAH
Número.....	N.
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.....	UNESCO
Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.....	OCDE
Pesquisa Nacional de Saúde.....	PNS
Plano Nacional de Desenvolvimento.....	PDE
Primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais.....	APAE
Projeto Político Pedagógico.....	PPP
Relação Anual de Informações Sociais.....	RAIS
Sala de Recursos Multifuncional.....	SEM
Secretaria de Direitos Humanos.....	SEDH
Secretaria de Educação do Estado.....	SEE
Secretaria de Estadual de Educação, Cultura e Esporte.....	SEDUCE
Tecnologia Assistida.....	TA
Tecnologia Assistiva.....	TA
Tecnologias da Informação e Comunicação.....	TIC
Tocantins.....	TO
Transtorno de Deficit de Atenção com Hiperatividade.....	TDAH
Transtorno de Deficit de Atenção.....	TDH

LISTA DE FIGURAS

- FIGURA Nº 01** - Deficiências mais comuns apresentadas por alunos que frequentam as escolas.
- FIGURA Nº 02** - A Pedagogia retratada por alguns autores.
- FIGURA Nº 03** – Avanços da legislação brasileira na perspectiva inclusiva.
- FIGURA Nº 04** – Centro de apoio a inclusão no estado de Goiás.
- FIGURA Nº 05** - Atendimento na clínica de reabilitação, promoção aos associados e comunidade.
- FIGURA Nº 06** - Atendimento social, melhoria na qualidade de vida da pessoa com deficiência.
- FIGURA Nº 07** - Departamento de seleção, inclusão social e profissional da pessoa com deficiência.
- FIGURA Nº 08** - Esporte, reconhecimento de seus valores das pessoas com deficiência
- FIGURA Nº 09** - Cultura, trabalhos artísticos de pessoas com deficiência.
- FIGURA Nº 10** - Órteses para digitação, acionadores diversos.
- FIGURA Nº 11** – Adaptação de Hardware.
- FIGURA Nº 12** – Software especiais de acessibilidade.
- FIGURA Nº 13** - Fluxograma como proposta de uso de Tecnologia Assistiva.
- FIGURA Nº 14**- % de cotas para inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho.
- FIGURA Nº 15** – Foto panorâmica da cidade de Campos Belos-GO com relação ao Brasil.
- FIGURA Nº 16** - Faixada da unidade educacional pesquisada.
- FIGURA Nº 17** - Estrutura interna da escola.
- FIGURA Nº 18** - Alunos com deficiência realizando atividades escolares.
- FIGURA Nº 19** - Professora de recurso e de apoio realizando planejamentos de aulas.
- FIGURA Nº 20** - Perfil dos profissionais da escola pesquisada.
- FIGURA Nº 21** - Empresas e Instituições envolvidas na pesquisa.
- FIGURA Nº 22** - Técnicas e fontes da pesquisa.
- FIGURA Nº 23** - Cursos oferecidos pelo Ministério da Educação e Secretaria Estadual de Educação de Goiás.

FIGURA Nº 24 – Professores regentes de sala de aula com cursos de formação continuada.

FIGURA Nº 25 - Professores da área de inclusão e coordenadores com curso de formação continuada.

FIGURA Nº 26 – Número de alunos com deficiência e suas respectivas modalidades de ensino.

FIGURA Nº 27 Número de alunos e respectivas deficiências.

RESUMO

O presente estudo teve por objetivo analisar a educação inclusiva do Colégio Estadual Felismina Cardoso Batista, localizado no município de Campos Belos – Goiás, especificamente no tocante a Formação Acadêmica de Pessoas com Deficiência para que esta seja Inserida no Mercado de Trabalho. A educação é um direito assegurado na Constituição Federal brasileira para todos os alunos, que deve ser assegurada pelas redes de ensino, sem nenhum tipo de distinção. A problemática fundamentou-se em analisar se as práticas pedagógicas utilizadas para atender aos educandos com deficiência contribuem na formação dos mesmos para que estes sejam inseridos no mercado de trabalho. Para realização dessa pesquisa contamos com a contribuição de vários teóricos como: Sassaki (1999); Mantoan (2012 e 2015); Miranda (2012) e de outros estudiosos que defendem a inclusão na mesma perspectiva abordada nesta investigação. A metodologia utilizada na presente pesquisa foi de cunho qualitativo e caráter exploratório com enfoque descritivo, pois este tipo de pesquisa permite maior riqueza interpretativa dos dados. Teve como lócus principal a escola supracitada representada pelos professores regentes de sala de aula, coordenadores, gestor e professores ligados diretamente à educação inclusiva. Também contribuiu com essa pesquisa os Secretários Municipais de Educação e de Saúde e três empresários do município de Campos Belos – Goiás, pois a temática aborda o contexto de mercado de trabalho e estes órgãos e empresas empregam um número significativo de pessoas. Sendo assim foi aplicado técnicas e instrumentos que pudesse responder aos objetivos e ao problema desse estudo, para isso fez-se uso de análise documental, observação simples e entrevistas, como estratégia de coletas das informações. Os resultados obtidos apontam para a necessidade de uma organização nas ações de formação continuada dos professores, principalmente no que tange a aplicação de práticas pedagógicas diferenciadas que possam de fato favorecer a aprendizagem dos educandos com deficiência. Apesar dos professores acreditarem na inclusão, contata-se que são inseguros com relação a essa abordagem. Outro ponto que foi possível detectar no final dessa investigação é que as empresas e as instituições desse município ainda não se sentem preparadas e nem apresentam credibilidade para oferecer uma oportunidade de emprego aos educandos oriundos das escolas públicas.

Palavras-chave: Inclusão. Formação. Mercado de trabalho. Pessoas com deficiência.

RESUMEN

El presente estudio tuvo por objetivo analizar la educación inclusiva del Colegio Estadual Felismina Cardoso Batista, ubicado en el municipio de Campos Belos - Goiás, específicamente en lo que se refiere a la Formación Académica de Personas con Discapacitación para que ésta sea Inserida en el Mercado de Trabajo. La educación es un derecho asegurado en la Constitución Federal brasileña para todos los alumnos, que debe ser asegurada por las redes de enseñanza, sin ningún tipo de distinción. La problemática se basó en analizar si las prácticas pedagógicas utilizadas para atender a los educandos con discapacidad contribuyen en la formación de los mismos para que éstos sean insertados en el mercado de trabajo. Para realizar esta investigación contamos con la contribución de varios teóricos como: Sassaki; Mantoan; Miranda y otros estudiosos que defienden la inclusión en la misma perspectiva abordada en esta investigación. La metodología utilizada en la presente investigación fue de cuño cualitativo y carácter exploratorio con enfoque descriptivo, pues este tipo de investigación permite mayor riqueza interpretativa de los datos. En los últimos años, la mayoría de las personas que viven en el país, También contribuyó con esa investigación a los Secretarios Municipales de Educación y de Salud y tres empresarios del municipio de Campos Belos - Goiás, pues la temática aborda el contexto de mercado de trabajo y estos órganos y empresas emplean un número significativo de personas. Siendo así se aplicaron técnicas e instrumentos que pudieran responder a los objetivos y al problema de este estudio, para ello se hizo uso de análisis documental, observación simple y entrevistas, como estrategia de recolección de las informaciones. Los resultados obtenidos apuntan a la necesidad de una organización en las acciones de formación continuada de los profesores, principalmente en lo que se refiere a la aplicación de prácticas pedagógicas diferenciadas que puedan de hecho favorecer el aprendizaje de los educandos con discapacidad. A pesar de que los profesores creen en la inclusión, se entera que son inseguros con respecto a este enfoque. Otro punto que fue posible detectar al final de esta investigación es que las empresas y las instituciones de ese municipio aún no se sienten preparadas y no tienen credibilidad para ofrecer una oportunidad de empleo a los educandos oriundos de las escuelas públicas.

Palabras clave: Inclusión. Entrenamiento. Mercado de trabajo. Personas con deficie

INTRODUÇÃO

Essa pesquisa centra-se em analisar se a educação inclusiva do Colégio Estadual Felismina Cardoso Batista, situado na cidade de Campos Belos – Goiás- Brasil, contribui na formação dos alunos com deficiência para que estes sejam inseridos no mercado de trabalho. A intenção de investigar esse processo se dá pelo fato de ter trabalhado com a educação inclusiva durante alguns anos e por ter conhecimento que Unidade Educacional campo já atende educandos com deficiência desde o ano 1988, tornando-se escola referência na região. Outro motivo que impulsiona a pesquisa é saber que alguns alunos já concluíram o ensino médio, porém não se tem conhecimento se esses alunos estão inseridos no mercado de trabalho.

Este município faz parte do Nordeste Goiano e também faz divisa com Sudeste do Tocantins, tendo como vizinhas as cidades de Arraias – Tocantins e Novo Alegre - TO. Apesar de ser uma Região composta por várias cidades circunvizinhas, ela tem como referência a cidade de Campos Belos, por ser a cidade central da região com maior força econômica comercial e que possibilita maior oportunidade de estudo e de trabalho aos seus habitantes e os das cidades ao seu redor.

Dado a relevância de chegar a uma conclusão, optamos por realizar esta pesquisa através de estudo de caso, fazer uma análise da realidade e do cotidiano das atividades pedagógicas aplicadas aos alunos que tem deficiência, buscando explorar por diversos ângulos o fenômeno estudado. Para isso pretendemos averiguar o conhecimento dos professores participante com relação a legislação inclusiva; o envolvimento da equipe gestora nos projetos e programas desenvolvidos na concepção inclusiva; a utilização e existência de materiais didáticos pedagógicos na prática docente; os recursos tecnológicos que contribui na aprendizagem e a da abordagem metodológica que suscita nos alunos com deficiência o ingresso no mercado de trabalho.

Os focos supracitados norteiam a pesquisa, que será fundamenta em estudos teóricos de autores que abordam o assunto da inclusão social e escolar. Pretendemos fazer um paralelo com a legislação vigente que asseguram os direitos das pessoas com deficiência e a real situação de avanços e dificuldades ainda enfrentadas na instituição pública de ensino, através da análise profunda da realidade da escola com relação ao processo de inclusão. Neste trabalho estão em evidência os indivíduos (alunos) com deficiências mais duradouras

ou inatas, como a deficiência intelectual, física, mental ou sensorial e também analisar o trabalho realizado pela equipe escolar.

Pessoa com deficiência é aquela que apresenta em caráter temporário ou permanente, significativas diferenças físicas, sensoriais ou intelectuais, decorrente de fatores inatos ou adquiridos, as quais acarretam dificuldades em sua interação com o meio social, necessitando por isso de recursos especializados para desenvolver seu potencial e superar ou minimizar suas dificuldades. As pessoas com deficiência sempre encontraram obstáculos para estarem ou serem envolvidas, de fato, no contexto social, as práticas regulares que a sociedade recorre e exige dificultam e distanciam a aceitação das pessoas que tem algum tipo de limitação. Por esse motivo, quando se fala em mercado de trabalho para as pessoas com algum tipo de deficiência, ainda é um tema bastante polêmico, porque atualmente esse processo ainda é de adaptação e aceitação, não havendo perspectivas para todos, pois o mundo do trabalho solicita qualificação profissional em quase todos os setores.

Embora a consciência de inclusão social vem se ampliando de modo significativo, a inserção da pessoas com deficiência no mercado de trabalho ainda não adquiriu o “status” de questão nacional premente e de item prioritário na agenda política de igualdade para todos. Seja dos poderes públicos, das elites, das famílias e dos vários segmentos sociais. Esse fator está associado aos obstáculos próprios do Sistema Educacional brasileiro, na falta de investimento nos vários seguimentos educacionais, (estrutura arquitetônica, processual e conceitual), cujas características comprometem o desempenho, insucesso e avanços nos níveis de aprendizagem e de atendimentos educativos.

O arquivo aberto sobre educação inclusiva, material para gerentes e administradores, ressalta que:

[...] a educação básica não consiste simplesmente em oferecer vagas escolares a todos àqueles que já pode ter acesso a elas. Trata-se, antes, de empreender uma postura ativa na identificação de barreiras que alguns grupos encontram na busca de oportunidades educacionais. Trata-se, também, de identificar todos os recursos disponíveis em nível municipal e comunitário e utiliza-los para ultrapassar essas barreiras. (UNESCO s/d p. 16)

Em uma análise retrospectiva sobre a pessoa com deficiência verifica-se que a sua participação no meio social e educativo acompanha a evolução histórica da conquista dos direitos humanos. Nas discussões a esse respeito, que duram séculos, as pessoas com deficiência sempre foram percebidas como seres distintos vivendo às margens dos grupos

sociais. Mas à medida que a dignidade do homem, seu direito a igualdade de oportunidades e participação na sociedade passaram a inquietar inúmeros pensadores, essa ideia de rejeição começou a mudar. Hoje, buscam-se espaços organizados a partir dos movimentos governamentais e da sociedade civil, para a inclusão. As instituições de ensino assumem cada vez mais a importância de atender as crescentes exigências de uma sociedade em processo de renovação, uma sociedade que se preocupa com o outro, solidária e justa

Visando combater as formas evidentes de preconceitos no meio social, educacional e cultural em relação a pessoa com deficiência, a Constituição Federal de 1988 no art. 208 inseriu no contexto das discursões, à integração de pessoas com deficiência, abordando seus respectivos direitos e deveres de participação e contribuição social (Gerir¹ 2004 p. 23)

Diante dos questionamentos abordados pretendemos pesquisar sobre a educação inclusiva do Colégio Estadual Felismina Cardoso Batista. Por isso, intitulamos esse trabalho de pesquisa como: “A contribuição da formação acadêmica de pessoas com deficiência para que esta seja inserida no mercado de trabalho: um estudo da educação inclusiva do Colégio Estadual Felismina Cardoso Batista”. Como forma de responder essa abordagem central da investigação faz-se o seguinte questionamento: as práticas pedagógicas utilizadas para atender aos alunos com deficiência contribuem na formação dos mesmos para que estes sejam inseridos no mercado de trabalho?

Para chegar à conclusão da pesquisa, apreenderemos do objetivo geral, que é: Analisar se a Educação Inclusiva do Colégio Felismina Cardoso Batista contribui na formação dos alunos com deficiência, para que estes sejam inseridos no mercado de trabalho, e os objetivos específicos são:

- Identificar se a instituição educacional trabalha com práticas pedagógicas diferenciadas que contribui na formação dos alunos com deficiência.
- Identificar se os professores possuem formação continuada para atender as perspectiva de uma escola inclusiva.
- Identificar as possibilidades e dificuldades que os empresários enfrentam para empregar pessoas que tem deficiência.

¹- O Instituto de Gestão em Saúde/GERIR é uma associação civil sem fins lucrativos, pessoa jurídica de direito privado, filantrópica, dirigida ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura, à assistência social e especialmente à saúde.

SOBRE A METODOLOGIA DO ESTUDO

Para responder aos nossos anseios de modo satisfatório, utilizamos uma abordagem metodológica qualitativa buscando compreender e interpretar a relação existente entre a variável interação social dos alunos com deficiência e as práticas metodológicas utilizadas pela unidade educacional. A pesquisa apresenta caráter descritivo, porque descreveremos características de uma determinada população, que são os alunos com deficiência e a sua relação com estudo de qualidade que possa lhe proporcionar, de fato, uma interação no mundo laboral, determinando assim a natureza da relação entre as variáveis do estudo.

Pretendemos conhecer a estrutura física do Colégio Estadual Felismina Cardoso Batista, para observar a existência de rampas com corrimão, alargamentos das portas das salas de aula, banheiros adaptados com suporte de segurança, piso, ala de recreação e outros acessórios que favorece a locomoção de alunos com deficiência. Também, observar a sala multifuncional e a disponibilidade de recursos tecnológicos e pedagógicos.

Os instrumentos utilizados na sondagem da pesquisa são aplicados a toda população escolar, questionários e entrevista com perguntas abertas para: diretora, coordenadores pedagógicos, professores regentes, professores de apoio, e professor de recurso, pois esses profissionais estão diretamente envolvidos com o currículo e com o planejamento das aulas. Nestes instrumentos foram abordadas questões inerentes ao processo inclusivo, como: formação de professores, preparação para trabalho com alunos com deficiência, metodologias utilizadas nas aulas, utilização de materiais didáticos e tecnológicos, projeto político pedagógico e outros questionamentos que nos levam a observar as atividades realizadas dentro da escola.

Tão importante quanto realizar essa sondagem na escola, também sentimos a necessidade de entrevistar três empresários e os Secretários Municipais de Educação e de Saúde deste município, pois esta pesquisa aborda também a inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Na entrevista deste seguimento interessamos saber se estas empresas/instituições têm pessoas com deficiência em seu quadro de trabalho, saber qual a formação escolar dessas pessoas, como elas são vistas pelos demais funcionários, qual a credibilidade no trabalho realizado e a credibilidade na formação acadêmica das mesmas. Na sequência, de posse dos resultados das técnicas e instrumentos utilizados pretendemos agrupar as informações em categorias para melhor chegar a conclusão dos objetivos propostos.

Esta pesquisa está embasada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº 9.394/96, que normatiza a Educação Inclusiva por meio do artigo 04, onde diz que o *“atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, será feito preferencialmente na rede regular de ensino”*, e no artigo 58 que diz *“entende-se por Educação Especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida, preferencialmente na rede de ensino, para portadores de necessidades especiais”*, as questões de inclusão social e escolar é fato relativamente polêmico, muito se fala em educação inclusiva, porém as reais aparências de seu funcionamento como rege a LDBEN ainda é de dificuldades para os professores que atuam na área e para os alunos com deficiência, nos quesitos que dizem respeito à adaptação física e pedagógica. Para os professores, nos quesitos de formação continuada que contribuem no planejamento das aulas com práticas diferenciadas e utilização de equipamentos pedagógicos e tecnológicos. Para os alunos, nos quesitos de adaptação física da escola e apoio pedagógico eficaz e eficiente.

Este trabalho está dividido em quatro momentos principais (introdução; embasamentos teóricos e métodos; resultados e discussões), distribuídos em três capítulos.

O primeiro capítulo está subdividido em três partes, intitulado: 1. - Educação Inclusiva: princípios legais, introdução sobre o assunto que será apresentado nas sessões subsequentes. 1.1 - Inclusão social: conceitos fundamentais. Trata-se da terminologia utilizada para se referir a pessoa com deficiência, apontando os obstáculos para sua aceitação e participação na sociedade; 1.2. “Breve histórico da inclusão social no Brasil” e 1.2.1 - “Início da escolarização da pessoa com deficiência”, nestas seções tratamos dos estágios de desenvolvimento de atitudes em relação às pessoas com deficiência, ressaltando as questões de aceitação dessas pessoas, desde os primórdios em diferentes sociedades, apontando a evolução histórica da conquista e dos direitos humanos no âmbito social e escolar, abordando os movimentos sociais que contribuíram para este avanço; 1.3. “A deficiência física associada com a mental e a escolarização – Pressupostos”, nesta seção abordamos alguns pressupostos relacionados aos conteúdos, metodologias e qualidade cognitiva dos alunos no processo de aprendizagem numa escola que inclua a todos, abordamos os avanços conquistados desde a integração a inclusão escolar, retratando as deficiências mais apresentadas pelos alunos nas escolas públicas e relatos de alguns estudiosos onde relacionam a dificuldade física com a mental. Para essas abordagens nos apropriamos de livros, bases legais, artigos, dissertações e documentos históricos de estudiosos no assunto. No embasamento teórico nos apreendemos na Constituição Federal (1988), Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (Resolução nº 2.344,

2010), Farias, (1999), Sasaki (1999), Carvalho (1997), Gugel (2007), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2013), Conferencia Mundial de Salamanca (1994), Declaração de Jomtien (UNESCO, 1998), LDBEN nº 9394/96, Mantoan (2012 e 2015), Miranda (2012), Cesar Coll (2004 e 2008), UNESCO (1994), Libâneo (2001),

O segundo capítulo está dividido em duas partes, intitulado: 2. - Práticas pedagógicas frente ao processo inclusivo, os avanços e as dificuldades das práticas educacionais inclusivas no Brasil e no estado de Goiás. Refere-se ao estudo teórico de livros, Leis, decretos, dissertações e artigos de estudiosos sobre o assunto, onde demonstram nas sessões subsequentes as dificuldades que os professores enfrentam no seu planejamento diário. Seção 2.1. A formação de professores na contemporaneidade e 2.1.1 - Formação continuada dos professores, elencamos os avanços e as dificuldades enfrentadas pelos professores nos quesitos que dizem respeito a sua formação e preparação para o enfrentamento no trabalho com alunos com deficiência, um processo que ainda está caminhando a passos lentos. Na seção 2.2- Avanço da política da educação inclusiva no Brasil e na seção 2.3 - A política da educação inclusiva no Estado de Goiás, buscamos nos apropriar das conquistas e das dificuldades percorrida por cada uma dessas visões governamentais. Na seção 2.3.1. Equipe Multifuncional do Estado de Goiás, abordamos o perfil e as atribuições desses funcionários no âmbito educacional. 2. 4 – Centro e Núcleos de suporte, na perspectiva inclusiva no estado de Goiás. Nesta sessão apresentamos alguns centros e núcleos de atendimento ao deficiente no estado de Goiás, apresentando alguns trabalhos realizados por essas instituições. Na seção 2.5 – Acessibilidade, fator fundamental no processo de inclusão escolar e social, abordamos sobre a importância desse processo na vida das pessoas com deficiência, relatamos o quanto esse assunto ainda é fragilizado para as pessoas que necessitam dele. Na sequência 2.5.1 – As tecnologias de informação e comunicação – TIC, no processo inclusivo e 2.6 – Tecnologia assistiva (TA), no processo de inclusão, dois assuntos que não podemos deixar de mencionar, procuramos relatar nestes temas opiniões de estudiosos que retratam a importância da tecnologia no âmbito escolar e o quanto ela está presente no nosso dia a dia contribuindo na melhoria do ensino e na aprendizagem. Para finalizar esse capítulo a seção 2.6.1 – Modelos de tecnologia assistiva – auxílio para a vida educativa/diária, embasados nos estudiosos sobre esse assunto, abordamos a contribuição e evolução de modelos de materiais e produtos relacionados às TAs, apresentando algumas imagens dos modelos de Adaptações físicas ou órteses, Adaptações de hardware e Adaptações softwares.

Neste capítulo buscamos embasamento e fundamentação nos teóricos: Cristiane T. Sampaio e Sonia R. Sampaio (2009), Marina Graziela Feldmann (2009), Libâneo (2001 e 2003), César Coll (2004), Marchesi (2008), Martins (2009), Grispino (2004), Magalhaes (2004), Freitas (2000), Freire (2007), Oliveira (1998), Fávero (2009). Também fizemos uma revisão dos dispositivos legais nacionais como: LDBEN N° 9394 (1996), IBC Rio de Janeiro (1854), INES Rio de Janeiro (1857), Instituto Pestalozze (1926 e 1945), APAE (1954), LDBEN N° 4.024 (1971), MEC (1973), Constituição Federal (1988), Instituto da Criança e do Adolescente (1990), Declaração Mundial de Educação para Todos (1990), Declaração de Salamanca (1994), Política Nacional da Educação Especial (1994), Decreto N° 3.298 (199), Convenção de Guatemala (1999), Resolução CNE/CEB (2001), Lei N° 10.436 (2002) que dispõe sobre LIBRAS, Portaria N° 2.678 (2002), MEC (2003), Ministério Público Federal (2004), Decreto N° 5.296 (2004), Decreto N° 5.626 (2005), Núcleos de Atividades de Atlas Habilidades/Superlotação (2005), Convenção sobre os Direitos das pessoas com Deficiência (2006), UNESCO (2006), Plano Nacional de Desenvolvimento – Brasil (2007), Decreto N° 6.094 (2007), MEC (1998), Sassaki (1999), Osmar Fávero (*et al*, 2009), Plano Nacional de Educação (PNE), que estabelecem nas Diretrizes Nacionais, Diretrizes Operacionais da Rede Pública Estadual de Ensino de Goiás, Decreto n° 3.298/99 art. N° 43, Revista do Direito da Cidade, Luiz Alberto David Araújo (*et al*, 2016), Giroto (2012), Comitê de Ajudas Técnicas (CAT), Bersch (2013),_Revista Espacios (2016). O compromisso de todos pela educação, a garantia do acesso e permanência no ensino regular e o atendimento as necessidades especiais dos alunos firmados no Plano de Desenvolvimento Educacional de todas as Instituições Públicas brasileiras.

O terceiro capítulo, intitulado: 3. - A Inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho, cotas regulamentadas em Leis. Tao importante quanto os demais capítulo estudado, pois trata das conquistas de um grupo de pessoas que ainda é vista como incapaz de exercer uma função trabalhista. Abordamos as Leis de Diretrizes e Bases, os Decretos, as Convenções, as Resoluções e outros documentos de estudiosos sobre o assunto, apresentando a conjuntura política de educação, trabalho, transporte e outras áreas que norteiam as políticas públicas no país. Na seção 3.1 – Conceito da pessoa com deficiência para Lei de cotas, abordamos os direitos adquiridos na legislação brasileira que favorecem a inserção do deficiente no mercado de trabalho bem como o desconhecimento que algumas pessoas ainda tem com relação às Diretrizes que os aparam.

Construímos esse capítulo apoiado pela proposta da Lei nº 8.213/91 da Presidência da República, somente regulamentada em 1999, Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), Decreto Nº 3.298/99 da Casa Civil da Presidência da República, o Ministério do Trabalho e Emprego (2007), Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) 2015, Portal do Brasil Econômico, IBGE (2017).

O quarto capítulo apresenta a metodologia dessa pesquisa, está subdividido em: 4.- procedimentos metodológicos, utilizado para o desenvolvimento do estudo com a pretensão de alcançar os objetivos previstos. 4.1- o problema da pesquisa, onde expõe o que se quer investigar, o campo de investigação. 4.2- objetivo geral e os objetivos específicos, expressa o que se pretende analisar neste trabalho. 4.3- enfoque e desenho da pesquisa elucidam o método e a abordagem da observação. 4.4- marco contextual da pesquisa evidencia de forma sucinta a trajetória histórica da escola pesquisada. 4.5- população participante da pesquisa demonstra os seguimentos e indivíduos investigados. 4.6- processo de construção e validação apresentam as técnicas e os instrumentos utilizados nos decorrer desse trabalho com a finalidade de alcançar os objetivos propostos.

Vários autores contribuíram nessa trajetória da investigação, tais como: Minayo (2001), Gil (2008), Campoy (2016), Sasaki (1999), Gaskell (2011), Triviños (1993), Campoy (2009), Yin (2005), Lakatos (2003), Sampieri (2013), Marconi e Lakatos (1999), Lüdke (1986), Lakatos (2013), King e Horrocks (2009), Leville & Dionne (1999), Gil (2007), Marconi e Lakatos (2007), Lüdken e André (1986), Belmont Repot, (2000), Moreira e Callefe (2006).

I) MARCO TEÓRICO

1. EDUCAÇÃO INCLUSIVA: PRINCÍPIOS LEGAIS

Neste capítulo será abordado as várias terminologias utilizadas para se referir a pessoa com deficiência, os avanços e as dificuldades enfrentadas neste processo. A abordagem será fundamentada nos estudos bibliográficos de pesquisadores e nos princípios legais que amparam a Educação inclusiva, apontando os obstáculos de aceitação e participação dessas pessoas na sociedade desde os primórdios em diferentes sociedades, discorre também sobre a evolução histórica da conquista e dos direitos humanos no âmbito social e escolar, bem como a diferença entre o processo de segregação e inclusão.

1.1 Inclusão social: conceitos fundamentais

A terminologia utilizada para se referir às pessoas com deficiência varia ao longo dos anos. À algum tempo atrás se utilizava expressões como “inválidos”, “incapazes”, “excepcionais” e “pessoas deficientes”, em 1988 a Constituição brasileira por influência do Movimento Internacional de Pessoas com Deficiência, apropriou-se da expressão “pessoas portadoras de deficiência” e “pessoas com necessidades especiais”. O Ministério de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República altera dispositivos da Resolução Nº 35² de 06 de julho de 2005, que dispõe sobre seu Regimento Interno:

Artigo. 1º Esta portaria da publicidade as alterações promovidas pela Resolução Nº 01, de 15 de outubro de 2010, do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência - CONADE em seu Regimento Interno.

Artigo. 2º Atualiza a nomenclatura do Regimento Interno do CONADE, aprovado pela Resolução Nº 35, de 06 de julho de 2005, nas seguintes hipóteses:

I - Onde se lê “Pessoas Portadoras de Deficiência” leia-se “Pessoas com Deficiência”

V – Onde se lê “Política Nacional para Integração da Pessoas Portadoras de Deficiência” leia-se “Política Nacional para Inclusão da Pessoa com Deficiência”.

Baseado na Portaria da Secretaria de Direitos Humanos (SEDH), Nº 2.344, de 03 de novembro de 2010 (DOU 05/11/2010), neste trabalho, sempre que referimos as pessoas com alguma dificuldade física, intelectual, sensorial e outras, usaremos a expressão “pessoa com deficiência”.

² - A Resolução nº 35, de 06 de julho de 2005, faz referência as mudanças da terminologia referente a pessoas com deficiência, promulgada na Constituição brasileira de 1988 e Resolução Nº 01, de 15 de outubro de 2010.

A autora Iara Rosa Farias, em sua obra “Reflexão sobre a inclusão linguística no contexto escolar” diz que:

A palavra inclusão vem do latim, do verbo *includere* e significa colocar algo ou alguém dentro de outro espaço, entrar em um lugar até então fechado. É a junção do prefixo *in* (dentro) com o verbo *cludo* (cludere), que significa encerrar, clausurar, fechar. (Farias, 1999 p. 39)

Romeu Kazumi Sassaki (1999 p. 41, apud Sassaki, 1997) onde conceitua a inclusão social como o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas ainda excluídas e a sociedade, buscam em parceria equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos.

Sassaki, cita sua obra anterior, onde discorre que:

A inclusão social, portanto, é um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade através de transformações, pequenas e grandes, nos ambientes físicos (espaços internos e externos, equipamentos, aparelhos e utensílios, mobiliários e meios de transporte) e na mentalidade de todas as pessoas, portanto também do próprio portador de necessidades especiais. (Sassaki, 1999, p. 42).

Santo Agostinho/354-430 d.C (apud Carvalho, 1997 p. 15) expõe que “*a deficiência mental era atribuída a culpa, punição exposição dos antepassados pelos pecados cometidos*”. A humanidade transmite o seu legado para as gerações que se sucedem, as convicções mudam, os conhecimentos se multiplicam e passam a explicar de forma diferente os diversos fenômenos sobre a concepção de pessoas com deficiência.

As discussões acerca da inclusão social diz que as pessoas com deficiência são consideradas como pessoa que tem necessidades especiais, neste contexto acaba-se incluindo pessoas que apresenta em caráter temporário, intermitente ou permanente, significativa diferenças físicas, sensoriais ou intelectuais, decorrentes de fatores inatos ou adquiridos que acarretam dificuldades em sua interação com o meio social, necessitando por isso de recursos especializados para desenvolver seu potencial e superar ou minimizar suas dificuldades. Segundo Sassaki (1999 p. 47), a sua condição atípica enfrenta barreiras para tomar parte ativa

na sociedade com oportunidades iguais à da maioria da população. Muito se fala a respeito dos direitos e carências das pessoas com deficiência. Porém, percebe-se que essa pessoa tem encontrado grandes obstáculos para sua aceitação e participação na sociedade. As barreiras arquitetônicas, falta de formação e informação de professores e, acima de tudo o preconceito, tem delegado a estes indivíduos papeis e posições muito a aquém de suas potencialidades. As redes sociais demostram em seus programas de Tvs o quanto essas pessoas são discriminadas, é comum os vídeos em whatsapp emite atitude de sarcasmo aos mais vulneráveis.

Sasaki (apud Sasaki, 1997) aborda que:

O movimento de inclusão social começou incipientemente na segunda metade dos anos 80 nos países mais desenvolvidos, tomou impulso na década de 90 também em países em desenvolvimento e vai se desenvolver fortemente nos primeiros 10 anos do século 21 envolvendo todos os países. Este movimento tem por objetivo a construção de uma sociedade realmente para todas as pessoas, sob a inspiração de novos princípios. (Sasaki 1999, p. 17).

Em uma análise retrospectiva em torno da pessoa com deficiência verifica-se que sua trajetória de inclusão social/escolar acompanha uma evolução histórica da conquista de direitos humanos, envolvendo “integração” e “inclusão”. Nas discussões a esse respeito que duram séculos, as pessoas com deficiência sempre foram percebidos como seres distintos vivendo as margens dos grupos sociais, tanto fora quanto dentro das unidades educacionais. A história começou a mudar com a preocupação de inúmeros pensadores que estudam e descrevem que estes devem ser respeitados e valorizados em sua dignidade e tem direito de oportunidades como qualquer outra pessoa. Hoje, buscam-se espaços organizados a partir dos movimentos governamentais e da sociedade civil para a inclusão, com a perspectiva de atender as exigências de uma sociedade em processo de renovação, uma sociedade mais acolhedora, solidária e justa.

1.2 Breve históricos da inclusão social no Brasil

A pesquisadora Arlete Aparecida Bertoldo Miranda, aborda em seu artigo publicado em (2003 p. 02), que historicamente podem ser reconhecidos quatro estágios de desenvolvimento de atitudes em relação às pessoas com deficiência. Primeiramente, na era pré-cristã, nesta época tendia-se a negligenciar e a maltratar as pessoas com deficiência; no segundo estágio, com a difusão do cristianismo passou-se a protegê-las e compadecer-se delas; no terceiro estágio, nos séculos XVIII e XIX foram fundadas instituições para oferecer-lhes uma educação a parte; o quarto estágio foi marcado na última parte do século XX, onde observa-se um movimento que tende a acontecer a favor das pessoas com deficiência, passa-se a integrá-las tanto quanto possível na sociedade.

Eunice Natalia Soares Carvalho,³ aborda que vem de longos tempos à resistência para aceitação social das pessoas com deficiência e demonstra como suas vidas eram ameaçadas. Ela cita os preconceitos de Soneca, poeta e filósofo romano nascido em 4 a. C., que assim estabeleciam:

Nós matamos os cães danados, os touros ferozes e indomáveis, degolamos ovelhas doentes com medo de infectarem o rebanho, asfixiamos os recém-nascidos mal constituídos. Mesmo as crianças, se forem débeis ou anormais, nós as afogamos não se trata de ódio, mas de razão que nos convida a separar das partes sãs aquelas que podem corrompê-las. (Carvalho, 1997, p. 14).

Concordando com a autora Carvalho, quando diz que *“as atitudes preconceituosas e a ignorância cultural que preponderava na sociedade antiga atingia de forma cruel a pessoa com deficiência”*. Hoje tais atitudes são consideradas criminosas. Alguns autores dizem que pessoas com deficiência eram tratadas de forma desumana, rejeitados pela família e escondidos da sociedade. Platão (apud Carvalho, 1997 p. 14), diz que *“aos filhos de sujeitos sem valores, aos que foram mal constituídos de nascença, as autoridades os esconderão, como convém, num lugar secreto que não deve ser divulgado”*.

Ainda elucida Carvalho (1997, p.15) que a maneira de ver e considerar as pessoas com deficiência era variável entre os povos e nações. Entre povos romanos e gregos antigos, esse comportamento se divergia. Em alguns espaços de Roma o indivíduo com deficiência podia ser morto, em outros eles eram submetidos a purificação para livrá-los de seus maus desígnios. Em

³ - Eunice Natalia Soares Carvalho, organizou a serie Atualidades Pedagógicas n. 03 “Educação Especial Deficiência Mental”. Brasil. Secretaria de Educação Especial Deficiência mental. Brasília: SEESP, 1997.

outras obras encontramos relatos de autores sobre os tratamentos que as pessoas com deficiência recebiam em tempos anteriores. Maria Aparecida Gugel (2007) em seu artigo sobre o assunto, afirma que no *“Egito Antigo, há mais de cinco mil anos, a pessoa com deficiência integrava-se nas diferentes e hierarquizadas classes sociais (faraó, nobres, altos funcionários, artesãos, agricultores, escravos)”*.

Na década de 80, a Organização Mundial de Saúde calculou que a prevalência de pessoas com deficiência atinge cerca de 10% (dez por cento) da população geral. No Brasil, segundo Flavia Villela o resultado do último censo de 2013, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em parceria com a Secretaria Nacional de Saúde consultou 64.000 (sessenta e quatro mil) domicílios e retrata que 6,2% (seis vírgula dois por cento) da população brasileira tem algum tipo de deficiência. A Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) considerou quatro tipos de deficiências: auditiva, visual, física e intelectual. O estudo mostra que a deficiência visual atinge 3,6% (três vírgula seis por cento) dos brasileiros. Destes o grau intenso ou muito intenso, impossibilita 16% (dezesseis por cento) dos deficientes visuais realizarem atividades habituais como ir à escola, trabalhar e brincar. 1,3% (um vírgula três por cento) da população tem algum tipo de deficiência física, destes somente 18,4% (dezoito vírgula quatro por cento) frequentam serviço de reabilitação, 0,8% (zero vírgula oito por cento) da população brasileira tem algum tipo de deficiência intelectual e cerca de 30% (trinta por cento) destes frequentam algum serviço de reabilitação em saúde. Já os deficientes auditivos representam cerca de 1,1%, (um vírgula um por cento) onde 0,2% nasceram surdos e 0,9% (zero vírgula nove por cento) ficou surdo em decorrência de alguma doença ou acidentalmente.

Segundo o IBGE, censo de 2016, o Brasil tem mais de 207 milhões de habitantes. Analisando o resultado dessa pesquisa onde considera que 10% dessa população tem algum tipo de deficiência, é consideravelmente elevado. A forma de agir e reagir para melhorar e acolher essas pessoas tem que mudar, um dos caminhos mais viáveis, é a educação.

1.2.1 Início da escolarização da pessoa com deficiência

A integração do indivíduo com deficiência na sociedade não poderia avançar sem a sua participação na escola, pois esta é considerada o meio social mais eficaz depois da família, porque para muitos pensadores ela é uma instituição que inclui a todos, promove conhecimentos e respeita as diferenças.

Segundo dados do censo escolar em 1998 cerca de 200.000 (duzentas mil) pessoas com deficiência estavam matriculadas na educação básica, apenas 13% (treze por cento) em classes comuns. Em 2014, eram 900.000 (novecentas mil) matrículas e 79% (setenta e nove por cento) delas em turmas comuns. A pesquisadora Givanilde Marcia Vieira diz em seu artigo que *“A educação inclusiva é um desafio do sistema educacional, porque não basta apenas disponibilizar vagas nas escolas, o aluno precisa participar das atividades escolares e assimilar conhecimentos... baseando-se nos princípios da igualdade e equidade”*.

De acordo com estudo, a aceitação de pessoas com deficiência no ambiente escolar teve maior impulso na década de 80, com a luta pelos direitos das pessoas com deficiência. No início da década de 90 a inclusão se fortaleceu com algumas experiências acumuladas de instituições com pensamentos resilientes e com a Conferência Mundial Sobre Educação para Todos (Salamanca 1994, p.6). Através dessa conferência as escolas começaram a perceber que a “integração” não rompia com o preconceito e nem com a participação plena de igualdade, pois a integração está relacionada a pessoas que tem a capacidade de se adaptar a locais e pessoas, sem que eles sofram alterações no seu cotidiano. Enquanto que a “inclusão” esta conceituada como um processo de preparação para receber a pessoa com deficiência, uma parceria em equacionar problemas ou pelo menos minimizar e assim efetivar o direito para todos.

Em 1994 aconteceu a Conferência Mundial Sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, organizada pelo governo da Espanha em cooperação com a UNESCO, a qual deu origem ao documento da Declaração de Salamanca, contando com 92 representantes de governos e 25 representantes de organizações internacionais (Declaração de Salamanca 1994, p. 07). Neste evento reafirmava-se o compromisso de educação para todos, reconhecendo a necessidade de providencialmente de educação para crianças, jovens e adultos com deficiência, dentro de um sistema regular de ensino que atenda a todos, independentemente das suas diferenças.

Refletindo sobre esses pressupostos, a inclusão escolar é um processo que ainda está em construção. A LDBEN N° 9394/96⁴ – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no Capítulo V que se refere a educação especial, diz em seus Artigos:

Artigo. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

Artigo. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica para atender às suas necessidades;

IV - Educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V – acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Nesta segunda década do século XXI (ano de 2018), a inclusão social e escolar ainda está em processo de evolução e gera muitos debates sobre as Leis e Resoluções das Políticas Públicas brasileira, imagine a anos mais remotos, onde a sociedade imponha os familiares a agir e reagir com relação a pessoa com deficiência de forma racional, eles não tinham escolha entre a razão e o sentimentalismo, eram submetidos a escolher a razão, onde rejeitava ou escondia da sociedade um ente da família que nascia com deficiência. Porém os momentos históricos apresentam valores diferentes. A filosofia e a teoria abordadas no meio social e escolar, hoje se diz inclusivistas, apesar de na realidade ainda haver barreiras físicas, programáticas e atitudinais. Independentemente de ser um processo lento a inclusão social e escolar teve as suas evoluções, passando das fases de exclusão, segregação, integração e pôr fim, a fase de inclusão.

⁴ - A Lei de Diretrizes e Bases (Lei 9394/96) - LDB - é a Lei orgânica e geral da educação brasileira. O ex-ministro Paulo Renato Souza, ao lado do ex- presidente Fernando Henrique Cardoso sancionou a LDB que vigora até hoje.

Pode-se perceber isso na fala de Maria Teresa Eglér Mantoan:

Os movimentos a favor da integração de crianças com algum tipo de deficiência surgiram nos Países Nórdicos em 1969, quando se questionaram as práticas sociais e escolares de segregação. Sua noção de base, é o princípio de normalização, que não sendo específico da vida escolar, atinge o conjunto de manifestações e atividades humanas e todas as etapas da vida das pessoas, sejam elas afetadas ou não por uma incapacidade, dificuldade ou inadaptação. (Mantoan 2012, p. 15).

Mantoan, (2003, p.09)⁵ ainda diz que o *“aprendizado são plurais e que a educação escolar não pode ser pensada nem realizada senão a partir da ideias de uma formação integral do aluno valorizando suas capacidades e seus talentos prévios”*. Segundo ela a inclusão escolar e social diferencia da integração, veja o seu ponto de vista a seguir.

A **integração** escolar pode ser entendida como o especial na educação, ou seja, a justaposição do ensino especial ao regular, ocasionando um inchaço desta modalidade, pelo deslocamento de profissionais, recursos, métodos e técnicas da educação especial às escolas regulares. Quanto à **inclusão**, esta questiona não somente as políticas e a organização da educação especial e da regular, mas também o próprio conceito de integração. Ela é incompatível com a integração, pois prevê a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática. Todos os alunos, sem exceção, devem frequentar as salas de aula do ensino regular. (Mantoan, 2003 p. 16)

Pensando na Inclusão como forma de valorização integral do indivíduo no contexto escolar, Mantoan ((2003, p. 16) diz ainda que *“o mote da inclusão é não deixar o educando no exterior do ensino regular, ele deve fazer parte deste, desde o começo da sua vida escolar”*. Como podemos perceber nas colocações da autora, a “Integração” diferencia da “Inclusão”: na integração escolar ou social a pessoal com deficiência é aceita e admitida desde que se adapte aos espaços físicos e aos equipamentos existentes, sem que este sejam modificados e adaptado para receber pessoas com deferência, ou seja, a pessoa com deficiência é que tem que se

⁵ - Maria Teresa Eglér Mantoan, sua vida profissional começou aos 17 anos, teve experiência escolar crianças, jovens e adultos, hoje atua como professora da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). São Paulo - SP

adaptar aos espaços e equipamentos. Em quanto que na “Inclusão”, os espaços e equipamentos é que são modificados para atender o indivíduo/aluno com deficiência.

Sabendo que a educação é um direito de todos, elucida-se a presença na escola do aluno que tem deficiência intelectual, deficiência física (associada ao falar e ao escrever), as quais atrapalham o desenvolvimento de aprendizagem, como fazer valer as práticas pedagógicas, conteúdos e espaços físicos adaptados para atender esses educandos. É visto que, muitas mudanças ocorreram em escolas comuns depois do processo de inclusão escolar, as quais buscam se fortalecer com a presença de profissionais que tem formação continuada na área de educação inclusiva e, sobretudo dos professores que atuam em salas comuns.

Concordando com Theresinha Guimarães Miranda quando aborda:

[...] faz-se necessário buscar a escola concreta, onde habita alunos (as), professores (as), profissionais em ações pedagógicas; a escola, onde, na atualidade, se coloca o princípio ético da inclusão escolar”. (Miranda, 2012 p. 20)⁶

César Coll (et al) 2004, p. 27 - 28) defende que o objetivo de ter escolas inclusivas supõe uma profunda transformação no sistema educacional, que vai muito além da reforma da educação especial. Coll aborda um ponto de vista de Vislie (1995) onde o autor se posiciona com clareza com relação a esse assunto, diferenciando entre dois tipos de estratégias que foram implementadas nos países ocidentais com relação à integração nas duas últimas décadas. Alguns países veem a integração como uma reforma de seu sistema de educação especial, seu objetivo é encontrar os sistemas mais apropriados para incorporar os serviços e os programas de educação especial às escolas regulares, ele cita países como a Alemanha, Inglaterra e Bélgica. Por outro lado ele ressalta que há países que entendem o movimento no sentido da integração como uma reforma da escola regular, pois apenas à medida que essa se transformar, será possível pôr em prática uma integração completa. Essa é a posição da Dinamarca, Suécia, Noruega e Estados Unidos.

Refletindo sobre tudo isso, a escola que recebe alunos com deficiência deve pensar em práticas pedagógicas diferenciadas e adaptadas que atende aos percursos de aprendizagem de cada estudante, sem distanciar do currículo escolar estabelecido por Leis e Diretrizes de Base, previsto para cada ano ou série. Para Miranda (2012, p. 20) tal situação é um desafio, “*pois demandam professores detentores de conhecimento teórico-práticos, bem como planejamentos*

⁶ - O Professor e a Educação Inclusiva: formação, práticas e lugares/Theresinha Guimaraes Miranda, Teófilo Alves Galvão Filho, organizadores – Salvador: EDUFAB, 2012.

coletivos, estratégias e metodologias de ensino e de processo de avaliação que possibilitem ao educador acompanhar o desenvolvimento de cada aluno que está em sala de aula". Percebe-se então que o impasse da escola ser inclusiva vai muito além de receber alunos com deficiência, sua preocupação também está pautada na responsabilidade de oferecer um ensino de qualidade e equidade para todos, adotar metodologias que atende ao mesmo tempo alunos com ou sem deficiência, garantindo o currículo estabelecido para cada ano ou série, estreitando assim o espaço entre alunos com deficiência e alunos que não apresenta deficiência, utilizar todos os recursos disponíveis para ultrapassar as barreiras que o grupo mais vulnerável encontra oferecer oportunidades de aprendizagem a todos.

Como podemos observar a inclusão escolar até se tornar obrigatória, passou por vários processos de aceitação, tanto da vida familiar quanto nas Leis de Diretrizes e Bases do sistema educacional de cada país. Da família, talvez pela superproteção, confiar em um ambiente e em pessoas que estejam abertas a receber seus filhos com deficiência e fazer com que eles sejam tratados de forma igualitária nas possibilidades comum a todos. Quanto ao sistema educacional, pela preocupação de enfrentar o desafio de preparar espaços e pessoas para receber esses educandos que requer cuidados diferenciados. Atualmente, em meio a esses pensamentos referenciamos a posição da maioria das unidades escolares públicas no Brasil, as quais não tem experiência com educação inclusiva e tem a obrigatoriedade de receber alunos com deficiência, independentemente de suas condições de espaços físicos e suporte pedagógicos, pois a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 em seu Art. 58 diz que:

[...] entende-se por Educação Especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Vinte anos após a publicação dessa Lei é comum encontrar no Brasil escolas que ainda não tem a mínima estrutura física para receber esses alunos, pouca são as escola que possuem rampas, portas alargadas, banheiros adaptados e outros acessórios que facilitam a vida dos alunos cadeirantes. Esse apoio seria o mínimo oferecido aos que não apresentam dificuldades de aprendizagem, apenas oportunidade de acesso a sala de aula. É gratificante pensar que estamos caminhando na conscientização da sociedade a respeito de acolher a muitos que necessitam de cuidados especiais e que tem direito como todas as outras pessoas que não apresentam deficiência. A seguir faremos um estudo para averiguar se a deficiência física atrapalha a aprendizagem cognitiva, já que a cognição envolve vários fatores como a

linguagem, o pensamento, a memória o raciocínio e a percepção, os quais fazem parte do intelectual. Alguns pesquisadores da epistemologia diz que a atividade intelectual está ligada ao desenvolvimento biológico e ao funcionamento do próprio organismo.

1.3 A deficiência física associada a mental e a escolarização: Pressupostos

Atualmente observa-se que muitos anos se passaram depois dos movimentos relacionados aos direitos humanos e poucas mudanças ocorreram dentro das instituições educacionais. Em 1948 a Declaração dos Direitos Humanos (DDH) assegura em seu Art. 2 que todo ser humano tem capacidade para gozar direito, *“sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição”* (UNESCO no Brasil 1998). Quando se diz “em qual quer outra condição”, logo pensamos na pessoa com deficiência, independentemente dessa deficiência ser física ou mental.

Em 1990, se reafirma esse acordo na 1ª Conferência Mundial Sobre Educação, conhecida como Declaração de Jomtien (UNESCO, 1998) onde diz *“que cada pessoa crianças, jovens e adultos deve estar em condições de aproveitar as oportunidades educativas e suas necessidades básicas de aprendizagem”*. Em 1994, a Conferência Mundial de Educação, conhecida como Conferência de Salamanca, aborda as necessidades educativas especiais, com o objeto de conseguir escola para todos, promovida pelo governo da Espanha e UNESCO.

Tornar-se uma sociedade mais justa e igualitária, pensando em uma educação de qualidade numa escola inclusiva, é pensar no desenvolvimento cognitivo individual e social dos alunos, pensar na inserção desses indivíduos no mundo do trabalho e na construção da cidadania. Os materiais pedagógicos como equipamentos eletrônicos, livros e outros suportes que ajudam na boa prática pedagógica do professor não são suficientes para alcançar um ensino e uma aprendizagem de qualidade, todos esses materiais tem que serem conduzidos pela vontade de planejar aulas que consiga atingir o cognitivo dos alunos, principalmente daqueles que apresentam deficiência de aprendizagem. Está não é uma tarefa fácil, porém não impossível, depende da vontade e envolvimento dos pais, alunos, profissionais da educação e governantes das políticas públicas. A inclusão acontece de fato quando alunos com deficiência estudam em salas juntamente com os alunos que não apresentam deficiência, participando das mesmas atividades e vivenciando o mesmo currículo. A seguir uma figura que demonstra algumas deficiências apresentadas por alunos:

A	Altas habilidades/superdotação	H	Distúrbio de aprendizagem (disgrafia, dislexia, discalculia, entre outras)
B	Baixa visão	I	Síndrome de down
C	Cegueira	J	Surdez
D	Deficiência auditiva	K	Surdocegueira
E	Deficiência física	L	Transtorno de déficit de atenção e hiperatividade
F	DIntelectual	M	Transtorno global do desenvolvimento (autismo, transtorno desintegrativo, da infância e outras)
G	Deficiências múltiplas	N	Transtornos mentais e de comportamento

FIGURA 01 – Deficiências mais comuns apresentadas por alunos que frequentam as escolas.

Fonte: Criação da pesquisadora

Para Jose Carlos Libâneo⁷, o eixo da qualidade social é o currículo e os processos de ensino e aprendizagem, porque a qualidade social do ensino diz respeito à qualidade cognitiva dos processos de aprendizagem numa escola que inclua a todos.

Atender as necessidades dos alunos em consonância com as exigências sociais e educacionais contemporâneas significa prestar atenção nos conteúdos que estão sendo ensinados, no modo como estão sendo ensinados, na efetividade desses conteúdos para a vida cultural e prática. (Libâneo, 2001 P. 57).

A forma como Libâneo aborda “prestar atenção nos conteúdos que estão sendo ensinados”. Não é fácil, porque as escolas se apoiam em um currículo trilhado pelas Leis e Diretrizes e Bases para promover a qualidade de ensino e aprendizagem, principalmente quando se trata de uma escola que atende também alunos com variados tipos de deficiência. Supostamente que algumas deficiências não influenciam na aprendizagem cognitiva, porque o cognitivo nem sempre depende da coordenação motora ou física, mesmo assim necessita de manobras e articulações do professor para chegar a um denominador comum de aprendizagem em uma sala heterogênea. Lembrando que outras deficiências exigem planejamento diferenciado, atividades diversificadas e adaptadas para atender as necessidades de aprendizagem de cada aluno, tudo isso demanda tempo e exclusividade para o ensinamento de cada educando, neste sentido, somente o currículo e os materiais de apoio pedagógico não são

⁷- José Carlos Libâneo é doutor em filosofia e história da educação pela PUC de São Paulo.

suficientes para promover um ensino de qualidade, a escola tem que contar com professores regentes e de apoio, qualificados na área de inclusão.

Coll (2004), (apud Carmen Brasil), diz que *“o termo paralisia cerebral costuma ser empregado hoje como uma denominação geral para englobar transtorno muito diverso, que tem em comum o fato de significarem uma alteração ou uma perda do controle motor”*. A pesquisadora retrata que nem sempre isso é regra geral, que podemos encontrar crianças ou adolescentes com a coordenação motora comprometida, porém com raciocínio lógico, sem nenhum comprometimento cognitivo. Então, conclui-se que tão importante quanto o currículo, são as práticas pedagógicas em sala de aula, a forma como os conteúdos são ensinados, porque nem sempre as deficiências física, auditiva, visual comprometem o cognitivo dos educandos.

2. PRÁTICAS PEDAGÓGICAS FRENTE AO PROCESSO INCLUSIVO, OS AVANÇOS E AS DIFICULDADES DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS INCLUSIVA NO BRASIL E NO ESTADO DE GOIÁS.

Este capítulo é tão importante quanto o anterior, porque faz referências as Leis e Decretos que asseguram a educação inclusiva e aos autores de livros, dissertações e artigos de estudiosos sobre esse assunto. Demonstra algumas dificuldades que os professores enfrentam no seu planejamento diário para atender alunos com deficiência, devido à falta de formação continuada. Ainda neste capítulo, buscamos nos apropriar das conquistas e das dificuldades enfrentadas pelas visões governamentais da Federação brasileira e do Estado de Goiás.

2.1 A formação de professores na contemporaneidade

A formação inicial do professor não é suficiente para prepara-lo para enfrentar a diversidade encontrada nas salas de aulas. Ela não trabalha com uma perspectiva de enfrentamento de salas heterogêneas. Diante disso, na prática, o professor se sente despreparado para lidar com o aluno que tem algum tipo de deficiência, aquele que não é capaz de acompanhar o ritmo de aprendizagem da maioria dos colegas de classe. O professor acaba deixando-o para trás, inconscientemente provocando a exclusão, pois precisa seguir um currículo e cumprir um planejamento bimestral. Muitos autores e estudiosos debatem sobre os desafios do paradigma da educação inclusiva. Assim diz Cristiane T. Sampaio.

Para que o professor assuma uma postura inclusiva, é essencial que ele veja seu aluno não apenas como um portador de deficiência, já que, dessa maneira, o traço biológico é colocado na dianteira da sua condição de sujeito (Sampaio {et al}, 2009 p. 71)

As autoras faz uma colocação importante, quando diz que, “*o educando mental deve entrar na escola como alguém que possui um nome, uma história, desejos inclusive de aprender*”. Comungo com essa colocação, não só para a pessoa que tem deficiência mental, mas também para todos os alunos com outras deficiências, pois na maioria das vezes são vistos pela sua deficiência, desvalorizando os outros sentidos desenvolvidos pelo ser humano, tais como (visão, audição, paladar, olfato e tato). Alunos com deficiência auditiva, física ou visual tem a mesma capacidade de aprendizagem dos outros educandos, desde que as práticas pedagógicas sejam adaptadas de acordo com a suas necessidades de aprendizagem.

Marina Graziela Feldmann, organizadora da obra *Formação de Professores e Escola na contemporaneidade*, diz que:

O currículo define o que é adequado num determinado momento e contexto, e, a partir da posição ideológica, privilegia uma seleção de conteúdos consagrados historicamente e necessários as novas gerações. É um artefato importante, um lugar em que se cruzam as reflexões sobre teoria e prática (Feldmann, 2009 p. 202)

Na interpretação da autora o currículo engloba vários conteúdos com diversos contextos e diferentes níveis de aprendizagem dos educandos, incluindo àqueles com necessidade educacional especial, o que é necessário através de ações diferenciadas, é o professor aproximar teoria e prática. A autora Feldmann (2009, p. 207), ressalta ainda que “*O professor tem um programa a cumprir, significa que tem pouco espaço de manobras e, se ele próprio não se opuser ou sucumbir à passividade, as ações educativas podem se transformar em reprodução e/ou segregação*”.

Diante do abordado o que se espera no exercício da prática pedagógica do professor é que este atenda a todos os alunos, considerando as suas dificuldades e necessidades. Libâneo (2003, p. 123), diz que “*um plano ou projeto é um esboço, um esquema que representa uma ideia, um objetivo, uma meta, uma sequência de ações que iram orientar a pratica*”.

Rosa Blanco (citada por César Coll (*et al*) 2004, p. 297), diz que “*as adaptações curriculares constituem um processo de tomada de decisão para cada criança no contexto concreto no qual ela se desenvolve e aprende*”. Ainda alerta quando diz que, as adaptações curriculares não se restringe somente aos alunos com deficiência, mas a todos os alunos com defasagem de aprendizagem curricular. Para complementar o assunto, o autor diz que “*as ações de adaptação curricular devem ser decididas após um processo de avaliação psicopedagógica ou interdisciplinar do aluno em interação com o contexto que fundamenta a necessidade de realiza-la*”.

Diante das abordagens dos autores supracitados, conclui-se que a formação inicial do professor, aquela vivida nas salas de aula de uma universidade, não forma de fato o professor para o enfrentamento em sala de aula, as experiências são adquiridas no cotidiano da pratica pedagógica e fortalecida nas formações continuada dos professores.

2.1.1 Formação continuada de professores

Álvaro Marchesi (citado por César Coll *{et al}*, 2004 p. 44), diz que “*a formação dos professores e o seu desenvolvimento profissional são condições necessárias para que se produzam práticas integradoras positivas na escola*”, não se conseguem avançar na escola inclusiva se o professor não adquirir uma competência suficiente para ensinar a todos, não apenas os professores ligados diretamente à educação inclusiva, mais todo o grupo de profissionais que atuam dentro da unidade educacional.

César Coll (*{et al}*, 2004), retrata que:

[...] a formação dos professores tem uma estreita relação com a sua atitude diante da diversidade dos alunos. O professor, quando se sente pouco competente para facilitar a aprendizagem dos alunos com necessidades educativas especiais, tenderá a desenvolver expectativas mais negativas, que se traduzem em uma menor interação e em menor atenção. (Coll *et al*, p. 44)

A escola inclusiva aparece de acordo com as necessidades da sociedade a qual está inserida, visa atender a todos os alunos independentemente das suas dificuldades cognitivas ou físicas. A escola é vista como um ambiente que propicia conhecimentos científicos capaz de transformar o indivíduo, por isso é preciso ter consciência dos objetivos que se deseja alcançar e o tipo de estratégia que impulsiona a aprendizagem. Por esse motivo nem todas as escolas partem da mesma posição, as mudanças dependem de sua cultura própria. Ainda é comum encontrar escolas com modelo tradicional, organização hierárquica e professores que trabalham de forma individual. Outras mais experientes na educação de alunos com deficiência com professores mais cooperativos e flexíveis na resolução das dificuldades metodológicas. Visto isso, só a partir das condições reais de cada escola, é possível melhorar a organização interna que favorece a mudança educacional. As pesquisas já apontam que professores que recebem formação continuada estão mais propícios às mudanças e às inovações educacionais, sujeitos a promover a igualdade entre todos os alunos.

Neste sentido, o trabalho do professor em sala de aula deve partir da compreensão de como os alunos aprendem, enfatizando a melhor forma de lhes ensinar, valorizando o conhecimento prévio dos mesmos e respeitando as suas limitações. O professor que aplica metodologias em sala de aula de maneira que os alunos com maior nível de conhecimento colaboram no estímulo da construção de aprendizagem de seus pares mais favorecidos, aguça a

sensibilidade e a compreensão dos outros, valoriza assim as diferenças de aprendizagem dos alunos.

Sobre este assunto Álvaro Machesi (apud Col), diz que por essa razão é importante três características que asseguram resultados mais positivos a tais relações.

1. Muitas das atividades conjuntas devem ser cuidadosamente planejadas.
2. Deve haver oportunidades para cooperação.
3. O professor deve estar vigilante e a certa distância.

(Coll {*et al*}, 2004p. 47)

Os envolvidos na aprendizagem dos alunos devem fazer uma avaliação das situações e das experiências dos alunos com deficiência, detectar o que eles próprios pensam e sentem a esse respeito. Não é fácil realizar todas essas tarefas quando a educação não se restringe apenas aos alunos com dificuldades, pensar em uma escola que atende a todos, garantir os direitos dos alunos sem e com deficiência. Alguns fatores são essenciais nessa trajetória, tais como: materiais de apoio pedagógico, formação continuada para os professores e flexibilidade organizacional.

Segundo Alvaro (apud Coll), o estudo realizado em 1993 pela OCDE em dez países, publicado posteriormente por Hopkins e Stern em 1996, destacou seis aspectos importantes na característica de bons professores.

1. O compromisso: a vontade de ajudar todos os alunos.
2. O afeto: a comunicação de entusiasmo e carinho aos alunos.
3. O conhecimento da didática da matéria ensinada: a facilidade para tornar simples a aprendizagem.
4. O domínio de múltiplos modelos de ensino: a flexibilidade e a habilidade para resolver situações imprevistas.
5. A reflexão: a capacidade de refletir sobre a prática.
6. O trabalho em equipe: o intercâmbio de iniciativas entre colegas.

(Coll {*et al*}, 2004 p.48).

Professores mais preparados apresentam mais facilidades nas resoluções dos problemas e no apoio aos seus colegas, criam um ambiente de colaboração. Essa não é uma condição nata do professor, ela é adquirida ao longo da sua trajetória de trabalho, somada aos estudos nas formações continuadas.

A autora Ligia Márcia Martins, diz em seu texto⁸ que:

A formação de professores como objeto de estudo integra debates que vieram se ampliando no Brasil desde o final da década de 1970, assumindo maior dinamismo nas décadas de 1980 e 1990, em especial, a partir da implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), promulgada em 1996. (Martins 2009, p. 13)

A autora aborda ainda assuntos relevantes para a aprendizagem, quando diz que “os objetivos, a ênfase recai nas aprendizagens que os alunos realizam a partir de si mesmo, no respeito às suas necessidades e motivações e nos limites daquilo que identifica como problema a partir de um diálogo com seu contexto”.

A autora contribui ainda quando afirma que:

Tornou-se mais recorrente, ao longo do século XX, o apelo de se recriar tanto a escola quanto a formação de professores. Para essa “nova formação” os destaques centrais recaírem sobre a trajetória de construção da identidade pessoal-profissional primando pelo objetivo da promoção “reflexão” e, preferencialmente, da “reflexão crítica” acerca da própria prática. (Martins 2009, p. 22).

Diante do exposto pela autora, o professor visa a aprendizagem dos alunos, cuja atividade principal é o ensino. A formação inicial do professor objetiva propiciar conhecimentos aos mesmos, as estratégias, habilidades e atitudes requeridas levam adiante esse processo de ensino e de aprendizagem. Para Lúbâneo, esses requisitos denominam profissionalização e profissionalismo.

⁸. Texto originalmente elaborado tendo em vista a participação em mesa-redonda intitulada “O legado do século XX para formação de professores” integrante da programação do IX Encontro de Pesquisa da Região Sudeste (Anpedinha), realizado na Universidade Federal de São Carlos de 08 a 11 de julho de 2009.

A seguir o ponto de vista do autor, quanto às definições:

A *profissionalização* refere-se às condições ideais que venham a garantir o exercício profissional de qualidade. Essas condições são: formação inicial e formação continuada nas quais o professor aprende a desenvolver as competências de habilidades e atitudes profissionais.

O *profissionalismo* refere-se ao desempenho competente e comprometido dos deveres e responsabilidade que contribuem a especificidade de ser professor e ao comportamento ético e político expresso nas atitudes relacionadas a prática profissional. (Libâneo, 2001 p.63)

A autora Isabel Sadalla Grispino, diz que *“é preciso arregimentar foças. Iniciativas para preparar o professor, às formações devem ser programadas e concretizadas. A ausência de apoio técnico força o professor a repetir o mesmo modelo de aula”* (Grispino, 2004 p. 52).

O autor enfatiza ainda que:

O professor foi formado pela escola do “magister dixit” (o professor fala, o aluno escuta), enquanto, presentemente, sabemos que a diferença está entre professor que faz e professor que manda fazer. Esse proceder forma o jogo do pingue-pongue, que se inicia na sala de aula da educação básica, vai à sala de aula da faculdade e retorna à sala de aula da educação básica, numa repetição frequente. (Grispino 2004, p. 52)

Com o mesmo entendimento da autora Martins, abordado anteriormente, Grispino (2004, p. 53), alerta para os cursos de formação continuada de professores, ainda caracterizados aos modelos tradicionais, mantendo presos às meras informações, não planejam atividades práticas, não abordam no discurso aspectos formativos, traz desta forma contribuições retraídas para a metodologia renovada.

É comum encontrar livros de autores que falam sobre a pedagogia renovada, entre eles destacamos:

Hilda Gomes Dutra Magalhães

“A Pedagogia do Êxito”

“...Experiências pedagógicas inovadoras, realizadas, principalmente na Espanha e difundidas no Brasil na última década, nos apresentam novos subsídios para se repensar o tripé ensino/ pesquisa/extensão. Uma dessas experiências é a pedagogia por projetos. Metodologia que inclui no cotidiano da sala de aula tanto a pesquisa quanto a extensão (Magalhães 2004, P. 8)

Nilson Guedes de Freitas

“Pedagogia do Amor”

“...entrar em contato conosco - e, assim, enxergar o outro. ...Pois quando me vejo na integridade da minha diversidade – um ser com medos, coragem, carências, amor, etc. - habilito-me a olhar o outro como ele é. ...Quem não amo não compreende o próximo, não o respeita”. (Freitas 2000, p. 26)

Paulo Freire

“Pedagogia dos Oprimidos”

“...aquela que tem que ser forjada com ele e não para ele, enquanto homens ou povos, na luta incessante de recuperação da sua humanidade. Pedagogia que faça da sua opressão e das suas causas objeto da reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que está pedagogia se fará e refará”. (Freire 1987, P. 17)

João Batista Araújo Oliveira

“Pedagogia do Sucesso”

“O livro trata do problema número um da educação brasileira - a má qualidade do ensino, refletida em três grandes sintomas: o elevado índice de repetência; a distorção do fluxo escolar; os baixos níveis de aprendizagem”. (Oliveira 1998, P. 11)

Figura Nº 02 – A Pedagogia retratada por alguns autores.

Fonte: Criação própria, inspirado nas leituras de obras dos autores supracitados.

Diante dos desafios propostos pelos autores supracitados faz-se necessário a aceitação da inclusão escolar e formação dos professores para que possam exercer de fato práticas pedagógicas que promovam a qualidade do ensino e da aprendizagem.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, Lei n. 9.394/96) veio impulsionar os poderes públicos quanto a essa formação. Em seu artigo 67, diz que: “*Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e nos planos de carreira do magistério público*”. Reafirma no inciso II do referido artigo o aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento remunerado para esse fim. E no artigo 87 §3º - diz que cada município e, supletivamente, o estado e a união deverá: Realizar programas de capacitação para todos os professores em exercício, utilizando também para isso, os recursos da educação a distância.

Com relação a esse assunto, Libaneo (2001) diz que a formação continuada é importante dentro e fora da jornada de trabalho.

Dentro da jornada de trabalho (ajuda a professores iniciantes, participar no projeto pedagógico da escola, entrevistas e reuniões de orientação pedagógica-didática, grupos de estudos, seminários reuniões de trabalho para discutir a prática com colegas, pesquisas, mini-cursos de atualização, estudos de caso, conselho de classe, programas de educação a distância)

Fora da jornada de trabalho (congressos, cursos, encontros e palestras). Ela se faz por meio de estudos da reflexão, da discursão e da confrontação das experiências dos professores. (Libâneo, 2001 p. 191)

O autor faz uma colocação importante quando diz que a formação continuada é de responsabilidade da instituição e dos órgãos, mas também do professor, porque o compromisso com a profissão requer que ele tome para si a responsabilidade com a própria formação.

2.2 Os avanços das políticas educacionais inclusiva no Brasil

A Educação Inclusiva envolve movimentos familiares, políticos, social, cultural e pedagógico, trata de um movimento para fazer valer o direito para todos, evidencia o confronto das práticas discriminatórias com relação aos educando que não atendem aos padrões homogêneos vistos pela maioria da sociedade. Esse paradigma educacional conjuga diferença e igualdade, fazendo a escola refletir que todos os alunos devem avançar nos níveis de aprendizagem, independente das suas especificidades. A seguir uma figura que retrata sobre os avanços conquistados na legislação brasileira.

DATAS/ÉPOCA	CONQUISTA NA PESPECTIVA INCLUSIVA
Época do Império.	<ul style="list-style-type: none"> Instituto dos Meninos Cegos (1854), atual Instituto Benjamin Constant (IBC), RJ.
	<ul style="list-style-type: none"> Instituto dos Surdos Mudos (1857), hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos (INES), RJ
Início do século XX	<ul style="list-style-type: none"> Instituto Pestalozzi (1926), especializado no atendimento as pessoas com deficiência mental.
	<ul style="list-style-type: none"> 1954, Primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE).
	<ul style="list-style-type: none"> 1945, Primeiro atendimento as pessoas com superdotação, na Sociedade Pestalozzi.
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN).	<ul style="list-style-type: none"> 1961 a Lei Nº 4.024/61, que aponta o direito dos excepcionais, a educação preferencialmente dentro do sistema geral de ensino.
	<ul style="list-style-type: none"> Lei Nº 5.692/71 altera a LDEN de 1961, tratamento especial para os alunos com deficiências físicas, mental e pessoas superdotadas, quanto a idade regular de matrícula
	<ul style="list-style-type: none"> 1973, o MEC cria o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), a qual impulsionou ações educacionais voltadas às pessoas com deficiência.
Constituição Federal de 1988	<ul style="list-style-type: none"> Artigo 3º promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
	<ul style="list-style-type: none"> Artigo 205 a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho.

	<ul style="list-style-type: none"> • Artigo 206, inciso I estabelece a igualdade de condições de acesso e permanência na escola.
	<ul style="list-style-type: none"> • Artigo 208 garante como dever do estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino.
Década de 1990.	<ul style="list-style-type: none"> • Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Nº 8.069/90, no artigo 55, determinar que os pais ou responsáveis têm obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino.
	<ul style="list-style-type: none"> • Nessa década, documentos como a Declaração Mundial de Educação para Todos.
	<ul style="list-style-type: none"> • 1994, a Declaração de Salamanca, que passa a influenciar a formulação das políticas públicas da educação inclusiva.
	<ul style="list-style-type: none"> • 1994, publicada a Política Nacional de Educação Especial, orientando o processo de integração instrucional, que condiciona o acesso as classes comuns do ensino regular, aos que tem condições de acompanhar o ritmo dos alunos ditos normais
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Nº 9.394/96	<ul style="list-style-type: none"> • Artigo 59 diz que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organizações específicos para atender as suas necessidades.
Decreto Nº 3.298 (1999)	<ul style="list-style-type: none"> • Regulamenta a Lei Nº 7.853/89, ao dispor sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.
A Convenção de Guatemala (1999)	<ul style="list-style-type: none"> • Promulgada no Brasil pelo Decreto Nº 3.956/01, afirma que a pessoa com deficiência tem os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas, definido como discriminação com base na deficiência toda diferenciação...
Resolução CNE/CEB Nº 2/2001	<ul style="list-style-type: none"> • Artigo 2º determina que “os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo as escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos”
Na Perspectiva da Educação Inclusiva (2002)	<ul style="list-style-type: none"> • Resolução CNE/CP Nº 1/2002, Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores da Educação Básica.
	<ul style="list-style-type: none"> • Lei Nº 10.436/02 reconhece a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), bem como a inclusão da disciplina nos cursos de formação de professores e de fonoaudiologia.
	<ul style="list-style-type: none"> • Portaria Nº 2.678/02 do MEC aprova diretriz e normas para o uso, o ensino, a produção e a difusão do sistema Braille em todas as modalidades de ensino.

Em 2003	<ul style="list-style-type: none"> • É implantado pelo MEC o Programa Educação Inclusiva: direito a adversidade, com vistas a apoiar as transformações dos sistemas de ensino em sistemas Educacionais Inclusivos.
Em 2004	<ul style="list-style-type: none"> • O Ministério Público Federal publica o documento “O Acesso de alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular”.
	<ul style="list-style-type: none"> • Decreto Nº 5.296/04 regulamenta as Leis Nº 10.048/00 e Nº 10.098/00, estabelecendo normas e critérios para a promoção de acessibilidade às pessoas com deficiências ou com mobilidade reduzida.
Decreto Nº 5.626/05	<ul style="list-style-type: none"> • Regulariza a Lei Nº 10.436/02, visando ao acesso à escola dos alunos surdos, dispõem sobre a inclusão de Libras como disciplina curricular, a formação e a certificação de professores, instrutor e tradutor/interprete de Libras.
Em 2005	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação dos Núcleos de Atividades de Altas Habilidades/Superlotação – (NAAH), em todos os estados e no Distrito Federal.
Em 2006	<ul style="list-style-type: none"> • Aprovada pela ONU A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da qual o Brasil é signatário.
	<ul style="list-style-type: none"> • Neste mesmo ano, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, os Ministérios da Educação e da Justiça, juntamente com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO lança o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.
Em 2007	<ul style="list-style-type: none"> • Plano Nacional de Desenvolvimento – PDE. Tendo como eixos a formação de professores para a educação inclusiva.
Implantação do PDE	<ul style="list-style-type: none"> • Decreto Nº 6.094/2007, que estabelecem nas diretrizes do compromisso de Todos pela Educação, a garantia do acesso e permanência no ensino regular e o atendimento as necessidades educacionais especiais dos alunos, fortalecendo seu ingresso nas escolas públicas.

Figura Nº 03: Avanços da legislação brasileira na perspectiva inclusiva.

Fonte: Criação própria da pesquisadora, baseado no livro Marcos Políticos-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, (Brasília 2010).

É notório os avanços das Políticas Públicas brasileira na Educação Inclusiva. Isso faz-se necessário, pois segundo o Portal Brasil publicado em 23/03/2015 (divulgado pelo MEC), diz que em 1998 cerca de 200 mil alunos com deficiência estavam matriculados na educação básica. Desses, apenas 13% em classes comuns. Em 2014, eram quase 900 mil matrículas e 79% (setenta e nove por cento) delas atendiam alunos em turmas comuns. Um avanço

significativo, isso demonstra que a família que tem uma pessoa com deficiência e a sociedade estão mudando sua concepção com relação ao atendimento educacional.

Sasaki (1999, p. 41), diz que *“para incluir todas as pessoas, a sociedade deve ser modificada a partir do entendimento de que ela é que precisa ser capaz de atender às necessidades de seus membros”*.

Osmar Fávero no seu livro “Tornar a Educação Inclusiva”, diz que no Brasil:

{...} O Plano Nacional de Educação (PNE) assume o compromisso de responder educacionalmente por uma ampla gama de grupos vulneráveis e de reduzir as desigualdades no que diz respeito ao acesso, a permanência na escola e ao sucesso escolar. A Secretaria de Educação Especial do MEC tem o papel de elaborar, implementar, coordenar e acompanhar a política nacional de inclusão de pessoas com deficiência nas escolas da rede de ensino e de elaborar e aperfeiçoar os instrumentos de coleta de dados utilizados nas pesquisas oficiais realizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). (Osmar Fávero, *{et al}*, 2009 p. 36).

2.3 As políticas educacionais inclusiva no Estado de Goiás.

Segundo a Secretaria Estadual de Educação do Estado de Goiás, todas as escolas da rede pública do estado são inclusivas, elas não podem recusar matrícula de alunos com deficiência, mesmo que não estejam preparadas nos aspectos de acessibilidade física e pedagógica. Muita coisa mudou desde a implantação do programa de educação inclusiva, há dez anos, as escolas estão de portas abertas e se preparando para oferecer o melhor atendimento educacional e especializados aos alunos com deficiência. A rede estadual em 2009 contava com 12.000 (doze mil) matrículas de alunos com deficiência. A secretaria diz que esses alunos tem acesso aos conteúdos e habilidades do ensino básico em salas comuns e por meio da Coordenação de Ensino Especial, investe na qualificação dos profissionais que atuam diretamente ou indiretamente com os alunos com deficiência.

As Diretrizes Operacionais da Rede Pública Estadual de Ensino de Goiás, diz que a coordenação do ensino especial, por meio do Programa de Educação para a diversidade, numa perspectiva inclusiva tem o objetivo de coordenar o trabalho com os estudantes com deficiências de transtornos globais, altas habilidades/superdotação, que fazem parte da rede

regular pública do estado. Resolução CEE N° 7, de 15 de dezembro de 2006, estabelece a educação especial como uma das modalidades da Educação Nacional que perpassam o sistema educacional em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino. Diz ainda que essa modalidade é oferecida como um conjunto de serviços e recursos especializados para complementar e suplementar o processo de ensino e aprendizagem aos alunos com necessidades educacionais especiais, permanentes ou transitórias, de modo a garantir o desenvolvimento de suas potencialidades sociais, políticas, psicológicas, criativas e produtivas para a formação do cidadão.

Para isso a coordenação do Ensino Especial conta com a parceria de outras coordenações de ensino da SEDECE. Tais como: a Rede Educacional de Apoio à Inclusão (REAI), que trabalha diretamente com as Subsecretarias Regionais de Educação (SREs) e estas com as unidades escolares de educação básica, com os Centros de Atendimento Especial e as Unidades de Suporte Pedagógico.

Para a Secretaria Estadual de Educação são considerados alunos com necessidades educacionais especiais, decorrentes de fatores inatos ou adquiridos, de caráter temporário ou permanente, aquele que apresentar:

I - Limitações no processo de desenvolvimento e/ou dificuldades acentuadas de aprendizagem nas atividades curriculares.

II - Dificuldades de comunicação e sinalização, diferenciadas dos demais alunos, particularmente dos que sejam acometidos de surdez, de cegueira, de baixa visão, de surdo-cegueira ou de distúrbio acentuados de linguagem e paralisia cerebral, para os quais devem ser adotadas formas diferenciadas de ensino e adaptações curriculares, com utilização de linguagem e código aplicáveis, nos termos da presente Resolução.

III - Altas habilidades/superdotação, grande facilidade de aprendizagem, que os levem a dominar rapidamente as competências constituídas pela articulação de conhecimentos, habilidades e a formação de atitudes e valores.

Para atender aos alunos com deficiência nas unidades escolares do estado, a Secretaria Estadual de Educação garante a modulação de profissionais de apoio à Inclusão, tais como: equipe multiprofissional, professores de recursos, professores de apoio, interprete de libras e braile e ainda em casos específicos, agente administrativo educacional, para

atendimento as necessidades físicas e fisiológicas de estudantes com necessidades educacionais especiais. Desde que as unidades educacionais apresentam as documentações exigidas pela mesma.

2.3.1 Equipe multiprofissional do Estado de Goiás

A equipe multiprofissional é constituída por profissionais que tem vínculo administrativo e pedagógico com a coordenação de ensino especial, devendo ampliar de forma necessária, o atendimento dessa área a todas as Subsecretarias Regionais de Educação. Esse atendimento iniciou-se no ano de 2009, atendendo apenas a região metropolitana, os profissionais que compõe esse quadro são: pedagogo, psicólogo, fonoaudiólogo, assistente social, interprete e instrutor. Apesar de as Diretrizes Operacionais da Rede Pública Estadual de Ensino de Goiás estender este atendimento a todas as escolas públicas que tem alunos com deficiência, é comum não encontrar esses profissionais atendendo as escolas e os alunos. A utopia serve para nos ajudar a caminhar, mesmo sabendo que estamos caminhando a passos lentos. A importância dessa equipe vai além de assessorar as escolas nas dificuldades dos alunos e encaminha-los a um especialista que possa dar laudos e medicar, caso necessário. O Decreto Nº 3.298/99 em seu art. 43, diz que *“a referida equipe deve também assessorar os órgãos responsáveis pelos concursos públicos”*.

2.4 Centros e núcleos de suporte na perspectiva inclusiva do Estado de Goiás

O Estado de Goiás inclui nas suas Diretrizes Operacionais da Rede Pública Estadual os Centros de apoio a pessoa com deficiência e/ou as que trabalham na área de inclusão. Conforme figura a seguir:

CENTROS E NÚCLEOS DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL	FINALIDADE
Centro de capacitação de profissionais da educação e de atendimento às pessoas com surdez (CAS)	<ul style="list-style-type: none"> ✚ Capacitar profissionais da educação para o atendimento às pessoas com surdez, dando suporte técnico especializado em Libras e Português para surdos. Oferece cursos de Libras aos profissionais da educação, familiares dos alunos e à comunidade em geral.
Centro de apoio pedagógico para as pessoas com deficiência visual (CAP)	<ul style="list-style-type: none"> ✚ Atende alunos com deficiência visual e seus familiares e promove a capacitação de profissionais da educação que atendem a essa demanda, oferecendo recursos didáticos e pedagógicos às unidades escolares
Núcleo de atividades e altas habilidades e superlotação (NAAH/s)	<ul style="list-style-type: none"> ✚ Tem como objetivo atender as necessidades educacionais especiais dos alunos com características de altas habilidade/superlotação, oportunizando o aprendizado específico e estimulando as potencialidades criativas, oferecendo apoio pedagógico aos professores e orientação às famílias.
Centro de educação e convivência juvenil-oficina de cidadania	<ul style="list-style-type: none"> ✚ Projeto de inclusão e cidadania, criado para ser um espaço de inclusão sociocultural e, ainda, contribuir para a diminuição da violência e da vulnerabilidade socioeconômica, em diversas áreas do estado de Goiás.

Figura Nº 04 – Centros de Apoio a Inclusão no Estado de Goiás.

Fonte: Criação própria, inspirada nas Diretrizes Operacionais da Rede Pública Estadual de Goiás.

Além desses centros e núcleo que dão atendimento a pessoa com deficiência e a seus familiares pode citar ainda, a Associação dos Deficientes Físicos do Estado de Goiás – ADEFEGO. Essa associação Iniciou-se quando um pequeno grupo de pessoas com deficiência física resolveu se reunir e formar uma associação, o grupo percebeu que o esporte atraia os jovens, então a associação formou equipes de natação e basquete, a qual ficou conhecida nas apresentações de campeonatos esportivos. Um ano depois da fundação, em 1984 com o apoio do governo estadual inaugurou a casa do paraplégico onde abrigava pessoas com deficiência que não possuíam residência fixa e moravam em hospitais. Em meio a esse tempo a sede do ADEFEGO passou a funcionar junto a unidade de atendimento as pessoas com deficiência visual e auditiva.

Com o crescimento da Associação percebe-se a necessidade de oportunidade de emprego para essas pessoas, daí a criação de uma oficina de fabricação de cadeiras de rodas que em 1994 foi batizada com o nome de “Mão na Roda”, um ano marcante porque iniciou a inserção dessas pessoas no mercado de trabalho, onde foram assinados contratos de trabalho com empresas como: Brasil Telecom e Dataprev e depois outros convênios com empresas como: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Caixa Econômica Federal, SANEAGO, Empresa de Telefonia Vivo e o órgão do DETRAN.

A seguir algumas figuras que retratam trabalhos realizados pela ADEFEGO:

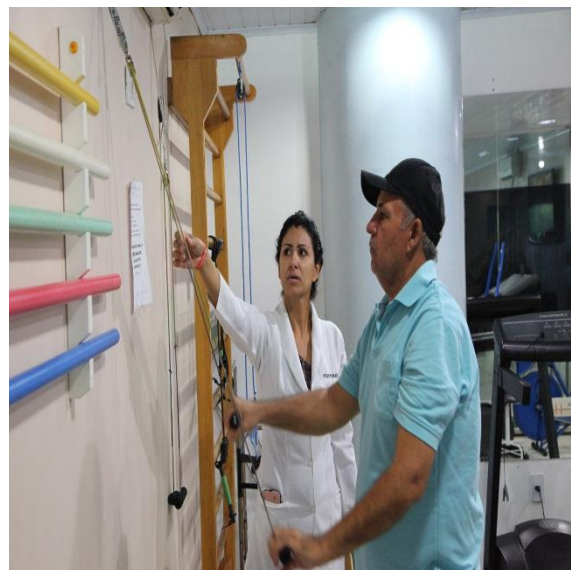


Figura 05 – Atendimento na clínica de reabilitação, promoção aos associados e comunidade.
Fonte: www.edefego.org.br



Figura 06 – Atendimento social, melhoria na qualidade de vida da pessoa com deficiência
Fonte: www.adelego.org.br

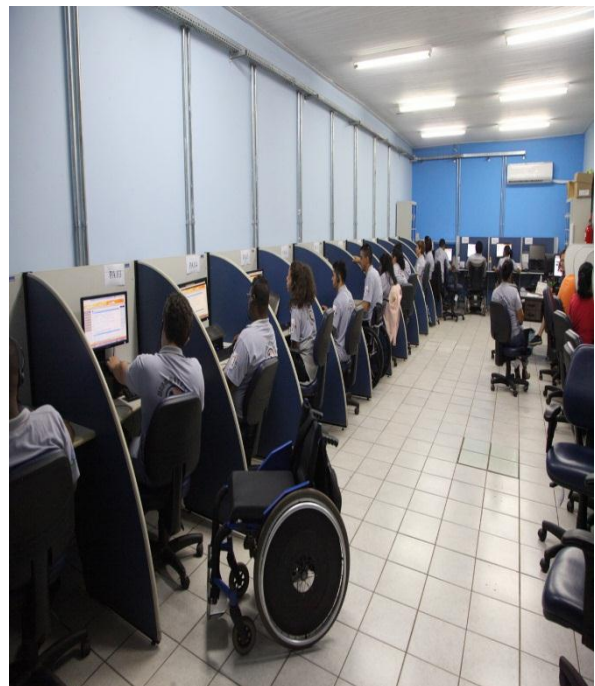


Figura 07– Departamento de seleção, inclusão social e profissional da pessoa com deficiência
Fonte: www.adelego.org.br



Figura 08 – Esporte, reconhecimento de seus valores das pessoas com deficiência
Fonte: www.adegeo.org.br

Valéria da Silva Ramos

Rogério Marculino dos Santos

Márcia da Silva Barcelos



Figura 09 – Cultura, trabalhos artístico de pessoas com deficiência.
Fonte: www.adegeo.org.br

Romeu Kazumi Sasaki em sua obra “Inclusão Construindo uma sociedade para todos”, cita a Declaração de Salamanca onde diz que:

Os jovens com necessidades especiais devem receber ajuda para fazer uma eficaz transição da escola para a vida adulta produtiva. Assas escolas devem ajudá-los a se tornarem economicamente ativos e promover-lhes as habilidades necessárias no dia-a-dia, oferecendo treinamento em habilidades que respondam as demandas sociais e de comunicação e as expectativas da vida adulta. (Sasaki, 199 p. 115).

2.5 Acessibilidades, fator fundamental no processo de inclusão escolar e social

Falar de acessibilidade é tão importante quanto falar de adaptação de currículo, de metodologias e outros instrumentos que contribuem na aprendizagem do aluno com deficiência, porque a acessibilidade não diz respeito somente aos ambientes físicos adaptados aos alunos que necessitam de rampas com corre mão, portas alargadas de banheiros e de salas de aula, e outros acessórios que facilitam a sua locomoção no ambiente escolar, diz respeito também a sua aprendizagem e facilitação ao conhecimento de acordo com as suas limitações e necessidades. Os materiais e equipamentos específicos para deficientes como os livros em braille, tv com legenda aumentada, fones de ouvidos, lupas, e outros, também se inclui na acessibilidade, pois contribuem na aprendizagem dos alunos. Além desses aparatos que contribuem na acessibilidade de aprendizagem dos alunos com deficiência, incluímos ainda a Tecnologia Assistiva, que com base em seus aspectos legal brasileiro é um tema mais completo em se tratando de tecnologia, como instrumento de acessibilidade ao conhecimento para pessoa com deficiência.

A Revista do Direito da Cidade, publicou um artigo de Luiz Alberto David Araújo (*et al*), 2016), estudantes do curso de direito constitucional na universidade católica de São Paulo, onde diz que:

A acessibilidade consiste, assim, na possibilidade que todas as pessoas, quer sejam crianças, quer sejam gestantes, quer sejam pessoas com mobilidades

reduzidas, quer sejam pessoas com deficiência, tenham condições de utilizar, com autonomia e segurança, os equipamentos e mobiliários urbanos, as edificações, os meios de transportes, as tecnologias e sistemas de informação disponíveis, bem como os serviços públicos ou aberto ao público. (Revista, vol. 08, nº 1. ISSN 2317-7721).

A esse respeito o Comitê de Ajuda Técnicas aborda em seu livro Tecnologia Assitiva (CAT 2009 p. 9), *“que é importante destacar que há de se incluir nessa soma de pessoas com deficiência, os idosos, gestantes, lactantes e outra pessoas com mobilidades reduzidas, seja ela em caráter permanente ou temporário. Os quais chegam a 43,5% da população brasileira”*.

Finalizando esse tópico, concluímos que muito tem feito com relação a inclusão social da pessoas com deficiência, porém muito mais ainda tem a ser feito, apesar das legislação assegurar o direito de ir e vir da pessoa com deficiência, a realidade demonstra o quanto muitos espaços físicos abertos ao público ainda não estão adaptados, a maioria deles limitam a locomoção dessas pessoas.

2.5.1 As tecnologias de informação e comunicação – TIC, no processo inclusivo

Nesta seção aborda os vários e novos canais de comunicação que contribuem na aprendizagem dos alunos. O educador contemporâneo enfrenta um novo desafio diante das novas tecnologias e esse novo estilo de conhecimento engendrado pelas TIC ainda é um desafio para muitos professores. As transformações na educação estão interligadas a expansão e ao contato com as tecnologias, paulatinamente ela se adentra as escolas, muitas vezes favorecendo o ensino e a aprendizagem e em outras vezes o desconhecimento no uso dos aparelhos tecnológicos, por parte dos professores, ou quando mal aplicados são produtores de exclusão.

Sobre esse assunto a pesquisadora Claudia Regina Mosca Giroto, aborda que:

Nem os professores em serviço e nem os milhares de professores que estão se formando para atuar na rede pública de ensino tem conhecimento aprofundado sobre o uso, na prática pedagógica, das Tecnologias de Informação e Comunicação, apesar de se constatar que a maioria das escolas públicas tem recebido do Estado, recursos e instrumentos tecnológicos e diversificados, muitos gestores e professores ainda não sabem como utiliza-los. (Giroto {et al,}, 2012 p. 18).

Ainda a esse respeito a autora diz que *“inicialmente este tema causa impacto no cotidiano das escolas”*. Tal impacto pode ser explicado pela ausência de discussão sobre o tema nos cursos de formação inicial de professores gerando insegurança nos profissionais que desconhecem os diversos tipos de tecnologias existentes.

Imaginar o ambiente escolar sem esse arsenal de possibilidade oferecido pelas TIC, incorporados no processo educacional como recursos didáticos que promovem aulas diversificadas e que ampliam o conhecimento do aluno, é pensar numa estagnação de conhecimentos, pois ele não só aprende com determinados programas de computador, mas também relaciona e cria seu próprio conhecimento. A inserção dessas ferramentas vem se tornando importantes instrumentos de nossa cultura, e seu uso, um meio concreto de inclusão como pode ser visto nas colocações de Giroto. O pesquisador cita sete aplicações importantes das TIC para realização de atividades que trazem uma série de vantagens, tais como:

- A) A individualização do ensino respeitando o ritmo e o tempo de realização de atividade de cada aluno;
- B) A flexibilidade que viabiliza o uso de canais sensoriais distintos;
- C) A avaliação contínua e dinâmica;
- D) A auto - avaliação;
- E) A manutenção da mesma atividade/exercício de acordo com as necessidades educacionais do aluno;
- F) O ajuste do nível de complexidade de atividade;
- G) A motivação, pois podem ser inseridos temas, cores, figuras, formas que atendem aos interesses dos alunos, estimulando-os, de diferentes maneiras, a realizar as atividades propostas, entre outras. (Giroto {et al}, 2012 p. 21).

De acordo o Decreto N° 3.298/99, (art. 28, § 2º). As instituições públicas e privadas que ministram educação profissional devem disponibilizar cursos profissionais de nível básico para o segmento da educação inclusiva, as matrículas a esses cursos não devem estar condicionadas aos níveis de escolaridade, elas deve estar vinculadas a capacidade das pessoas com deficiência, assim diz o referido artigo. Pensando em oportunizar aos alunos com deficiência o manuseio aos equipamentos tecnológicos, o governo federal enviou as unidades educacionais esses equipamentos, no entanto o que se percebe é que esses equipamentos não são utilizados adequadamente, com finalidade de atender aos alunos com deficiência para estes obtenham conhecimento na área de informática.

No entanto associado ao fator de não utilização dos equipamentos tecnológicos pelos alunos, está a falta de capacitação dos professores na área de informática, o que se torna um obstáculo no uso das TIC, as quais é um importante instrumento na nossa cultura, até mesmo para os alunos com deficiência. As TIC surgem como possibilidade de inclusão e expansão do ensino e da aprendizagem.

2.6 Tecnologias assistiva (TA), no processo de inclusão

Muitos recursos são colocados à disposição da Educação Inclusiva com o propósito de oferecer condições de aprendizagem aos alunos que tem algum tipo de deficiência, entre estes podemos citar a Tecnologia Assistiva (TA), porque favorece condições de aprendizagem aos educandos com deficiência física, sensorial e cognitiva. Pode-se pensar que esse é um tema ligado a ciência e tecnologia, a saúde, a indústria ou a educação, no entanto é um elemento para a promoção dos direitos humanos, pelo qual as pessoas com deficiência tem a oportunidade de alcançarem sua autonomia e independência em todos os aspectos de suas vidas. De acordo com o Comitê de Ajudas Técnicas (CAT⁹):

A tecnologia assistiva é uma área do conhecimento de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação de pessoas com deficiência, incapacidade ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. (CAT 2009, p. 9)

Atualmente são muitos os recursos tecnológicos inseridos nas escolas e no cotidiano das pessoas com deficiência, favorecendo a aprendizagem e facilitando as atividades rotineiras. Além dos recursos simples adaptados pelos professores podemos citar os hardware e software, os quais são usados de acordo com as necessidades específicas de cada aluno. É fato que a tecnologia torna a vida mais fácil aos alunos com NEEs.

Segundo BERSCH (2013), utilizamos constantemente ferramentas que foram desenvolvidas para facilitar e simplificar a vida no nosso cotidiano, como talheres, canetas, computadores, controle remotos, automóveis, relógios, telefone celulares, em fim uma lista

⁹ - Comitê de Ajudas Técnicas (CAT), estabelecido pelo Decreto Nº 5.296/2004 no âmbito da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, na perspectiva de ao mesmo tempo aperfeiçoar, da transparência e legitimidade ao desenvolvimento da Tecnologia Assistiva no Brasil.

interminável de recursos ligados ao nosso cotidiano. A pesquisadora diz que o objetivo da TA é *“proporcionar a pessoa com deficiência maior independência, qualidade de vida e inclusão social, através da ampliação da sua comunicação, mobilidade, controle de seu ambiente, habilidades de seu aprendizado e trabalho”*.

2.6.1 Modelos de tecnologia assistiva – Auxílio para a vida educativa/ e diária

Muitas pessoas dependem de auxílio de outras pessoas para realizar suas atividades diárias como: comer, vestir, locomover, higienizar-se e outras atividades rotineiras ao cotidiano. Para muitas dessas pessoas a tecnologia torna a sua vida mais fácil e independente. A seguir alguns modelos de materiais e produtos relacionados a tecnologia assistiva, os quais são classificados em três grupos: a) Adaptações físicas ou órteses. b) Adaptações de hardware. c) Adaptações softwares.

- a) Adaptações físicas ou órteses: são dispositivos ou adaptações prescritos por médicos, utilizados no corpo da pessoa com deficiência para facilitar sua interação com o computador, principalmente para alunos com paralisia cerebral que apresenta sequelas no tônus muscular, órteses estão disponível para imobilização, mobilização, correção, alívio e estabilização do corpo ou membro afetado.



Figura 10 – Órteses para digitação, acionadores diversos.

Fonte: <https://www.google.com.br/search?q=imagem>

- b) Adaptação de Hardware: são aparelhos ou adaptações presentes nos componentes físicos do computador, nos periféricos, ou mesmo, quando os próprios periféricos, em suas concepções e construção, são especiais e adaptados, com a finalidade de possibilitar a interação no computador, de alunos com diferentes níveis de

comprometimento motor e/ou de comunicação de linguagem, em processo de ensino e de aprendizagem.



Figura 11 – Adaptação de Hardware.

Fonte: <https://www.google.com.br/search?q=imagem>

- c) Software especiais de acessibilidade: são os programas especiais de computadores que possibilitam ou facilitam a interação do aluno com deficiência com a máquina, são considerados componentes lógicos da TIC, quando construídos como Tecnologia Assistiva.



Figura 12 – Software especiais de acessibilidade.

Fonte: <https://www.google.com.br/search?q=imagem>

Conclui-se, porém, que não basta a utilização das TICs como TA no Atendimento Educacional Especializado, é importante a intencionalidade do seu uso como fator de aprendizagem e desenvolvimento das competências de linguagem, cálculos e raciocínio lógico, os quais levam os alunos a interagir com meio no qual está inserido. A seguir um exemplo de fluxograma apresentado pela Revista Espacios (2016, vol. 37 nº 09), que resume situações de aprendizagem favorecida por esse modelo de tecnologia.

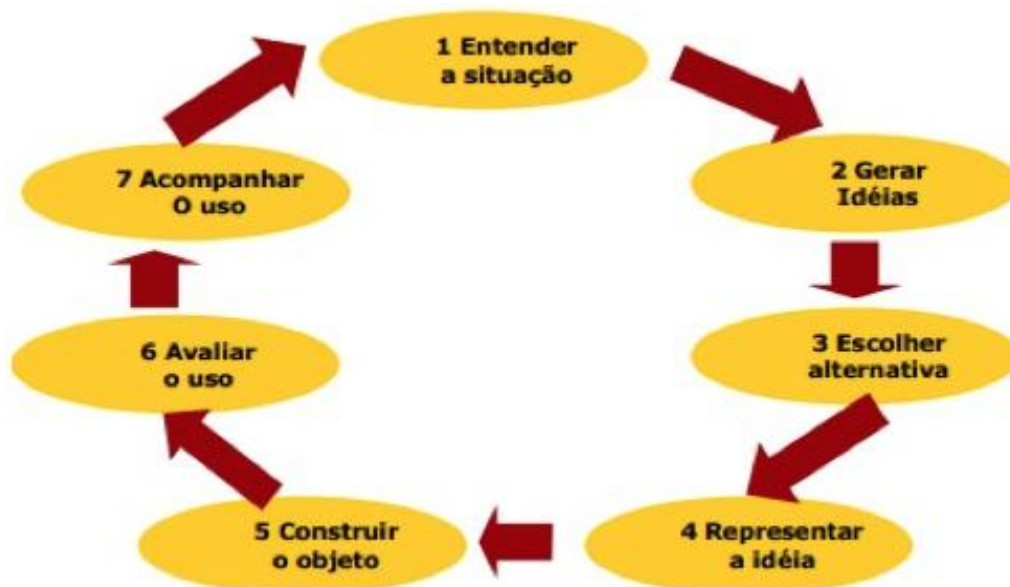


Figura 13 – Fluxograma, como proposta de uso de Tecnologia Assistiva.

Fonte: <http://www.revistaespacios.com/a16v37n09/163709e1.html>

3. A INSERÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO, COTAS REGULAMENTADAS EM LEI

Depois de situar o processo de inclusão social e escolar, pontuando seus avanços e dificuldades ainda enfrentadas pelas escolas públicas, este capítulo expõe uma síntese da situação atual do deficiente quanto ao seu ingresso no mercado de trabalho no Brasil, abordando as leis que asseguram este assunto, ainda muito polêmico apesar dos movimentos sociais de lutas contra a discriminação da pessoa com deficiência.

A inserção no mercado de trabalho não está sendo fácil. Imagine, então, para as pessoas que tem deficiência. Muitas delas são capazes de exercer muitas atividades com a mesma produção e comprometimento como qualquer outro trabalhador. Mas, não é dessa maneira que a sociedade os vê. A situação está mudando graças a Lei Nº 8.213/91, somente regulamentada em 1999, que em seu Art. 93 implanta cotas de preenchimento de vagas de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos cargos das empresas, para pessoas com deficiência e pessoas reabilitadas pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS)¹⁰, nas seguintes proporções:

Nº DE FUNCIONÁRIOS	% DE COTAS
I - até 200 funcionários	2% (dois por cento)
II - de 2001 a 500	3% (três por cento)
III - de 500 a 1.000	4% (quatro por cento)
IV - de 1.001 em diante	5% (cinco por cento)

Figura Nº 14 – % de cotas para inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho
Fonte: criação própria fundamentada na Lei nº 8.213/91 da Presidência da República.

Os efeitos da Lei só começaram a serem sentidos a partir do ano de 2000, porque a sua regulamentação aconteceu no ano anterior. Trata-se de uma luta de grupos em defesa a pessoa com deficiência, que nem sempre são cumpridas de acordo com os direitos adquiridos em Lei. Algumas empresas ainda veem a inclusão do deficiente em seu quadro de funcionários como caridade e por esse motivo, acabam deixando-os exercer alguma atividade que não requer formação continuada. O que se espera de fato é que o funcionário com deficiência não seja um mero ocupador de vagas exigido por Lei, ele dentro das suas limitações tem que ser tratado e respeitado como os demais funcionários. O Art. 5º § 2º da referida Lei Nº (8.213/91) e o

¹⁰ - INSS, autarquia federal com sede em Brasília- Distrito Federal, vinculada ao Ministério da previdência Social, instituída com fundamento no dispositivo no art. 17 da Lei nº 8.029 de 12 de abril de 1990, tem por finalidade de promover o reconhecimento, pela previdência social, de direitos aos recebimentos de benefícios por ela administrados.

Decreto Nº 3.298/99 da Casa Civil da Presidência da República nos Art. Nº 34 ao 37 que trata do acesso ao trabalho, garante as pessoas com deficiência aos cargos e empregos públicos mediante concurso, e diz que as empresas devem reservar vagas a essas pessoas com no mínimo de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) no seu quadro de funcionários

3.1 Conceitos da pessoa com deficiência para a Lei de cotas

Por ser Lei, é conveniente pensar que nem todas as pessoas com deficiência tem as mesmas possibilidade de exercer uma função, algumas deficiências incapacita a pessoa para o exercício de atividades física, mental ou sensorial, em razão dessa incapacidade ainda pode –se citar a pessoa que tem dificuldade de interação social. Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego:

I - Deficiência - toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gera incapacidade para o desempenho de atividades, dentro do padrão considerado normal para o ser humano;

II – deficiência permanente – aquela que ocorre ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não ter recuperação ou ter probabilidade de se altere, apesar de novos tratamentos;

III – Incapacidade – uma redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social, com necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa com deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu bem-estar e ao desempenho da função ou atividade a ser exercida. (Decreto nº 5.926/04)

O Ministério do Trabalho e Emprego diz ainda que as razões que levaram a criação da Lei de cotas foi que, apesar das conquistas a partir da Revolução Francesa de 1789 tenham possibilitado a consolidação da concepção de cidadania elas não foram suficientes, pois se constatou que a mera declaração formal das liberdades nos documentos e nas legislações esboroava, ruía, frente a inexorável exclusão econômica da maioria da população. Tratou-se, então, já no século XIX de se buscar os direitos sociais com ações estatais que compensassem aquelas desigualdades, municiando os desvalidos com direitos implantados e construídos de forma coletiva, em prol da saúde, da educação, da moradia, do trabalho, do lazer e da cultura para todos. E ainda diz que:

A pessoa com deficiência habilitada é aquela que conclui curso de educação profissional de nível básico, técnico ou tecnológico, ou curso superior, com certificação ou diplomação expedida por instituição pública ou privada, legalmente reconhecida pelo Ministério da Educação ou órgão equivalente. Ou aquela com certificado de conclusão de processo de habilitação ou reabilitação profissional fornecido pelo INSS..., aquela que não tendo se submetido a processo de habitação ou reabilitação, esteja capacitada para o exercício da função (art. 36, §§ 2º e 3º do Decreto nº 3.298/99).

O Ministério do Trabalho e Emprego ressalta ainda que: *“a contratação dessa pessoa deve ser vista como qualquer outra, eis que se espera do trabalhador nestas condições profissionalismo, dedicação, assiduidade, enfim, atributos ínsitos a qualquer empregado. Não se quer assistencialismo, e sim oportunidades”*.

Segundo os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) 2015, divulgada pelo Ministério do Trabalho, 403,2 (quatrocentos e três virgula dois mil) pessoas com deficiência atuam formalmente no mercado de trabalho, correspondendo a um percentual de 0,84% (zero virgula oitenta e quatro por cento) do total dos vínculos empregatícios. Os dados apontam que 259 (duzentos e cinquenta e nove mil) postos de trabalho são ocupados por pessoas do sexo masculino e 144,2 (cento e quarenta e quatro virgula dois mil) postos, são ocupados por pessoas do sexo feminino.

Neste sentido conclui-se que a questão de inclusão social tem avançado, porém muito ainda tem que ser feito com relação ao incentivo da inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho. As unidades educacionais necessitam de professores preparados para trabalhar com alunos com deficiência, os órgãos públicos devem oferecer formação continuada a esses professores, preparar esses profissionais para que possam instruir os alunos com deficiência para que estes sejam inseridos no mercado de trabalho, incentiva-os a ser protagonista da sua própria história, buscar a sua realização profissional. Segundo o Portal do Brasil Econômico, que divulga uma pesquisa do IBGE realizada em fevereiro de 2017, aponta que 33,7 (trinta e três vírgula sete milhões) de pessoas trabalham com carteira assinada no Brasil. As pesquisas também indicam que o Brasil conta com 45 (quarenta e cinco milhões) de pessoas com deficiência e somente 259 (duzentos e cinquenta e nove mil) estão no mercado de trabalho. O que pode ser percebido é que um número pequeno de pessoas com deficiência estão inseridos no mercado de trabalho.

II) PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo representa os procedimentos metodológicos utilizados no desenvolvimento do estudo, com a pretensão de alcançar os objetivos previstos nesta pesquisa. Apresenta também o contexto da pesquisa, os sujeitos pesquisados, as estratégias, os instrumentos e procedimentos que foram utilizados na coleta e análise das informações.

Para Minayo (2001, p. 16), *“entendemos por metodologia o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Neste sentido, a metodologia ocupa um lugar central no interior das teorias e está sempre referida a elas.”*

4.1 O Problema da Pesquisa

A experiência vivida em escolas públicas inclusivas desde o ano de 1999 me aguçou a vontade de pesquisar sobre os avanços da educação oferecida aos educandos com deficiência, pois além de uma admiradora da inclusão acredito que todo indivíduo é capaz de vencer as dificuldades e reter conhecimentos que melhore sua qualidade de vida no âmbito pessoal e social.

A política educacional inclusiva nas escolas públicas da cidade de Campos Belos está assegurada pela Constituição Federal Brasileira, por isso as unidades educacionais deste município procura observar os artigos 206 e 208, onde propõem a igualdade de condições e acesso à educação para todos, além de propor oferta de ensino principalmente na rede regular.

A área da educação inclusiva ainda não é prioridade de investimento para os governantes das esferas federal e estadual, é necessária a finalidade de suprir as escolas com os recursos de Atendimento Educacional Especializado a todos que dele necessitam, principalmente na esfera de formação aos docentes para que estes tenham condições de acolher os educandos e oferece-lhes oportunidade de desenvolvimento pessoal e educacional. O respaldo legal existe, toda via a escola em sua magnitude, precisa estar devidamente preparada para garantir a inclusão.

Diante do assunto abordado, pleiteamos nosso problema de investigação, levando em consideração a posição de Gil (2008, pp. 49 – 50)

[...] o problema é qualquer questão não resolvida e que é objeto de discussão, em qualquer domínio do conhecimento [...] pode –se dizer que um problema é testável cientificamente quando envolve variáveis que podem ser observadas ou manipuladas. As proposições que seguem podem ser tidas como testáveis.

Sobre esse mesmo assunto a visão de um outro autor:

O problema é o ponto de partida de toda investigação. É provavelmente a etapa mais importante do processo de investigação, a que implica vários passos inter-relacionados. O problema consiste numa pergunta ou enunciado sobre a realidade ou qualquer situação em que se encontra uma solução satisfatória ou não dispomos de uma resposta adequada. (Campoy 2016, p. 42).

De acordo com os registros da unidade educacional pesquisada 06 alunos já concluíram a educação básica e mais 07 estão prestes a concluir nos próximos anos, porém os profissionais desta unidade educacional não tem conhecimento se alguns desses ex-alunos se encontram trabalhando em instituições públicas ou privadas, ou seja, exercendo uma profissão.

Para Sasaki:

Mais recentemente, as pessoas com deficiência têm sido excluídas do mercado de trabalho por outros motivos como, por exemplo: falta reabilitação física e profissional, falta de escolaridade, falta de meios de transporte, falta de apoio das próprias famílias e falta de qualificação para o trabalho. (Sasaki 1999, p.60).

Brasil, Ministério do Trabalho, (apud Sasaki, 1999 p. 60) ressalta que *“a maioria dos projetos que preconizam a qualificação da pessoa com deficiência não logra resultados exitosos por estar distanciados das necessidades do mercado de trabalho, bem como dos novos processos de transformação do sistema produtivo”*

Diante das contribuições dos autores supracitados, propõe-se por meio dessa pesquisa analisar o processo de educação inclusiva no Colégio Estadual Felismina Cardoso Batista, tentar entender porque muitos alunos com deficiência já concluíram seus estudos e não almejavam um emprego. E conseqüentemente responder o seguinte questionamento que deu origem a pergunta problema desse estudo.

“As metodologias utilizadas para atender aos alunos com deficiência do Colégio Estadual Felismina Cardoso Batista, contribuem para que estes sejam inseridos no mercado de trabalho?”

4.2 Objetivos: geral e específicos

4.2.1 Objetivo geral

Analisar se a Educação Inclusiva do Colégio Felismina C. Batista contribui na formação dos alunos com deficiência, para que estes sejam inseridos no contexto laborial

4.2.2 Objetivos específicos

- Identificar se a instituição educacional trabalha com práticas pedagógicas diferenciadas que contribuem com a formação dos alunos com deficiência.
- Identificar se os professores possuem formação continuada para atender as perspectivas de uma escola inclusiva
- Identificar as possibilidades e dificuldades que os empresários enfrentam para empregar pessoas que tem deficiência.

4.3 Enfoque e desenho da pesquisa

Esta pesquisa se fundamenta em uma abordagem qualitativa de caráter exploratório, tendo como método o estudo de caso, no qual se buscou conhecer uma realidade específica através de observação e entrevistas como instrumentos de coleta das informações.

O estudo qualitativo permite ao investigador analisar o fenômeno dentro do seu contexto natural além de permitir uma profunda análise dos dados obtidos. Portanto essa pesquisa tratará de um estudo que envolve fenômenos educacionais. Neste sentido Bauer e Gaskell (2011 p. 65) diz que a pesquisa qualitativa “*precisa-se planejar métodos tão abertos que façam justiça à complexidade do objeto em estudo*”. Para esses autores os objetos são estruturados em complexidade e totalidade e não em variáveis únicas. Para Triviños (1993, p. 26) esse tipo de pesquisa “permite ao investigador aumentar a sua expectativa em torno de determinado problema”.

Para Campoy (2009 p. 277), são muitas as vantagens que nos proporcionam as técnicas qualitativas. Dentre elas, ele destaca as seguintes:

- Permite abordar o problema complexo como são os estudos de crenças, motivações e atitudes de um problema, aspecto que seria de difícil abordagem por meio das técnicas qualitativas.

- Possibilita a participação dos indivíduos com experiências diversas, a qual permite tornar uma visão mais ampla dos problemas.
- Permite a geração de um grande número de ideias de forma rápida e diminui o tempo para a tomada de decisão.
- Sua realização geralmente é simples, não exige complicadas provas estatísticas.
- Tem baixo custo econômico.

Neste sentido o melhor método que se enquadrou na perspectiva desta investigação foi o estudo de caso, uma vez que se tem como objetivo analisar os fatos num dado contexto específico. Para o Professor João José Saraiva Fonseca:

Um estudo de caso pode ser caracterizado como um estudo de uma entidade bem definida como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa, ou uma unidade social. Visa conhecer em profundidade o como e o porquê de uma determinada situação que se supõe se única em muitos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico. O pesquisador não pretende intervir sobre o objeto a ser estudado, mas revê-lo tal como ele o percebe. (Fonseca, 2002 p. 33).

Na descrição do autor, o estudo de caso é um estudo profundo de uns ou poucos objetos, de maneira que permite um amplo e detalhado conhecimento. Devido a sua contribuição optamos pela investigação de estudo de caso porque nos possibilita uma observação de sujeitos em pequeno grupo ou um grupo como um todo, usando observações diretas, entrevistas e exames de registros.

4. 4 Marcos contextual da pesquisa

A pesquisa foi realizada em um Colégio Estadual do município de campos Belos Goiás, Brasil. A cidade de Campos Belos tem aproximadamente 20.000 (vinte mil) habitantes, é vista como polo comercial do nordeste do estado de Goiás, servindo a população de várias áreas de Goiás, Tocantins e até de uma porção rural do estado da Bahia. Cercada de morros por todos os lados, cresceu baseando-se na pecuária, hoje o comércio mercantil domina a economia, atende em vários ramos, cerca de 100.000 (cem mil) pessoas de cidades circo vizinhas dependem de seus serviços.

Essa pequena cidade também evoluiu na concepção educativa, hoje é representatividade regional na educação, conta com uma unidade da Universidade Estadual de Goiás (UEG) que oferece os cursos de Letras Português/Inglês, Pedagogia, Tecnologia Agropecuária,

Tecnologia em Agronegócio e Gestão Pública. Além da UEG a população de Campos Belos também é atendida pela Universidade Federal do Tocantins (UFT), em Arraias, cidade vizinha. As duas Universidades juntas oferecem aproximadamente 20 cursos aos estudantes da região. Complementando esse quadro a Faculdade Terra, Unigran, LFG, (instituições privadas), oferecem cursos de graduação à distância e presenciais. Portanto, quatro opções de instituições de ensino superior são acessíveis aos camposbelenses e vizinhos.

Por fim, em 2010 Campos Belos foi escolhida como cidade polo a receber uma unidade do Instituto Federal Goiano onde já atende a mais de 100 alunos em cursos de qualificação que estão concluindo concomitantemente o ensino médio em colégios estaduais da cidade ou de cidades entornos. Além dessas instituições a população de Campos Belos também conta com 04 Unidades Educacionais Estaduais que atende ao ensino básico, onde uma delas neste ano de 2017 passou a funcionar o Centro de Ensino em Tempo Integral (CEPI), para atender alunos do ensino médio. Outra, que é a unidade pesquisada, é referência na educação inclusiva, conta com professores que tem especialização na área inclusiva e que tem vários cursos de formação continuada oferecido pelo estado, donde alguns alunos com deficiência, oriundos dessa unidade educacional já concluíram curso superior na UEG (Unidade de Campos Belos). As quatro escolas contemplam no PPP e Regimento Escolar o atendimento aos alunos com deficiência.

Assim como em qualquer outro lugar a população de Campos Belos conta com pessoas que tem algum tipo de deficiência. De acordo com as figuras a seguir pode-se ter uma ideia da localização da cidade de campos Belos com relação área geográfica do Brasil.

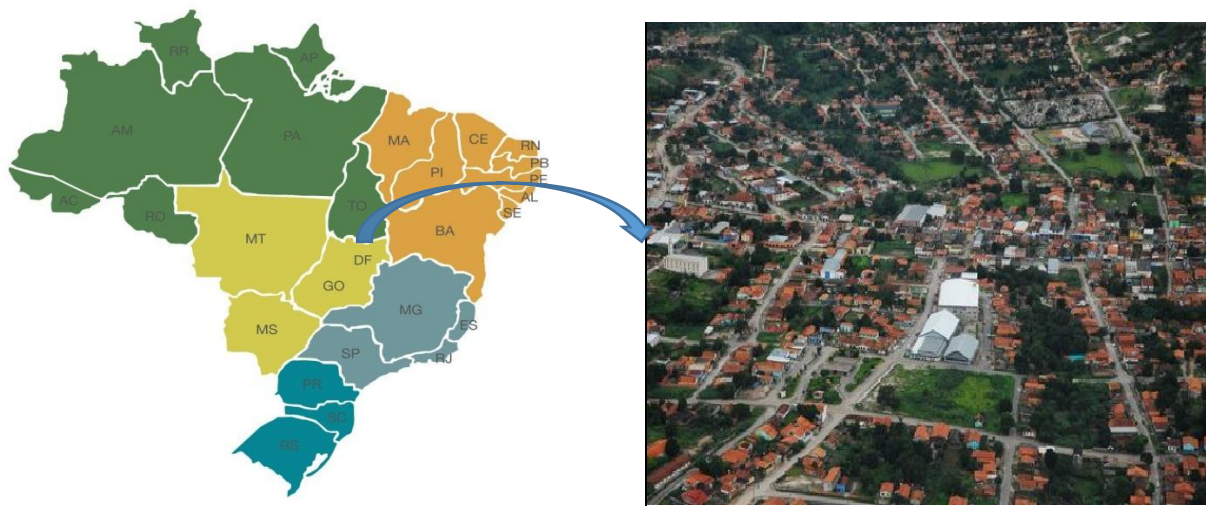


Figura 15 – Foto panorâmica da cidade de Campos Belos – GO com relação ao Brasil.

Fonte: www.camposbelos.go.gov.br/index.php/a-cidade

Os quatro colégios estaduais de Campos Belos atendem alunos com deficiência, porém o colégio escolhido para a pesquisa foi o colégio estadual Felismina Cardoso Batista por ser referência em educação inclusiva na Regional desde 1995, com a implantação da **Segregação**. Em 2003 a Secretaria Estadual de Educação (SEE), propôs que todas as escolas inclusivas que tinham salas especiais, deveriam garantir a matrícula dos alunos com NEEs em salas comuns, extinguindo assim a segregação e edificando a inclusão dos alunos com deficiência.

Em 2008 mais um avanço na inclusão, a sala de recurso até então desprovida de materiais didáticos, recebe da SEE alguns recursos didático-pedagógicos tais como: material dourado, jogos educativos, dominós de LIBRAS, livros transcritos de LIBRAS para Língua Portuguesa, tapetes educativos e livros em Braille. A escola iniciou ali um Atendimento Educacional Especializado (AEE) no turno diferenciado que os alunos com deficiência estudavam, ajudando-os no desenvolvimento cognitivo. E ainda contava com uma professora de Recurso que tinha especialização em educação inclusiva e curso básico de LIBRAS.

Em 2009 a escola foi contemplada a receber do Ministério da Educação (MEC), um *Kit* com vários materiais educativos, inclusive recursos tecnológicos e de Tecnologia Assistiva (TA), passando assim a funcionar uma Sala de Recursos Multifuncional (SRM) com o objetivo de apoiar a inclusão escolar e atender melhor os alunos com NEEs. Litigiava para essa sala um profissional com cursos específicos para o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs).

Consideramos que a instituição de ensino escolhida para a pesquisa difere das demais no município por ser a que agrega maior número de educandos com deficiência, está melhor apoiada em recursos tecnológicos e pedagógicos e propicia aos mesmos a oportunidade de cursar o ensino médio, inclusive alguns alunos oriundos desta instituição já concluíram seus estudos no nível superior, como foi dito anteriormente. No que se refere ao ensino real, difere muito pouco das demais do estado, ou melhor, do país, está incluída no modelo (projeto) de educação brasileira, possui as mesmas carências, deficiências e acertos das escolas públicas nacionais. Recebe recurso financeiro do Estado e da Federação Nacional, limitados para sua manutenção. Os servidores ainda são mal remunerados e poucos deles têm formação continuada na área de inclusão. Sua clientela enfrenta dificuldades socioeconômicas oriunda da sociedade classista e desigual da qual fazemos parte.

Atualmente a unidade educacional atende do 6º ao 9º ano do ensino fundamental e da 1ª a 3ª série do ensino médio e conta com 699 alunos matriculados. Destes, 20 alunos tem algum tipo de deficiência e estudam em salas comuns, sendo 13 no ensino fundamental e 07 no ensino médio (01 na 3ª série, os demais na 1ª e 2ª séries). A unidade Educacional tem uma estrutura física considerada boa, tem dez salas de aula amplas e arejadas, pátio amplo com rampa e corrimão, 04 banheiros (02 feminino e 02 masculino) para os alunos e 02 banheiros (01 masculino e 01 feminino) para os professores, pátio multiuso, cantina, sala dos professores, diretoria, secretaria, biblioteca, sala de recurso, laboratório de informática e sala de coordenação. Está localizado em uma área central da cidade.

A seguir algumas figuras da estrutura física da unidade educacional e de alguns alunos e professores realizando atividade escolar.



Figura 16 – Faixada da unidade educacional pesquisada.

Fonte: Criação da pesquisadora.



Figura 17 – Estrutura interna da escola.
Fonte: Criação da pesquisadora.

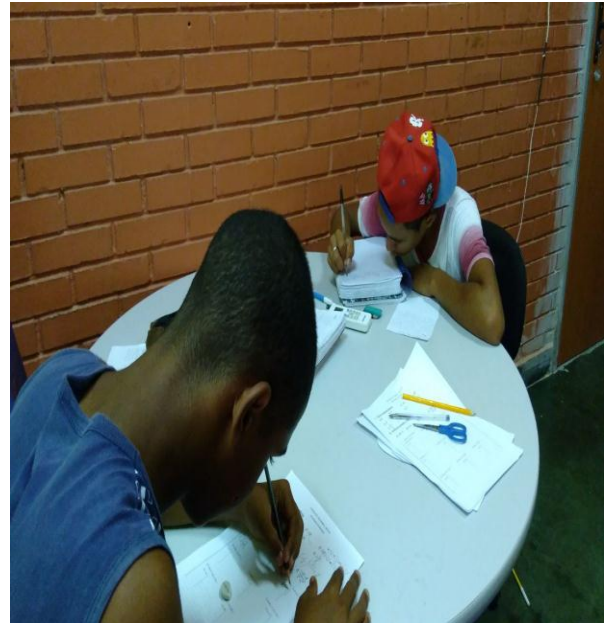


Figura 18 – Alunos com deficiência realizada atividades escolar.
Fonte: Criação da pesquisadora

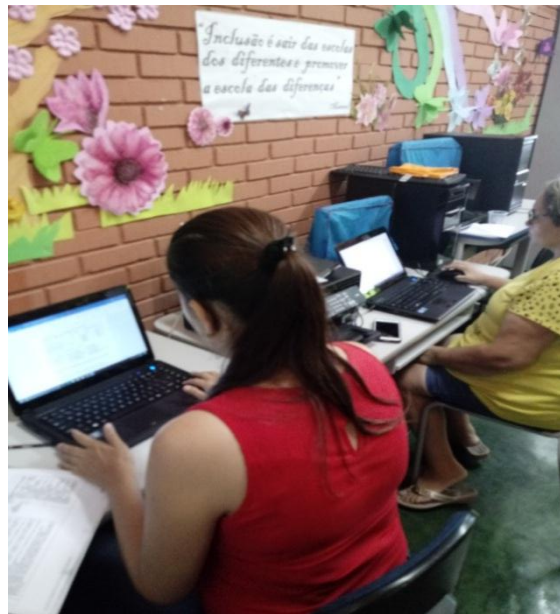


Figura 19 – Professora de recurso e de apoio realizando planejamentos de aulas.
Fonte: Criação da pesquisadora.

4. 5 População participantes da pesquisa

Mediante a contextualização supracitada, podemos afirmar que toda população foi fonte de informação e participou da pesquisa, já que foi possível aplicar os instrumentos a população de indivíduo ligada diretamente a inclusão escolar dos educandos com deficiência. A seguir uma figura que representa os seguimentos investigados:

SEGUIMENTOS	QUANT.	NIVEL DE ESCOLARIDADE	TEMPO NO EXERCICIO
Professores regentes	06	02 com graduação 04 com especialização	Varia de 05 a + de 10 anos
Professores de apoio	04	Todas com especialização	Varia de 01 a + de 10 anos
Professora de recurso	01	Especialização na área de inclusão	Mais de 10 anos
Coordenadoras	02	Com especialização	Mais de 10 anos
Diretora	01	Com especialização	Mais de 10 anos

Figura Nº 20 – Perfil dos profissionais da escola pesquisada.
Fonte: Pesquisadora a partir de dados da Unidade Educacional.

Mediante estarmos pesquisando sobre a contribuição na formação dos alunos com deficiência para que estes sejam inseridos no mercado de trabalho, participaram também como sujeito dessa investigação duas empresas do ramo mercantil, a secretaria municipal de educação e de saúde e uma instituição particular de saúde, do município de Campos Belos. As empresas e instituições pesquisadas empregam muitos funcionários, por isso o nosso objetivo de saber se elas tem algum funcionário com algum tipo de deficiência e conseqüentemente saber se a dificuldade de empregar essas pessoas esta relacionada ao grau de formação das mesmas. A seguir uma figura que representa as empresas e instituições pesquisadas:

PARTICIPANTES	NUMERO DE FUNCIONÁRIOS
EMPRESAS PRIVADAS	
Supermercado Compre Bem	136
Supermercado Goiás	50
Casa de Saúde Nossa Senhora da Conceição	60
INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	
Secretaria Municipal de Educação	340
Secretaria Municipal de Saúde	344

Figura Nº 21 – Empresas e Instituições envolvidas na pesquisa

Fonte: Criação da pesquisadora.

4. 6 Técnica utilizadas na pesquisa

De acordo com Lakatos (2003, p. 163), “a seleção instrumental metodológica está diretamente relacionada com o problema a ser estudado; a escolha dependerá de vários fatores relacionados à pesquisa, ou seja, a natureza dos fenômenos, o objeto da pesquisa e outros que possam surgir no campo da investigação”. Neste sentido, houve o cuidado em se manter a coerência com a fundamentação teórica e com os objetivos e também alinhar os instrumentos ao método, para que os dados coletados fossem suficientes para responder ao tema estudado e aos questionamentos dessa pesquisa. Foram utilizados todas as técnicas e instrumentos possíveis, de forma que se obtivessem as informações necessárias para alcançar os objetivos proposto neste trabalho e produzir resultados suficientes.

Lakatos (2002, p. 165) continua nos instruindo quando ressalta que:

Elaborados os instrumentos de pesquisa, o procedimento mais utilizado para averiguar a sua validade é o teste preliminar ou pré-teste. Consiste em testar os instrumentos da pesquisa sobre uma pequena parte da população do “universo” ou da amostra, antes de ser aplicado definitivamente, a fim de evitar que a pesquisa chegue a um resultado falso. Seu objetivo, portanto, é verificar até que ponto esses instrumentos tem, realmente, condições de garantir resultados isentos de erros.

A seguir uma figura que demonstra as técnicas e respectivas fontes para atender aos objetivos dessa pesquisa:

OBJETIVOS DA INVESTIGAÇÃO	TÉCNICAS	FONTES DE INFORMAÇÃO
Identificar se a instituição educacional trabalha com práticas pedagógicas que contribuem na formação dos alunos com deficiência para que eles sejam inseridos no mercado de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Entrevistas ✓ Observação 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Equipe gestora ✓ Professores ✓ Análise da pesquisadora
Identificar se os professores participam de formação continuada para atender os alunos com deficiência numa perspectiva inclusiva.	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Entrevistas ✓ Observações 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Professores ✓ Equipe gestora ✓ Análise da pesquisadora
Identificar as possibilidades e dificuldades que os empresários enfrentam para empregar pessoas que tem deficiência.	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Entrevistas 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Empresários ✓ Secretaria Municipal de Educação e Saúde

Figura Nº 22 - Técnicas e fontes da pesquisa.

Fonte: Criação própria da pesquisadora.

4.6.1 Observação **(Ver apêndice N° 04)**

Para Sampieri (2013, p. 419), *“na pesquisa qualitativa precisamos estar treinados para observar e isso é diferente de simplesmente ver (o que fazemos diariamente). É uma questão de grau. E a “observação investigativa” não se limita ao sentido da visão, envolve todos os sentidos”*.

Para o referido autor o propósito essencial da observação na indução qualitativa é:

- Explorar ambientes, contextos subculturas e a maioria dos aspectos da vida social (Sampieri apud Grinnell, 1997);
- Descrever comunidade, contextos ou ambientes; também as atividades desenvolvidas nestes, as pessoas que participam dessas atividades e seus significados (Sampieri apud Patton, 2002);
- Compreender processos, vínculos entre pessoas e suas situações ou circunstâncias, os eventos que ocorrem ao longo do tempo, os padrões desenvolvidos, assim como os contextos sociais e culturais em que ocorrem as experiências humanas (Sampieri apud Jorgensen, 1989);
- Identificar problemas (Sampieri apud Daymon, 2010);
- Gerar hipótese para futuros estudos.

Marconi e Lakatos (1999) descrevem a observação como uma técnica que utiliza os sentidos na orientação de determinados aspectos da realidade. Para Lüdke (1986 p. 26), *“a observação ocupa um lugar privilegiado nas novas abordagens de pesquisa educacional e possibilita um contato pessoal e estreito do pesquisador com o fenômeno pesquisado”*.

Diante da contribuição dos autores, para alcançar os objetivos proposto nesta pesquisa, além da entrevista em profundidade utilizamos também a técnica da observação sistemática.

Por nossa parte, entendemos por observação sistemática, também chamada de estruturada a recorrida de informações previamente planeadas e registro controlado de dados mediante codificação e análises com uma determinada finalidade para a investigação, sem que se aplique nenhum tipo de manipulação ou modificação. (Campoy 2016, p. 317).

Um dos objetivos da pesquisa foi identificar se a instituição educacional trabalha com práticas pedagógicas diferenciadas que contribuem na formação dos alunos com deficiência. Neste intuito pretendemos observa não só a organização do espaço físico, mas também o atendimento educacional especializado realizado pelos seguimentos supracitados, analisar o atendimento aos alunos com deficiência, nos aspectos individual, coletivo, investigar como acontece o planejamento das aulas, enfim, verificar se o ensinamento a esses educandos difere as dos demais alunos. A observação será utilizada com requisitos pré-estabelecidos, ou seja, seguindo critérios sociais, estruturais e comunicativos, pois acredita-se que essa técnica é indispensável para obtenção de dados e para descrever o processo da educação inclusiva da escola pesquisada.

Para Lakatos (2013 p. 191) *“do ponto de vista científico, a observação oferece uma série de vantagens e limitações, como as outras técnicas de pesquisa, havendo por isso a necessidade de se aplicar mais de uma técnica ao mesmo tempo”*.

Nesse estudo a observação será levada a cabo com o auxílio de um roteiro, ver **(Apêndice Nº 04)** com o seguinte empenho de analisar o processo inclusivo utilizado na unidade escolar. Para essa finalidade, como já foi dito, utilizar-se-á roteiro com critérios pré-estabelecidos, tomando nota sobre as questões físicas, a existência de recursos pedagógicos e tecnológicos, bem como o atendimento na sala de recursos multifuncionais e principalmente a metodologia utilizada para atender aos alunos com deficiência. Também pretendemos conhecer como o professor de recurso utiliza as tecnologias existentes como apoio ao AEE para favorecer aprendizagens dos alunos com NEEs.

4.6.2. Análise documental (Ver apêndice Nº 05)

Segundo Lüdken e André (1986), *“a análise documental pode ser definida como uma busca por informações fatuais a partir de documentos em que se evidenciam, ou não as informações do pesquisador”*. Para esses autores é muito importante o uso de documentos em investigações educacionais, Gil (2007) concorda porque reafirma que *“esses recursos permite que sejam examinadas e consideradas informações relativas aos registros e as documentações institucionais possibilitando uma análise aprofundada de questões de interesse do pesquisador”*.

Lüdke e André (1986 p. 39) contribuem quando dizem que *“como uma técnica exploratória, a análise documental indica problemas que devem ser bem mais explorados, através de outros métodos. Além disso, ela pode complementar as informações obtidas por outras técnicas de coletas”*. Estes documentos podem ser considerados fontes natural de informações, na medida em que, por terem origem num determinado contexto histórico, econômico e social, retratam e fornecem dados sobre esse mesmo contexto. Não há portanto o perigo de alteração no comportamento dos sujeitos sob investigação, ele é apenas um observador e transcritor das informações obtidas nos documentos.

Diante da contribuição dos autores, para esse trabalho elaboramos um roteiro orientador para seleção e análise dos documentos obtidos na unidade educacional, os quais contribuem no resultado de um dos objetivos desse trabalho (**apêndice Nº 05**). Os documentos analisados foram os seguintes:

1- Relatórios e/ou qualquer documento constando:

- Todos os cursos e programas oferecidos pela Secretaria Estadual de Educação para o atendimento ao processo de inclusão;
- Cursos oferecidos pelo MEC via SEE, na área de inclusão;
- Número de alunos atendidos no AEE;
- Caracterização dos tipos de deficiência dos alunos;
- Número de professores da Unidade Educacional que possuem curso de formação no atendimento da educação inclusiva.

4.6.3. Entrevistas. **(Veja apêndices Nº 6, 7, 8)**

As entrevistas foram aferidas aos professores regentes, professora de recurso, professoras de apoio, coordenadoras e a gestora da escola. Efetuar também nesta técnica da pesquisa representantes de algumas empresas e instituições públicas municipais, para saber se essas empresas e instituições contratam pessoas com deficiência. A necessidade de aplicar essa técnica será para responder um dos objetivos da pesquisa relacionado a dificuldade de empregar pessoas com deficiência, perceber se essa dificuldade está associada ao grau de formação acadêmica das mesmas. Entre as diversas formas de abordagens técnicas do trabalho de campo, Minayo (2001, p. 57) destaca a entrevista e a observação participante como as mais importantes. *“Por se tratar de importantes componentes da realização da pesquisa qualitativa”*, diz ele. King e Horrocks (2009), apud Sampieri (2013, p. 425), diz que *“a entrevista qualitativa é mais íntima, flexível e aberta. Ela é definida como uma reunião para conversar e trocar informação entre uma pessoa (o entrevistador) e outra (o entrevistado)”*.

Para Leville & Dionne (1999) entrevista pode ser classificada em: entrevista estruturada ou padronizada, não estruturada ou despadronizada, semiestruturada ou semipadronizada. Para os autores, o tipo mais usual de entrevista é a semiestruturada, por meio de um roteiro de entrevista. No entanto para coleta das informações dessa pesquisa utilizamos a entrevista em profundidade, porque para Campoy (2016 p. 288), *“a entrevista em profundidade também é conhecida como qualitativa, não estruturada, aberta ou não padronizada”*

A intenção de aplicar esse instrumento está focado na subjetividade dos participantes, recolher informações a respeito do ponto de vista dos mesmos, analisar angustias e sensações vivenciadas por cada um deles dentro de uma instituição que acolhe a todos e entender como procede ao ensino de qualidade aplicado aos alunos com deficiência.

O autor contribui com o nosso entendimento quando aborda que:

A entrevista é uma técnica de investigação científica que utiliza a comunicação verbal para recorrer as informações com uma determinada finalidade. Pois na entrevista, o investigador é o instrumento de investigação e não um simples protocolo ou formulário de entrevista. (Campoy 2016 p. 316)

Para Gil (2007), *“a entrevista é uma técnica de coleta de informações em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe faz perguntas com o objetivo de obter dados pertinentes a investigação”*. De acordo com os autores, essa é uma técnica importante que permite o desenvolvimento de uma estreita relação entre as pessoas e obtém-se relatos nas próprias palavras do entrevistado, o entrevistador pode ter uma ideia geral do tema da entrevista, mas o que interessa é o aprofundamento do entrevistado. Marconi e Lakatos (2007), contribui quando diz que, *“a entrevista é utilizada para descobrir que aspectos de determinada experiência produz mudanças nas pessoas expostas a ela”*.

Com base na proposta de Marconi e Lakatos (2007, p. 26), foi considerado alguns aspectos para o uso da técnica de entrevista:

- Toda entrevista precisa de uma introdução, que consiste, essencialmente, nas devidas explicações e solicitações exigidas por qualquer dialogo respeitoso. Em termos gerais, deve-se dizer ao entrevistado o que se pretende e porque se está fazendo a entrevista;
- A formulação das perguntas é um aspecto crucial da entrevista, deve-se evitar fazer perguntas que dirijam a resposta do entrevistado ao que o entrevistador considera desejável. Em outras palavras, devem-se evitar perguntas dirigidas;
- As perguntas devem ser feitas de acordo com o tipo de entrevista, devendo ser feita uma pergunta de cada vez, para não confundi o entrevistado;
- As respostas devem ser anotadas no momento da entrevista, para maior fidelidade e veracidade das informações. Se permitido, o uso de um gravador seria o ideal;
- Uma vez concluída, a entrevista deve ser transcrita e analisada. O pesquisador deve dedicar, pelo menos, o mesmo tempo que foi dedicado ao processo da entrevista, ao estudo e análise do material; e
- Cada entrevista em profundidade proporciona uma riquíssima material de análise. O pesquisador, portanto deve estar preparado para passar um tempo considerável fazendo esta análise.

4.6.4 Validação dos instrumentos

Os instrumentos utilizados na coleta de dados tiveram a apreciação de cinco professores doutores da Universidad Autónoma de Asunción (conforme anexo nº 02, encontra-se o resultado dessa validação), os quais contribuíram na análise observando os critérios de coerência entre as perguntas e os objetivos da pesquisa, e conseqüentemente contribuíram também na orientação quanto a clareza das perguntas direcionadas aos entrevistados. As orientações dos especialistas foram acatadas porque enriquece os instrumentos.

Ainda contribuindo nessa etapa do trabalho, o autor Campoy (2016 p. 199) expõe que: *“avaliar as propriedades psicométricas de um instrumento resulta basicamente determinar a qualidade de sua medição. Existem duas características métricas essenciais para valorizar a precisão de um instrumento, são: a validade e a confiabilidade”*.

4.7 Processos da pesquisa

Com relação a esse trabalho é importante relatar os passos seguidos na aplicabilidade das técnicas e instrumentos utilizados nas coletas dos dados. No mês de maio de 2017, aconteceu a primeira visita a escola com a pretensão de fazer uma sondagem sobre as questões que envolvem o processo inclusivo (**ver apêndice Nº 03**). Na sequência as técnicas utilizadas foram: observação em loco (**ver apêndices Nº 04**), análise dos documentos (**ver apêndices Nº 05**) e entrevistas, conforme podem ser visto (**nas apêndices Nº 06, 07, 08,**) Antes de adentrar ao campo de estudo para aplicação dos instrumentos e técnicas, apresentamos para os contribuintes os objetivos dessa pesquisa. Todas as técnicas utilizadas foram realizadas através de visitas agendadas com a diretora da unidade educacional e demais participantes. Ressaltamos que para realizar essa pesquisa os participantes tiveram acesso ao termo de esclarecimento (**ver apêndices Nº 01**) e assinaram termo de consentimento (**ver apêndices Nº 02**)

Pois Minayo (2001 p. 55) contribui nesse processo quando diz que apresentar os objetivos da pesquisa aos entrevistados:

Trata-se de se estabelecer uma situação de troca. Os grupos devem ser esclarecidos sobre aquilo que pretendemos investigar e as possíveis repercussões favoráveis advindas dos processos investigativos. É preciso termos em mente que a busca das informações que pretendemos obter está inserida num jogo cooperativo, onde cada momento é uma conquista baseada no diálogo e que foge a obrigatoriedade. Com isso, queremos afirmar que os grupos envolvidos não são obrigados a uma colaboração sobre pressão. Se o procedimento se dá dentro dessa forma, trata-se de um processo de coerção que não permite a realização de uma efetiva interação.

4.7.1 Questões éticas

Belmont (The Belmont Report, 2000), nos orienta que *“os princípios básicos da ética perante a investigação que envolvam Seres Humanos assentam em três pilares básicos, o respeito pelas pessoas, a beneficência e a justiça”*. Por isso primamos nessa pesquisa o respeito pelas pessoas, principalmente por aquelas que participaram diretamente na coleta dos dados. Para assegurar a identidade de todos e garantir o seu anonimato com relação as respostas dadas, adotamos os seguintes códigos:

- 1 – {**PROF (A)**} – Utilizado para representar professores de apoio, de 01 a 03.
- 2 – {**PROF (R)**} – Utilizado para representar os professores regentes, de 01 a 06.
- 3 – **GEST** – Utilizado para representar o gestor da unidade escolar.
- 4 - **COOR** – Utilizado para representar os coordenadores.
- 5 - **EMP** – Utilizado para representar os empresários, de 01 a 03.
- 6 – **SECE** – Utilizado para representar o secretário municipal de educação.
- 7– **SECS** – Utilizado para representar o secretário municipal de saúde.

III) DADOS E CONCLUSÕES

5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DAS INFORMAÇÕES

Segundo Gil (2008 P. 156):

Análise tem como objetivo organizar e resumir os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação. Já a interpretação tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriores obtidos.

Diante disso as informações foram adquiridas através das análises exploratórias dos documentos disponibilizados pela instituição e através da observação em loco, as informações da observação foi registrada em questionário organizado para essa finalidade.

5.1 Análise e resultado da observação

A primeira técnica utilizada para coleta de dados foi a observação sistemática (**conforme apêndices Nº 04**). Essa observação foi considerada relevante na pesquisa, pois proporcionou a observar as práticas vivenciadas no dia - a - dia dentro do ambiente escolar, as quais apresentam facilidades e dificuldades nesse processo, examinar a forma como o atendimento pedagógico aos alunos com deficiência foi conduzido e também a interação desses alunos no ambiente escolar, bem como a organização do espaço físico da escola.

Ficou evidenciado que apesar dos recursos tecnológicos existentes para atender aos alunos, existe uma grande dificuldade de planejamento por parte dos professores regentes, no momento da observação não foi apresentada práticas diferenciadas para os alunos com deficiência. Ressaltando que essa verificação foi feita em uma semana. Nos trabalhos em grupo os alunos ficam as margens dos demais, ou quase sempre com a professora de apoio, realizando outras atividades. Não foi presenciado momentos de planejamento coletivo entre professores de apoio, professores regentes e coordenadores.

No atendimento ao AEE, as atividades realizadas pelos alunos são planejadas pela professora de recurso, sem vínculo com o conteúdo estudado em salas comuns, de acordo pode ser visto em algumas imagens apresentadas anteriormente neste trabalho. Professoras de recurso e de apoio semanalmente planejam atividades adaptadas para os alunos realizarem em salas comuns nos momentos em que os demais colegas estão desenvolvendo atividades propostas pelos professores regentes.

A estrutura física da unidade escolar é acessível com rampas e corrimão, banheiros adaptados com corrimão e portas alargadas, apesar da escola não ter matriculado este ano nenhum cadeirante ou aluno que usa muletas.

Diante dos dados coletados nesta observação percebe-se que a unidade escolar enfrenta mais dificuldades na parte pedagógica que do que na acessibilidade predial.

Nesta segunda técnica a análise documental primou pela investigação exploratória e descritiva dos documentos¹¹, encontrando-se dados que corresponde aos objetivos propostos na investigação. Quais sejam:

- Ações e programas de formação continuada para professores das salas de recursos multifuncional, a partir da implantação destas em escolas estaduais;
- Diretrizes que estabelecem perfil e atribuições dos professores de apoio e de recurso;
- Diretrizes que esclarece o atendimento aos alunos na sala multifuncional e quais as suas Necessidade Educacionais Especiais (NEEs), para esse atendimento.

No Relatório de nº 027//2007, que faz parte dos documentos analisados, consta a relação de todos os cursos oferecidos pela Secretaria Estadual de Educação de Goiás (SEE), e ainda aqueles oferecidos por outros órgãos. Tal documento permitiu a verificação de formações continuadas ofertadas desde o ano de 2007.

A seguir uma figura que representa os curso oferecidos pela SEE e ME.

CURSOS OFERECIDOS PELA SEE, A PARTIR DE 2007	LIBRAS
Cursos de Formação oferecidos via SEE a partir da implantação das salas de recursos.	Libras; Braille, Sorobã; Português para Surdos; Educar na Diversidade; Como Trabalhar com Crianças Altistas, DV, DA, DI, Deficiências múltiplas e TGD.
Cursos oferecidos pelo Ministério da Educação via Secretaria Estadual de Educação de Goiás.	PROINFO

Figura Nº 23 – Cursos oferecidos pelo Ministério da Educação e Secretaria Estadual de Educação de Goiás¹².

Fonte: Secretaria da unidade escolar.

¹¹ Cf. Relatórios Nºs 027/2007 e 007/2014

¹² - Segundo a coordenadora os cursos oferecidos não significa que as professoras de apoio e de recurso que atuam na atualidade o fizeram e ainda que as mesmas podem ter cursos oferecidos por outros órgãos ou feitos por conta própria que não consta nos documentos da escola.

De acordo com esses dados, importa ressaltar que os cursos oferecidos, não completam a demanda de oferta para o uso das TIC e nem a preparação de professores para atender a demanda de uma escola inclusiva. A seguir figuras que representam o número de professores que tem formação continuada.

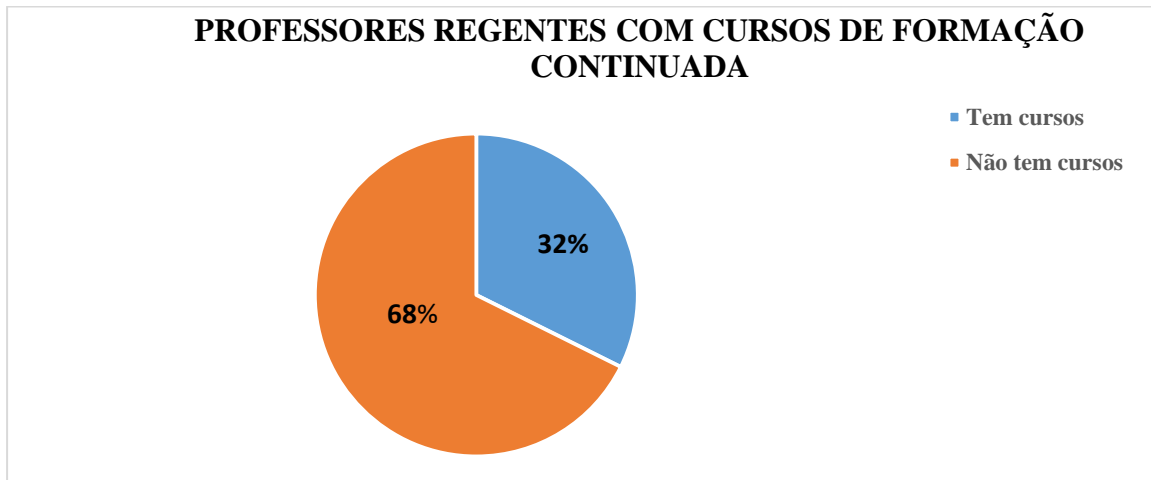


Figura 24- Professores regentes de sala de aula com cursos de formação continuada.
Fonte: Criação da pesquisadora, baseado em dados da escola.



Figura 25- Professores da área de inclusão e coordenadores com curso de formação
Fonte: Criação da pesquisadora, baseado em dados da escola.

Apesar de a escola ser inclusiva, a Secretaria Estadual de Educação não exige que todos os professores modulados tenham curso na área de inclusão. De acordo observado no Projeto Político Pedagógico dos 41 professores modulados nesta instituição, somente 18 tem cursos de formação continuada na área de inclusão escolar. Na análise dos documentos também foi possível verificar o número de alunos e suas respectivas deficiência, os quais estão representados na figura a seguir:

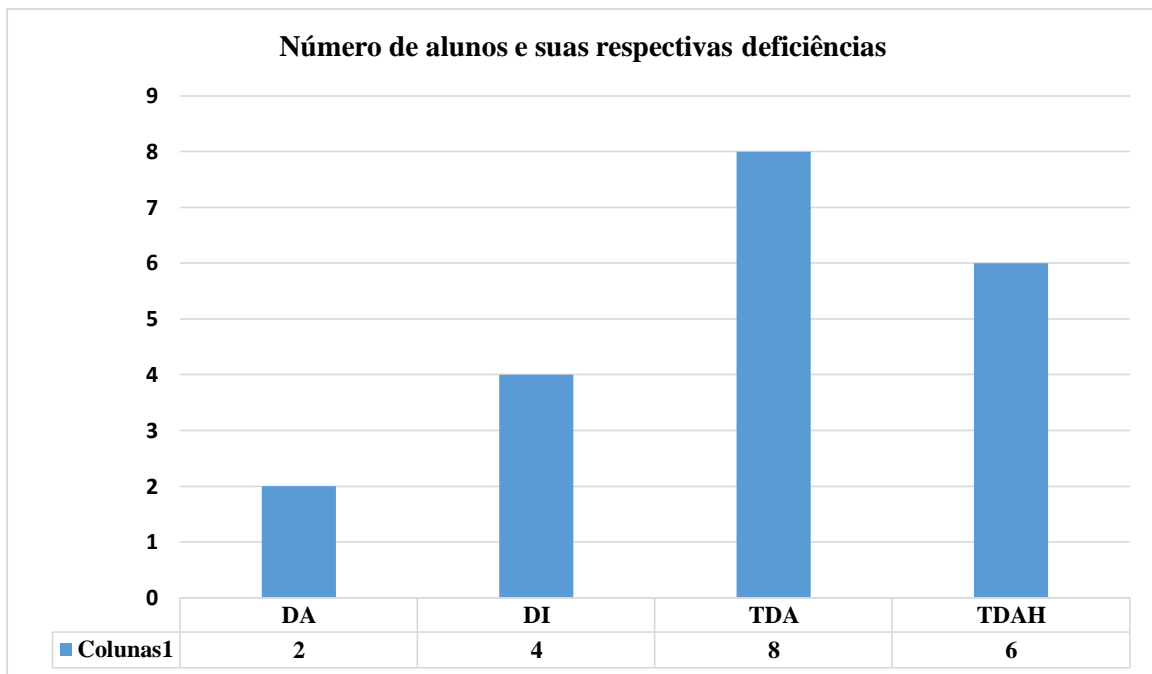


Figura 22- Número de alunos e respectivas deficiências.

Fonte: Criação da pesquisadora, baseado em dados da escola.

5.2 Resultados da análise das entrevistas

Para permitir uma melhor leitura e clareza dos dados das entrevistas, adotamos a análise mediante categoria, já que entendemos que deste modo se oferece uma melhor visão dos resultados obtidos através de um tratamento conjunto.

Segundo Moreira e Callefe (2006), utiliza-se a estratégia exploratória e descritiva com relação a análise da observação simples, como por exemplo:

- Análise exploratória e descritiva da observação;
- Análise exploratória e descritiva dos documentos;

- Análise descritivas das entrevistas.

De acordo com os autores para demonstrar as categorias, utilizamos os seguintes passos: leitura minuciosa dos dados obtidos, escolha de um eixo comum ao atendimento pedagógico, agrupamento das informações por categoria e na sequência dá nome a cada categoria para melhor entendimento dos dados obtidos. Por isso foram priorizadas na pesquisa as seguintes categorias:

- 1) Preparação dos professores.
- 2) Organização pedagógica.
- 3) Tecnologias de informações e comunicação na sala de recurso multifuncional.
- 4) Preparação e acessibilidade escolar.
- 5) Preparação dos alunos com deficiência para o mercado de trabalho.
- 6) Oportunidade de empregos.

1) Preparação dos Professores

Consideramos essa abordagem um ponto chave para a inclusão escolar, por isso nesta categoria recorremos a toda informação obtida com relação a preparação dos professores. Procuramos saber se estão amparados com cursos de formação continuada que contribuem nas práticas pedagógicas que asseguram o aprendizado dos alunos com deficiência. Consideramos primordial nessa análise, saber se os entrevistados acreditam no processo de inclusão escolar: De acordo com as informações apropriadas nas respostas dos professores, eles acreditam sim, no processo de inclusão. Como por exemplo, o {PROF(R1)} diz: *“sim, desde que seja feito com seriedade”*. Já o {PROF (R2)} diz que acredita, no entanto não percebe valorização por parte dos governantes. Os {PROF (R3 e R4)} dizem que sim, e ainda ressalta que: *“todos tem que ter acesso a escola, e está se tornar acessível, educar nas diferenças”*. Quanto ao {PROF(R5)}, diz que em tempos modernos devemos incluir independente da necessidade de cada cidadão. {PROF(R6)}, diz que acredita na inclusão, porém deveria ter melhores condições de trabalho. Quanto as respostas da (GEST) e da (COOR1), foi simplesmente um *“sim”*, sem nenhuma argumentação sobre o assunto.

Analisando essa questão importante no processo de inclusão, percebemos que as respostas estão mais voltadas para uma obrigatoriedade da escola no processo de inclusão, alguns professores sentem falta de apoio por parte dos governantes, percebe-se também que nenhuma resposta se reporta a capacidade de aprendizagem desses alunos. Os professores de

apoio foram categóricos nas respostas. Por estar mais próximo dos alunos com deficiência, tem outra visão sobre o assunto. Vejamos abaixo suas respostas:

De acordo com a {PROF(A1)} ela acredita no trabalho e na aprendizagem dos alunos, quando responde que: *“sim, acredito, o resultado depende de como é trabalhado”*. E a {PROF(A2)} não só concorda, como ainda afirma *“que esse processo quando bem aceito faz com que todos se sintam parte da sociedade”*.

Prosseguindo a nossa entrevista, indagamos se os professores dessa escola se sentem preparados para a inclusão: {PROF(R1 e R5)} disseram que sim, *“são preparados e contém todo conhecimento sobre o processo e o regimento escolar”*. O {PROF(R3)}, responde que não, diz que sempre haverá alguma diferença e que é preciso se capacitar, se aprimorar constantemente. O {PROF(R4)} diz que *“não são todos os professores que estão preparados”*. O {PROF(R2)} concorda com a resposta do colega quando ressalta que *“há muitos que tem uma boa preparação, outros ainda necessitam aprimorar os conhecimentos”*. Quanto as resposta da GEST e da COOR(1) foram *“sim, a maioria”*

A {PROF(A1)} diz que alguns professore estão preparados, {PROF(A2)} diz que *“alguns, outros não, pois sai professor e entra professor e a SEDUCE não oferece capacitação para os novatos”*.

Percebe-se através das respostas dos professores discordância com relação ao assunto, alguns não se sentem preparados para oferecer um ensino de qualidade aos alunos com deficiência, ainda lhes falta capacitação e aprimoramento sobre este quesito relacionado a inclusão, mais uma vez apontam a falta de apoio dos governantes com relação a formação continuada e com relação a rotatividade de professores, ou seja, faz-se referência aos professores contratados pela SEDUCE por um período de um ano.

Aprofundamos nossa análise ao saber se os professores dispõem de formação continuada voltada para a proposta de escola inclusiva. As COORs dizem que tem curso de formação continuada na área de inclusão e a GEST diz que não tem curso de formação continuada na área de inclusão, ressalta que nos encontros coletivos de professores são abordadas questões sobre o processo inclusivo. {PROF(A2)} responde que *“as capacitações são poucas e quando acontecem a carga horaria extensa do professor impede a sua participação”*. Ela diz que tem duas especializações na área, custeadas com recursos próprio e vários outros cursos de Formação Continuada oferecidos pela SEE, realizados a mais de três anos. {PROF(A1)} diz que sim, mas nem todos se interessam. {PROF(A3)} diz que tem mais

de 1.000 horas de cursos na área de inclusão, uns oferecidos pela SEE e outros custeados por recursos próprios, realizados a distância através do Centro de Ensino Tecnológico de Brasília (CETEB).

Vejamos as respostas dos professores regentes de sala de aula. {PROF(R1)} afirma que sim, que todos os professores dispõem dessa formação. {PROF(R2)} diz que *“raramente o governo proporciona, é preciso investimento nesse sentido”*. {PROF(R3)} ressalta que a *“busca de formação é individual e durante a necessidade de cada professor”*. {PROF(R4)} diz que não. *“Existem as formações online, mas nem todos os professores se dispõem de condições para fazer”*. {PROF (R5)} responde que *“cada professor se dispõem tanto na proposta escolar quanto social, todo conhecimento é viável na proposta de incluir”*. {PROF(R6)}, responde que *“não”*.

Analisando essa parte da entrevista percebe-se que os professores são carentes de formação continuada na área de inclusão, atribuem mais uma vez a falta de assistência por parte das esferas governamentais, outros a carga horária excessiva do professor e os demais relaciona essa formação as poucas horas de encontros coletivos, ou seja, a troca de experiência entre os professores. Deduzimos que esse fator recai na ausência de prática pedagógica eficazes, ocasionando insegurança no desenvolvimento do trabalho docente.

RESUMO FINAL DA CATEGORIA

Diante das respostas dos professores com relação a formações continuadas, percebemos que nem todos tem cursos na área de inclusão, as professoras de apoio e a professora de recurso já fizeram alguns cursos oferecidos pela Secretaria Estadual de Educação e outros por instituições parceiras, até mesmo porque, segundo informação da escola, para exercer essas funções a Secretaria Estadual de Educação, Cultura e Esporte (SEDUCE), exige cursos de formação continuada na área de inclusão. Como abordamos anteriormente, a professora de recurso apresenta um currículo qualificado, duas pós-graduações *“Atendimento Educacional Especializado e Especialização em Educação Inclusiva e LIBRAS”*. No entanto os professores regentes das salas de aulas são desprovidos nessa área, o que torna as práticas pedagógicas difíceis de serem exercidas em sala heterogêneas, ficando finalmente sob a responsabilidade dos professores de apoio que acompanham os alunos com deficiência agregados a essas salas. Quanto as respostas da gestora e da coordenadora, percebemos que a escola está de portas

abertas aos alunos com deficiência, porém ainda sentem dificuldade no acompanhamento pedagógico, os alunos são mais assistidos e acompanhados pela equipe da área de inclusão.

Reconhecemos que os professores estão preparados, quando tem formação continuada e apoio da equipe pedagógica, no entanto o que percebemos é que as respostas da equipe gestora não estão de acordo com as respostas da maioria dos professores, quando expõem as suas carências neste quesito.

A seguir figuras que representam o preparo dos professores com relação a cursos de formação continuada. A primeira figura representa os professores regentes e a segunda figura representa os demais funcionários citados.

2) Organização pedagógica

Nesta categoria analisamos como se dá a organização pedagógica dentro da unidade educacional pesquisada. Consideramos este preparo fundamental porque é o viés principal na aprendizagem dos alunos, principalmente dos que apresentam algum tipo de deficiência.

Para analisar esse ponto, iniciamos a nossa análise tentando entender como as metodologias de ensino são aplicadas aos alunos que tem deficiência. O {PROF(R1)} diz que *“há uma metodologia diferenciada de modo que atenda às necessidades do aluno”*. {PROF(R2 e R5)} respondem que *“a maioria dos professores procuram adaptar os conteúdos para que os alunos tenham bons desempenhos, tentando levar um grau de igualdade a todos”*. O {PROF(R3 e R4)} também convergem suas resposta com as dos demais, porque ressaltam que o currículo deve prever flexibilização das atividades com mais recursos visuais, sonoros e táteis, ou seja, um formato adequado ao nível de aprendizagem dos alunos. Quanto ao {PROF(R6)} a resposta é que cada professor direciona suas práticas ao grau de deficiência do aluno.

As respostas da GEST e da COOR, reforçam as falas dos professores, pois abordam que as aulas são adaptadas de acordo as necessidades dos alunos com deficiência, isso ocorrem em parceria com as professoras de apoio. Assim também foi confirmado nas respostas das professoras de apoio (1 e 2).

Neste ponto da entrevista percebemos que a equipe escolar se preocupa com o aprendizado dos alunos com deficiência, tenta desenvolver uma aprendizagem com equidade. Prosseguindo nossa análise aprofundamos mais sobre o assunto e perguntamos como são

elaborados os planos de aulas dos professores que tem alunos com deficiência. Vejamos as resposta:

O {PROF(R1)} foi muito vago nas sua resposta, diz que o plano contempla todos os alunos. {PROF(R2)} diz que o plano é elaborado juntamente com o professor de apoio. {PROF(R3)} é enfático quando diz *“o plano necessita ser adaptado e as modificações devem ser citadas no planejamento quinzenal”*. O {PROF(R4)} responde que *“o planejamento para as turmas com alunos com deficiência, são adaptados com o acompanhamento da coordenadora pedagógica”*. O {PROF(R5)} diz que *“o plano tem o seguimento do professor, no caso de alunos com necessidades especiais, o professor deverá buscar materiais para o inserir no seu plano”*. Já o {PROF(R6)}, responde que por parte de alguns sim, acrescentando ao plano metodologias diferenciadas. Vejamos a seguir as respostas da GEST e das COORs. A GEST ressalta que o plano é o mesmo, apenas ocorre adaptação, e as COORs diz que o plano é adaptado de acordo com a turma. As respostas das {PROF (A1 e A2)} foram que *“os planos dos professores são os mesmos para todos os alunos, apenas fazem adaptações de conteúdos para os alunos com deficiência”*.

A nossa pesquisa neste quesito foi um tanto frustrante, percebe-se que não existe consistência na forma de planejamento para os alunos com deficiência, as respostas foram superficiais, nenhum dos entrevistados falaram sobre um planejamento conjunto entre professores de apoio, coordenadores e professores regentes. Não se percebe um acompanhamento pedagógico sistematizado para que de fato aconteça um ensino que atenda aos alunos com deficiência.

Para tentar entender melhor perguntamos como acontece o planejamento dos professores de apoio. A resposta foi que eles entram no SIAP e observa qual conteúdo que o professor vai trabalhar na quinzena, a partir daí faz as adaptações necessárias aos alunos com deficiência. As respostas reforça a existência de planejamentos individuais sem acompanhamento pedagógico. Porém {PROF(A3)} ressalta que além do SIAP, acontece feedback entre os professores regentes, coordenadores e professora de recurso, diz que os conteúdos mais adaptados são os de Língua Portuguesa e matemática.

Na continuidade da análise, indagamos se o Projeto Político Pedagógico abordada a questão da inclusão. Foram unânimes as respostas dos entrevistados, todos disseram que *“sim, há um espaço específico só para normatização da inclusão”*

Enfim, para concluir essa categoria fizemos aos entrevistados a seguinte indagação: que tipo de ação pode ser sugerida, no sentido de tornar eficaz a inclusão do aluno com deficiência na escola regular. As sugestões expressam um desabafo e anseios dos entrevistados quando sugere:

“O primeiro passo já foi dado, incluir, depois buscar meios para sustentar a inclusão” (prof^o 1). “Conhecimento, trabalho em conjunto para estimular, desenvolver a autoconfiança e segurança no trabalho, falar a mesma língua, aprender juntos” (prof^o 3). “Mais formação para os professores e toda equipe escola” (prof^o4). “Primeiro temos que incluir, o governo tem que disponibilizar toda ajuda possível qualificando a instituição de ensino” (prof^o5). “Mais professores disponíveis para atender os alunos, um professor para auxiliar até três alunos com NEEs, o trabalho é insatisfatório” (falas dos professores regentes).

O {PROF (R2)} preferiu não responder diz que é utopia a forma que pensa sobre ações eficazes para a inclusão. As sugestões da diretora e das coordenadoras foi que aja capacitação para os docentes e adequação do espaço físico, além de outros recursos pedagógicos. O {PROF(R6)} sugere mais ação e apoio do governo. Quanto as professoras de apoio (1, 2 3), sugeriram conscientização e ação por parte do governo, além de cursos de formação continuada.

RESUMO FINAL DA CATEGORIA.

Ao analisar as respostas sobre organização pedagógica percebemos que não acontece um momento de planejamento conjunto entre professor de apoio, professores regentes e coordenadores. As adaptações das práticas pedagógicas ficam mais sobre a responsabilidade da equipe da equipe de apoio a inclusão ou de alguns professores que procuram adaptar conteúdos, sem orientação sistematizada para atender a aprendizagem dos alunos com deficiência de forma sequencial. Segundo a fala de uma professora de apoio, os conteúdos mais acessíveis aos alunos com deficiência são os de língua portuguesa e matemática. De acordo com as resposta dos professores, à medida que os demais alunos estão realizando atividades equivalentes ao seu nível de aprendizagem, os alunos com deficiência realizam atividades adaptadas pelo professor de apoio. O que constatado é que o aluno com deficiência faz parte de uma sala que os demais colegas estão além do seu nível de aprendizagem. Percebe-se que a falta de formação na área

de inclusão afeta a todos, as sugestões dos professores com relação a ações que possam melhorar o trabalho dos profissionais, foi unânime em sugerir formação continuada na área de inclusão.

Ao analisar esse contexto tão importante na melhoria do ensino e da aprendizagem, conclui-se que os professores sentem dificuldade em planejar aulas de qualidade para os alunos com deficiência, pois não tem acompanhamento pedagógico que favoreça práticas pedagógicas diferenciadas. A atual professora de recurso diz que falta incentivo por parte do governo e da Coordenação Regional de Educação, alguns projetos que os alunos com NEEs participavam não acontecem mais, como os de fanfarra, música, esporte e Mais Educação. Diz que assumiu a função este ano e já conseguiu avançar em alguns pontos. Elaborou juntamente com as coordenadoras pedagógicas um documento para os professores, o qual apresenta as deficiências dos alunos e orientações sobre as atribuições de cada uma das funções. A equipe ressalta no pressuposto que:

Não é de responsabilidade do professor de apoio à inclusão, tomar para si o ensino do aluno com deficiência, e sim colaborar com o professor regente, na construção de uma escola para todos, respeitando as limitações/dificuldades e ressaltando potencialidades. Isso também não tira dos professores de apoio a inclusão e sua responsabilidade no processo, o mesmo deve ocupar seu espaço em sala de aula, como por exemplo, sugerindo ações e intervenções ao professor regente sempre que necessário (Equipe Pedagógica).

Assim sendo a equipe escolar tenta desenvolver um trabalho recorrendo ao diálogo como forma de atenuar as dificuldades para atender os alunos com deficiência em salas comuns.

3) Tecnologias de informações e comunicação na sala de recurso multifuncional

Consideramos importante analisar sobre essa categoria porque as tecnologias fazem parte da nossa realidade em todos os momentos, nas escolas engloba metodologias, estratégias, práticas e serviços que contribuem na aprendizagem. Para analisar essa categoria nos reportamos aos sujeitos pesquisados a seguinte indagação: a escola dispõe de recursos didáticos e tecnológicos necessários para o trabalho com os alunos com deficiência. Vejamos as respostas.

O {PROF(R1)} diz que sim, na maioria dos casos. O {PROF(R2)} não respondeu. Quanto a resposta do {PROF(R3)} foi que *“sim, quando previamente solicitado, cabe ao professor o planejamento, todos os recursos são bem vindos”*. O {PROF(R4)} diz que alguns sim e exemplifica: *“jogos, computadores, livros e etc”*. O {PROF(R5)} é enfático em dizer que *“na maioria dos casos sim, com um pouco mais de dedicação perante suporte escolar, pode ser melhorado esse recurso”*. O {PROF(R6)} responde que sim. Os demais dizem que os recursos são poucos.

As respostas da GEST e das COORs foram que sim, na sala do Atendimento Educacional Especializado (AEE). A seguir as respostas das professoras de apoio. {PROF(A1)} diz que sim. {PROF (A2 e A3)} comungam com as respostas da diretora e das coordenadoras quando diz que *“a escola conta com uma sala de recursos tecnológicos onde são disponibilizados esses recurso”*.

Até esse momento da entrevista constatamos que os recursos tecnológicos são pouco usados nos planos de aula dos professores. Suas respostas são vagas a esse respeito, nenhum professor demonstra a eficácia na utilização desses recursos. A sala multifuncional existe, mais ainda não é recorrida como prioridade nas práticas pedagógicas estendidas aos alunos com deficiência, e na elaboração do planejamento dos professores. Para aprofundar a nossa análise entrevistamos a professora de recursos para entender como funciona o atendimento aos alunos com deficiência na sala de AEE. Para isso fizemos a seguinte indagação: como você vê a relação da sala de recurso com a sala de aula. Ela ressalta que *“relação positiva, ajuda no planejamento e prática dos professores de apoio e conseqüentemente na aprendizagem dos alunos”*. Indagamos ainda: Em sua opinião qual a importância do AEE que o educando com NEEs recebe para sua inclusão nas salas regulares. Ela diz que ajuda na aprendizagem, cita um exemplo:

A professora de geografia estava ministrando um conteúdo que falava sobre divisão política da federação, a professora de apoio trouxe a aluna para a sala de recursos e explicou o conteúdo fazendo alusão relacionada com as limitações da aluna, explicou de forma mais simples, voltada a comunidade local. (fala da Prof. de recurso)

RESUMO FINAL DA CATEGORIA.

No final desta categoria a análise nos possibilitou afirmar que os professores regentes ainda sentem dificuldades em planejar aulas com recursos tecnológicos que atenda aos alunos com deficiência em salas comuns. Percebe-se que os equipamentos tecnológicos da sala multifuncional são usados pelos professores de apoio e pela professora de recurso no momentos de atendimento ao AEE. Daí a compreensão de que esse aparato de recursos tecnológicos disponibilizado para atendimento especializado de qualidade são pouco usados pelos professores regentes, percebe-se uma grande dificuldade por parte dos professores para lidar com todos esses recursos, mais uma vez atribuímos esse despreparo a falta de formação continuada no uso das TICs.

Em nenhum momento desta análise os professores mencionaram a utilização desses equipamentos em salas comuns com planejamento que atenda também aos alunos com deficiência. De acordo com as respostas da professora de recursos, os alunos com deficiência são tirados da sala de aula comum quando se trata de um conteúdo mais complexo. Constata-se com isso ainda uma prática de segregação e falta de práticas pedagógicas que de fato inclui a todos. A professora de apoio (2) diz que o manuseio dos equipamentos tecnológicos pelos alunos com NEEs são com jogos, cálculos, leitura e escrita. Afirma ainda que depende do professor explorar o avanço do aprendizado do aluno no AEE.

Enfim detectamos que não há consonância no planejamento para atendimento desses alunos, falta ainda coerência nas ações pedagógicas para melhorar a aprendizagem. A equipe se esforça para realizar um atendimento que inclua a todos, porém se deparam com algumas dificuldades como salas superlotadas e falta de apoio por parte do governo com formações continuadas que contribui na qualidade do ensino e conseqüentemente da aprendizagem dos alunos com deficiência.

4) Preparação e acessibilidade escolar

Nesta categoria serão abordadas as questões que dizem respeito às barreiras arquitetônicas, atitudinais e conceituais enfrentadas pelos alunos com deficiência no âmbito escolar. Para chegar a esses dados contamos com a participação da equipe escolar, os quais explanaram seus pontos de vista com relação à estrutura da instituição.

Para início da entrevista, estendemos a seguinte indagação aos participantes. Os alunos que estudam nesta unidade escolar que tem deficiência, ainda enfrentam barreiras arquitetônicas, atitudinais e conceituais: {PROF(R1 e R4)} dizem que *“sempre vai haver barreiras de alguma forma, principalmente atitudinais e conceituais e que alguns dos alunos convivem com essas barreiras dentro da escola”*. {PROF(R2)} não concorda com a resposta do colega e responde que *“atitudinais não, eles são bem aceitos pela equipe escola”*. {PROF(R3)} concorda com o professor (2) quando diz que sim, ressalta que a convivência com as diferenças trazem cotidianamente dificuldades que são superadas no dia-a-dia. {PROF(R5)} foi categórico na sua resposta quando diz que *“sempre há barreiras, porque não há investimento na qualificação e preparação das pessoas que atendem esses alunos”*.

Os demais professores responderam que os alunos ainda enfrentam muitas dificuldades. {PROF (A1 e A2)} concordam com os colegas e afirma que *“sim, percebemos falhas que poderiam ser resolvidas pelo governo, principalmente na estrutura física da escola e na preparação dos profissionais”*. Vejamos as respostas das COORs e da GEST *“as barreiras arquitetônicas até são superadas, porém as atitudinais e conceituais são mais complexas e difíceis de serem combatidas e que os alunos ainda enfrentam muitas dificuldades”*.

Para aprofundar a análise rebuscamos saber com a escola reage aos problemas que aparecem próprios de uma escola inclusiva: {PROF (R1 e R5)} *“dizem que agem com naturalidade, lutam para quebrar as barreiras”*. {PROF (R2 e R3)} respondem que buscam solucionar, agindo no foco do problema. Já o {PROF (R4)} *“responde que procura sempre levar ao conhecimento de todos os envolvidos no processo de ensino e de aprendizagem para juntos buscar soluções”*. {PROF (R6)} diz que *“age com naturalidade, busca resolver através do diálogo com coordenadores e diretor e quando necessário envolve a família”*. {PROF (A1)} diz que tenta solucionar juntamente com a equipe gestora. {PROF (A2)} ressalta que *“se for relacionado a convivência com outro alunos, a diretora chama os pais e as partes envolvidas e faz um trabalho de sensibilização, se for de ordem pedagógica resolve através do*

diálogo entre a equipe". A professora de recurso "*diz que esses problemas são resolvidos através do diálogo conscientização, afirma que essa ação começa pela equipe escolar, nos momentos de Trabalho Coletivo e Conselho de Classe*". A GEST responde que "*não aceitam nenhum tipo de discriminação e tentam proporcionar o melhor ambiente possível para a inclusão*". A COOR (1) diz que "*preconceito ou discriminação não são aceitos, ressalta que a escola desenvolve projetos relacionados a esse assunto.*"

RESUMO FINAL DA CATEGORIA.

Analisando essa categoria constatamos que a escola enfrenta barreiras de ordem atitudinal e conceitual, mais do que de ordem arquitetônica. Não significa que a escola tenha as adaptações físicas adequadas, porém isso não é empecilho porque na escola não tem alunos com deficiência física e visual, as quais necessitam mais de adaptações físicas no prédio. Com a contribuição dos entrevistados e a análise das categorias anteriores podemos expor alguns pontos sobre as barreiras:

- **Arquitetônica:** a escola não é tão desprovida, tem acessibilidade na entrada e no interior do prédio com rampas e corrimão, existe uma sala multifuncional com equipamentos tecnológicos e materiais pedagógicos que contribuem no planejamento dos professores e na aprendizagem dos alunos. Enfim o espaço físico predial não apresenta empecilho aos alunos com deficiência e ainda conta com recursos pedagógicos e profissionais para atender os alunos com deficiência matriculados nesta unidade de ensino.

- **Atitudinais:** de acordo com as contribuições dos entrevistados essa reação ainda está presente nas relações entre alunos e entre a equipe escolar. Analisando as respostas dos contribuintes, essas barreiras são resolvidas através do diálogo de conscientização e através de ações e projetos desenvolvidos dentro da escola, os quais possibilitam a inclusão e o respeito ao próximo. Percebemos no decorrer da entrevista com a professora de recurso que essa ação está sendo avivada nos encontros de Trabalhos Coletivos e Conselhos de Classes.

- **Conceituais:** analisando as respostas dos entrevistados, este foi o item mais complexo na investigação, as ideias e os pensamentos dos entrevistados não se convergem em alguns pontos, para alguns a inclusão escolar segue de forma evolucionária, para outros a dificuldade nesse processo é evidenciada na falta de formação continuada, e para os que estão mais próximos dos alunos com deficiência (professoras de apoio e de recurso), envolver os alunos com deficiência

em projetos e ações que geram aprendizagem é considerado um avanço para ambas as partes, ou seja, os alunos são mais envolvidos nos grupos que desenvolve atividades de apresentações nas datas comemorativa e nas culminância dos projetos, do que nos grupos de alunos que realizam tarefas propostas pelos professores.

5) Preparação dos alunos com deficiência para o mercado de trabalho

Nesta categoria será abordada as ações pedagógicas da escola direcionadas a preparação dos alunos com deficiência para que estes sejam inseridos no mercados de trabalho, também representa aqui o número de alunos matriculados e o nível de aprendizagem dos mesmos.

A sondagem nesta categoria foi tomar ciência se as metodologias de ensino utilizadas para os alunos que tem deficiência, tem objetivo de incentivar e prepara-los para que sejam capaz de exercer uma função profissional: De acordo com {PROF (A2)} *“sim, porém sabemos que devido ao grau de deficiência, alguns alunos frequentam a escola somente para interagir com outras pessoas”*. {PROF (A1)} diz que *“sim, incentivando e dialogando, mostrando que são capazes”*. As respostas da GEST e das COORs foi não, ressaltam que preparam os alunos com relação a aprendizagem.

Vejamos as respostas dos professores regentes de salas. {PROF (R1 e R2)} dizem que *“sim, através dos trabalhos em grupos com os colegas de sala e apresentação individual, para demonstrar que são capazes”*. {PROF (R3)} responde que *“de forma especifica e direcionada a essa finalidade, não”*. {PROF (R4)} ressaltam que *“sim, o professor regente em consonância com a professora de apoio, procuram repassar para os alunos o conhecimento para que ele sobressaia no mundo lá fora”*. Quanto a resposta do {PROF (R5)} também foi que *“sim, busca demonstrar que o mercado de trabalho é para todos, cabe ao aluno se preparar, e o mercado abrir suas portas”*. {PROF (R6)} diz que *“isso depende da limitação de cada aluno e do acompanhamento que a escola ainda não dispõe”*. Os demais respondem que sim através do diálogo.

A seguir uma figura que retrata o número de alunos em suas respectivas séries e anos escolares.

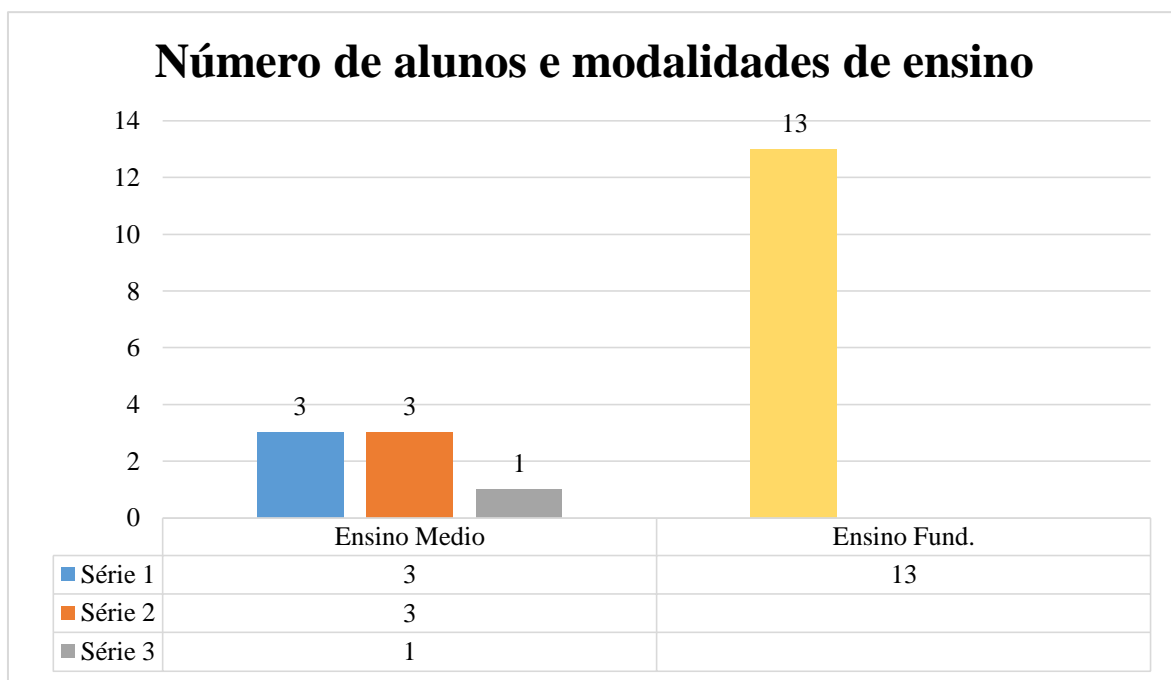


Figura 26- Número de alunos com deficiência e suas respectivas modalidades de ensino.
Fonte: Criação da pesquisadora, baseado em dados da escola.

RESUMO FINAL DA CATEGORIA.

A abordagem dessa categoria nos possibilitou analisar como a escola organiza o atendimento aos alunos com deficiência para que estes possam exercer uma profissão. Através da contribuição dos entrevistados, percebemos que o ensino aos alunos com deficiência não diferencia a dos demais alunos, alguns professores informam que não trabalham especificamente com a finalidade de incentivar e preparar os alunos para que possam exercer uma profissão no término dos seus estudos. Outros têm a concepção de que a finalidade do educando dentro da escola é a de socialização dele com outras pessoas. Detecta-se com isso que o aluno com deficiência frequenta a escola, porém os profissionais ainda têm dificuldade de planejamento, acompanhamento pedagógico e ações que de fato faça com que esses alunos desenvolvam aprendizagem eficaz.

Além dessas dificuldades dos professores, detectamos na entrevista com a professora de recurso um agravante maior: dos 07 alunos que cursam o ensino médio, 03 conseguem acompanhar o ritmo da turma, 03 não domina a leitura e a escrita, por isso não acompanha o ritmo da turma e 01 está começando a desenvolver a fala. Dos 13 que cursam o ensino

fundamental de 6º ao 9º ano não sabem lê convencionalmente, são apenas copistas, ou seja, tem característica de analfabetismo funcional. Esse fator torna ainda mais difícil o trabalho dos professores.

6) Oportunidade de emprego

Nesta última categoria apresentaremos as questões abordadas nas entrevistas realizadas com os empresários e com os secretários das Secretarias Municipais de Educação e de saúde, citadas anteriormente. A pretensão de entrevistar os representantes dessas empresas privadas e desses órgãos públicos, foi para averiguar se no quadro de funcionários existem pessoas com deficiência e se as dificuldades em emprega-las está relacionada a formação acadêmica dos mesmas. Ressaltamos que o encontro com os entrevistados foi previamente agendado, sem nenhuma objeção em nos receber. Um dos empresários autorizou a gerente da empresa a ser entrevistada, por motivos de força maior não podia participar desse momento.

A primeira abordagem da entrevista foi com relação ao tempo que essas pessoas estão na função e qual o nível de escolaridade: (SECE) diz que *“já está na função a quase três anos, tem especialização e mais de 360 horas de curso de formação continuada na área de inclusão”*. (SECS) diz que *“está nesta função a mais de um ano e tem formação superior no curso de enfermagem”*. (EMP1) responde que *“trabalha na empresa a mais de cinco anos e tem o segundo grau completo”*. (EMP2) ressalta que *“é uns dos proprietários, já atua no comércio a mais de 40 anos e tem formação no curso de administração de empresas”*. (EMP3) diz que *“é médica e proprietária desta instituição a mais de 30 anos”*.

A nossa próxima abordagem foi intencionalmente saber o número de funcionários e se algum deles tem deficiência: (SECE) responde que *“o quadro é composto por 340 funcionários e que nenhum deles tem deficiência”*. (SECS) aborda que *“essa instituição conta com 344 funcionários efetivos, contratados e prestadores de serviços e que tem entre esses funcionários, dois cadeirantes, um que usa omoletas, dois com deficiência intelectual e um que é anão”*. (EMP1) diz que *“esta empresa tem 136 funcionários e nenhum deles tem deficiência”*. (EMP2) responde que *“Nenhum dos funcionários tem deficiência e a empresa tem 50 funcionários”*. (EMP3) Assim como as três outras empresas entrevistadas diz que dos 60 Funcionários nenhum tem deficiência.

Aprofundando a análise, já que esta pesquisa está voltada a educação, sondamos sobre a credibilidade dos entrevistados com relação a educação inclusiva das escolas públicas. Se

eles acreditam que essas escolas são capazes de formar o indivíduo que tem deficiência para que este seja inserido no mercado de trabalho: (SECE) responde que *“sim, ressalta que tem uma irmã com deficiência que concluiu seus estudos em uma escola pública e a sua formação lhe dá essa capacidade”*. Aborda ainda que, por questões pessoais sua irmã não pretende trabalhar fora de casa nem quer dá continuidade aos seus estudos, completa a sua resposta dizendo que *“na rede municipal tem 54 alunos matriculados na modalidade de ensino fundamental de 1º ao 9º ano. Duas das escolas municipais tem salas de AEE e conta com professores de apoio para atender esses alunos”*. (SECS) Sua resposta foi *“depende, muitos profissionais não são capacitados para atender esses alunos, nem mesmo os professores de apoio e de recurso”*. Conclui ainda dizendo que *“já foi professor da rede estadual em escola inclusiva e que os alunos com deficiência não eram bem assistidos na parte pedagógica, com planejamentos definidos. Ressalta que o estado não se preocupa com a qualidade do processo, um professor de apoio atende vários alunos com diferentes casos de deficiência”*. (EMP1) ressalta que *“sim, as empresas é que devem dá oportunidade a essas pessoas, quando concluir seus estudos”*. (EMP2) segundo ele *“sim, principalmente para os que não tem o raciocínio comprometido”*. (EMP3) responde que *“depende da característica da deficiência, para muitos tipos de deficiência a escola ainda não está preparada”*.

O nosso próximo interesse foi saber se os entrevistados daria oportunidade de emprego a uma pessoa com deficiência: (SECE) diz que *“essa contratação é de competência do governante municipal, mais ela particularmente, sim”*. (SECS) responde que não é ele quem faz essa contratação de funcionários, mas se fosse, daria oportunidade *“sim”*. (EMP1) responde também que *“não é ela quem faz essa contratação, mas se fosse, dependendo da característica da deficiência, sim”*. Cita um exemplo específico para a empresa que trabalha: *“a pessoa que tem deficiência física tem mais oportunidade, já a pessoa com deficiência mental talvez não tenha essa possibilidade, pois a empresa atende diretamente ao público”*. (EMP2) responde que *“ainda enfrenta algumas barreiras para empregar pessoas com deficiência, as quais são as adaptações arquitetônicas, ressalta que seu escritório fica no segundo piso, os espaços para operador de caixa são pequenos, entre esses e outros fatores a empresa ainda não está preparada para receber funcionários com deficiência”*. (EMP3) responde que *“sim, porém ainda tem algumas dificuldades de empregar essas pessoas nas questões que dizem respeito as adaptações físicas do prédio”*.

Para finalizar a entrevista nesta categoria, indagamos se alguém com deficiência já tinha procurado emprego nestas instituições e empresas, e quais as dificuldades para receber essas

peças: Os (EMP1, 2 e 3) e a (SECE) disseram que “não” e quanto a dificuldade em empregar essas pessoas, está relacionada as adaptações físicas dos espaços, ainda não são adequados a nenhuma das deficiências. Apenas o (SECS) disse que “sim, essa instituição tem seis funcionários com deficiência”. Na sequência procuramos saber qual a formação dessas pessoas: ele com ênfase expõem, *“uma médica, uma psicóloga, um técnico de enfermagem e três tem ensino médio completo”*. Já que esta instituição é a única que tem funcionários com deficiência, procuramos saber se essas pessoas sofrem preconceitos: (SECS) diz que *“não, são totalmente aceitas”*. Indagamos sobre a capacidade dessas pessoas: (SECS) afirma que *“são totalmente capazes, exercem bem a função e não atrapalham no andamento dos trabalhos da instituição e são tratados com equidade com relação aos demais funcionários”*.

RESUMO FINAL DA CATEGORIA.

A abordagem dessa categoria nos possibilitou conhecer como as pessoas com deficiência são vistas pelos proprietários e representantes das empresas e instituições públicas. Percebe-se dificuldades em oferecer um trabalho as pessoas que tem limitações. Entre os entrevistados, apenas a Secretaria Municipal de Saúde tem funcionários com deficiência e de acordo com as respostas, também tem dificuldades com adaptações físicas dos prédios, no entanto esse fator não é empecilho para lhes oferecer uma oportunidade de emprego.

Outro fator constante foi que os entrevistados acreditam na inclusão escolar e na aprendizagem dos alunos, desde que esses não tenham deficiência cognitiva. Apenas o secretário de saúde expõe sobre a sua incredulidade sobre esse assunto, por ter vivenciado esse processo como professor de escola inclusiva e presenciado as dificuldades de atendimento a esses alunos. Aborda ainda que a médica e a psicóloga que atendem no hospital público são cadeirantes consequencial, depois da conclusão dos seus cursos na área superior, a psicóloga sofreu um acidente de carro e a médica foi acometida por uma patologia e teve que amputar a perna, o técnico de enfermagem assim como a medica também perdeu sua perna. Os demais funcionários exercem funções de atendimento ao público nos posto de assistência social.

Enfim, concluem-se que as empresas e as instituições ainda não se sentem preparadas para oferecer empregos às pessoas com deficiência, analisar um currículo e da oportunidade a uma pessoa que não apresenta limitações, se torna mais viável.

CONCLUSÕES

Nesta parte apontaremos as devidas conclusões que chegamos ao final desta pesquisa. Este trabalho propôs-se analisar se as práticas pedagógicas da educação inclusiva do Colégio Felismina Cardoso Batista contribuem na formação dos alunos com deficiência para que estes sejam inseridos no mercado de trabalho. Leva-se em considerações que as análises e interpretações dos dados obtidos nesta investigação conseguiram responder satisfatoriamente aos objetivos e a pergunta problema que nos norteou esse trabalho.

Em uma pesquisa investigativa em alguns momentos temos muitas surpresas e dados que a priori não eram importantes, porém diante da realidade apresentada trazem contribuições relevantes no resultado. Diante disso essa pesquisa permitiu-nos, conhecer e compreender sobre o processo de inclusão da escola pesquisada e também deduzir que essas questões são vivenciadas nas demais escolas públicas inclusivas, os resultados além de enriquecer este trabalho servirão de base para realização de novos estudos sobre a temática em questão.

Para realizar esse trabalho com mais segurança e certeza do que queríamos investigar, aprofundamos nossos conhecimentos nas Leis que asseguram o processo de inclusão e em obras de teóricos que tem sapiência sobre essa temática. Assim durante a construção do marco teórico foi possível conhecer opiniões distintas de autores renomados no campo da inclusão escolar. Apontamos em todo o texto dessa pesquisa os desafios e as dificuldades enfrentadas pelas escolas regulares quando assume a inserção dos alunos com deficiência, o que nos permitiu fazer uma análise crítica sobre as reais situações do processo inclusivo da unidade educacional pesquisada.

Os resultados encontrados na aplicação dos instrumentos de entrevistas condizem com os resultados que presenciamos no decorrer da observação em loco e na análise documental. Analisar o sistema de ensino inclusivo dessa escola pública nos permitiu também perceber que o sistema de ensino regular do estado de Goiás não está devidamente preparado para oferecer de fato a inclusão em suas escolas. Tomando como base a escola pesquisada a real situação é que o estado ainda não respalda de acordo com o que é apregoado nas Leis e Diretrizes de Bases das esferas Federal e Estadual.

Ressaltamos que os resultados encontrados não foram apenas satisfatórios para responder aos objetivos dessa pesquisa, como também servirão para dá margens a outros debates e consequentemente a novas atitudes que favoreçam positivamente na inserção dos

alunos com deficiência, despertando por tanto para fazer valer um sistema inclusivo de qualidade e equidade de acordo com o respaldo legal estabelecido nas Leis.

Outro fator percebido no decorrer dessa investigação é que existe um sistema falho e despreparado, longe de uma postura de escola para todos, percebemos que as dificuldades são advindas da escolarização dos alunos com deficiência nos anos iniciais, eles passam para os anos finais sem saber ler e escrever convencionalmente, a escola pesquisada recebe alunos com deficiência oriunda da rede municipal sem nenhum preparo para os anos fundamental e médio.

No estudo realizado no Marco Teórico, vários autores sinalizaram para as falhas e insegurança dessas instituições públicas e de toda equipe que nela trabalha. Apesar das Leis e reformulações das políticas que respalda a inclusão escolar, as escolas ainda enfrentam muitos entraves e barreiras para incluir esses educandos.

De acordo com os aspectos legais, entendemos que a transformação do Sistema Educacional Brasileiro, em geral e em particular, no tocante a perspectiva inclusiva como garantia de direitos de todos os alunos, requer entre outras ações, uma política de apoio que efetivamente promova as condições adequadas para os alunos que apresentam algum tipo de necessidade educacional específica, e também recebam materiais e apoio necessário para bom desenvolver do processo de aprendizagem. Essa proposta de educação inclusiva, seja no âmbito nacional ou estadual, aponta para uma reflexão dos vários segmentos sobre a reconstrução do sistema educacional. Necessita de ações para romper as barreiras de acesso para todos em uma escola de qualidade, para garantir além de acesso, a permanência e aprendizagem de todos os alunos.

Durante o estudo sobre as Políticas Públicas Especiais percebemos que estas definem uma inclusão completa de qualidade e equidade, porém o que presenciamos foi uma escola com estrutura física parcialmente adequada, com materiais pedagógicos e tecnológicos insuficientes para atender aos alunos com deficiência, a maioria dos professores sem formação continuada na área de inclusão e falta de recursos financeiros para melhoria desse sistema.

Tendo em vista os aspectos destacados acima podemos proferir que a inclusão é pouco debatida pelo sistema escolar do estado de Goiás, não detectamos na escola pesquisada propostas, projetos documentais ou práticas que englobe de fato essa temática, a inclusão se resume apenas em efetuar matrículas, servindo apenas para fins estáticos. Enfim, o movimento inclusivo exige alterações como uma mudança, principalmente, que não permita que o direito de todos a uma educação de qualidade, seja meramente traduzido como cumprimento de se matricular alunos com necessidades Especiais em escolas comuns.

Diante disso, o estudo aponta para a necessidade de regularização da Secretaria Estadual de Educação dentro do processo de oferta de cursos de formação continuada para professores, para que contemple as necessidades dos mesmos e, por outro lado respalde as exigências inerentes às atividades desses profissionais, sobretudo com uma política de formação que atenda o emprego dos recursos tecnológicos, paralela a formação adequada para que se efetive o processo de inclusão.

Assim em relação ao **objetivo 01**, que foi identificar se a instituição educacional trabalha com práticas pedagógicas diferenciadas que contribuem na formação dos alunos com deficiência. Presenciamos que a escola não vivencia a inclusão proposta em Leis, decretos e resoluções. A maioria dos profissionais não se sente preparados para oferecer um ensino de qualidade a essa população de alunos, muitos deles não tem cursos de formação continuada na área de inclusão e a escola não tem projetos e ações voltados exclusivamente para a inclusão. As práticas pedagógicas oferecidas pelos professores não segue um ritmo sistematizado, conta apenas com o esforço de cada um dos profissionais nas adaptações de conteúdo e o planejamento das aulas para atender esses alunos, não diferenciam do planejamento dos demais alunos.

Foi detectada também a dificuldade de um planejamento conjunto entre professores regentes de sala de aula, professores de apoio e coordenadores, no tocante a preparação de aulas diferenciadas que atenda às necessidades dos alunos com deficiência. Os professores contemplam seu planejamento quinzenal no SIGE – Sistema Integrado de Gestão Educacional, um avanço na modernização do sistema educacional, porém percebemos que gera dificuldades nas práticas pedagógicas para atender aos alunos com NEEs, porque apenas os profissionais de apoio é quem fazem as adaptações dos conteúdos.

Além das dificuldades na aplicabilidade das práticas pedagógicas por parte dos professores, detectamos um outro fator que consideramos difícil no ensino e na aprendizagem, os alunos com deficiência não acompanham o ritmo de aprendizagem dos demais alunos.

As conclusões referentes a esse objetivo baseiam-se na observação da investigadora e na aplicação da técnica de entrevista aos professores, coordenadores e gestor. Os resultados obtidos foram satisfatoriamente suficientes para atingir esse objetivo e para confirmar que as práticas pedagógicas disponibilizadas aos alunos com deficiência ainda não contemplam de fato uma aprendizagem de qualidade. As dificuldades são decorrentes de vários fatores, tais como: salas de aulas heterogêneas e superlotas com mais de 35 alunos, carga horária excessiva dos professores, falta de materiais pedagógicos relacionados a deficiência dos alunos e falta de respaldo dos governantes no quesito de formação continuada dos professores.

No que se refere ao **objetivo 02** que foi identificar se os professores possuem formação continuada para atender as perspectiva de uma escola inclusiva, mais uma vez obtivemos êxito com a comprovação que corresponderam ao objetivo, contamos com a participação dos professores, coordenadores e gestor escolar. Os dados obtidos comprovaram que os professores não dispõem de formação continuada que contemple a temática proposta por essa investigação, conforme foi mencionado anteriormente, dos 41 professores modulados somente 32% deles tem curso de formação continuada na área de inclusão, a gestora da unidade educacional ainda não teve oportunidade de se qualificar nessa temática e os professores de apoio e professora de recurso fizeram cursos custeados com recursos próprios, pois pelas vozes das professoras atuantes a exigências para assumir essas funções é que o profissional tenha formação diferenciada, apesar de a SEE não contemplar a oferta dos cursos de formação para esses profissionais.

Baseado nessas informações reiterou nossas conclusões de que os professores não estão preparados para atender a população de alunos com deficiência e proporcionar-lhes oportunidade de desenvolver suas habilidades. Através das formações poderiam superar seus anseios e suas dificuldades nas aplicações de práticas pedagógicas eficazes. Concluímos ainda através deste guia de entrevista com os professores que o maior desafio encontrado por eles é a falta de capacitações, as quais lhes orientariam no desenvolvimento de projetos e ações educacionais do processo inclusivo. Assim podemos enfim concluir esse objetivo com a certeza que a falta de formação continuada foi apontada como sendo a causa de insegurança para um ensino capaz de atender a todos, independentemente de suas dificuldades educacionais.

Analisando o **objetivo 03**, que foi identificar as possibilidades e dificuldades que os empresários e gestores dos órgãos públicos enfrentam para empregar pessoas que tem deficiência. Constata-se com os resultados das entrevistas, que alcançamos o objetivo proposta nesta investigação. O mercado de trabalho do município de Campos Belos ainda não está preparado para receber pessoas com deficiência, todos os entrevistados expõem dificuldades na acessibilidade física do ambiente, no tocante a formação e preparo profissional dessas pessoas, todos eles externaram insegurança, parcialmente confiam na formação de uma pessoa com decência para atender as exigências de trabalho exercidas nestas instituições ou empresas.

Detectamos no contexto das entrevistas que as oportunidades para empregar as pessoas com deficiência estão relacionadas à característica da sua deficiência, os que apresentam dificuldade cognitiva são menos favorecidos, de acordo com as vozes dos entrevistados eles não conseguem exercer uma profissão que atenda ao público, assim também não acreditam que a escola é capaz de preparar essas pessoas para atender a demanda do mercado de trabalho.

Diante do exposto nos resultados dos objetivos específicos, reiteramos nossas conclusões de que o processo de educação inclusiva na escola pesquisada necessita de reformulações, modificações e investimento, tanto na área estrutural como pedagógica, pois essa investigação aliada a contribuição dos participantes nos permitiu confirmar que a inclusão escolar nessa unidade educacional ainda não está sendo vista com a importância devida para esse processo.

SUGESTÕES

E por fim, com os resultados alcançados na realização da pesquisa espera-se que este estudo possa contribuir para o aperfeiçoamento do atendimento especializado dos alunos com necessidades educacionais especializadas e possa motivar e incentivar novos estudos em situações que ainda precisam ser modificadas nas instituições de ensino. Recomenda-se estruturas físicas adequadas e atendimento pedagógico eficaz com formação continuada aos professores e equipe pedagógica para que de fato possa oferecer uma aprendizagem de qualidade aos educandos com deficiência.

Ainda podemos sugerir que a escola crie projetos e ações que desperte nessa população de alunos motivação para o ingresso no mercado de trabalho, fazer com que eles sejam protagonistas dos seus sonhos e estar inseridos não somente na comunidade escolar, mas também na comunidade em geral.

Para os próximos trabalhos de pesquisa sugerimos um estudo sobre as escolas municipais, observar como estas trabalham com a alfabetização dos alunos nos anos iniciais, entender as dificuldades enfrentadas nessas unidades de ensino, pois é através da constatação de pesquisa que novos rumos e atitudes são tomadas para melhorar o cenário atual.

REFERÊNCIAS

- Alvoro, C. C., Alvoro M., Jesús, P. (2008) - *Desenvolvimento Psicológico e Educação*. Volume 03 – (2º edição).
- Arquivo Aberto Sobre Educação Inclusiva – *Material de Apoio para gerentes e Administradores*. UNESCO (s/d)
- Bauer, W. M., Gaskell, G. (Org. 2011) - *Pesquisa Qualitativa Com Texto: imagem e som: um manual prático*. 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Brasil. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. *Marco Políticos-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva/ Secretaria de Educação Especial*. – Brasília: Secretaria de Educação Especial, - 2010. ISBN 978-85-60331-28-4.
- Berscha, R. (2013). *Introdução a Tecnologia Assistiva*. Porto Alegre - RS
- Brasil. *Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência*. B823t (2009) – Comitê de Ajuda Técnicas – Tecnologia Assistiva. - Brasília: CORDE.
- Campoy, T. J. (2016) – *Metodologia de la Investigación Científica*. Ciudad del Este (py) U.N.C del Este.
- Campoy, T. J. e Araújo, G. E. (2009) – *10 Técnicas e Instrumentos Qualitativos para Recolha de Dados*. Editorial EOS.
- Constituição da República Federativa do Brasil (1988) – Câmara dos Deputados, 35ª Edição atualizada em 2012
- Carvalho, E. N S. (org. 1997) – *Brasil, Secretaria de Educação Especial Deficiência mental* - Brasília: SEESP, 1997. De acordo MEC/UNESCO.
- Coll, C., Marchesi, A., Palacios, J. (2004) – *Desenvolvimento psicológico e Educação*. 2ª edição Ministério da Educação, FNDE – Vol. 03.
- Comitê de Ajuda Técnica (CAT, 2009) – *Tecnologia Assitiva*. Presidência da República, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da pessoa com Deficiencia
- Decreto Nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Câmara dos Deputados 7ª edição 2013. *Legislação Brasileira sobre Pessoas com Deficiência*. Biblioteca digital. <http://bd.camara.leg.br>. Visitado em 20/08/2017.
- Decreto Nº 5.926/04 – Ministério do Trabalho e Emprego.
- Díaz, F., Bordas, M., Galvão, N. & Miranda, T. (2009) - *Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas*. EDUFBA.
- Diretrizes Operacionais da Rede Pública Estadual de Ensino de Goiás (2009/2010). Secretaria Estadual de Educação, Cultura e Esporte – Goiânia 2009.
- Escola inclusiva 10 anos – *Secretaria da Educação do Estado de Goiás* ...educacao.go.gov.br/imprensa/? Noticia=1846, 6 de abr de 2009 - Muita coisa mudou nas escolas públicas estaduais, desde a criação, há dez anos, do programa de educação inclusiva no estado de Goiás. Visitado em 20/08/2017.

- Farias, R. I. et al. (1999). *Reflexão sobre a inclusão linguística no contexto escolar*.
- Feldmann, G. M. (Org. 2009) - *Formação de Professores e Escola na Contemporaneidade*. – São Paulo: Editora SENAC, São Paulo.
- Freire, Paulo (1987) - *Pedagogia do Oprimido*. 17ª Ed. Rio de Janeiro, paz e terra. (o mundo hoje, v. 21).
- Freitas, G. N. (2000) - *Pedagogia do Amor: Caminhos da libertação na relação professor-aluno*. Wak Editora Ltda, Rio de Janeiro, primavera 2000.
- Favero, O. et al (2009). *Torna a Educação Inclusiva*. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).
- Gil, A. C. (2007) – *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 5. Ed. São Paulo: Atlas
- Gil, A. C. (2008) – *Métodos e Técnicas da Pesquisa Social*. Atlas.
- Giroto, M. R. C.C., et al (Org. 2012) - *As Tecnologias nas Práticas Pedagógicas Inclusivas*. Cultura Acadêmica Editora, Marília.
- Givanilda, V. M. – (artigo) *Educação Inclusiva no Brasil: do contexto histórico à contemporaneidade*.
- Grispino, S. I. (2004) - *Prática pedagógica (Estruturando Pedagogicamente a escola)*
<https://www.estantevirtual.com.br>.
- Gugel, A. M. (2007). *Artigo sobre Inclusão Social*.
- Hernández, S. R. (2013) – *Metodologia da Pesquisa*. 5.ed. Porto Alegre: Penso, 2013
<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>. Visitado 15/11/2016
<http://www.brasil.gov.br/educacao/2015/03/dados-do-censo-escolar-indicam-aumento-de-matriculas-de-alunos-com-deficiencia>.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Censo de 2016*.
- Janguê, D. (2013) – (artigo) *Educação inclusiva no Brasil: Fundador e Acionista Majoritário do Grupo Ser Educacional*.
- Lakatos E. M. (2007) – *Metodologia Científica*. 5. Ed. São Paulo: Atlas,
- Lakatos, E. M. & Marcone, M. D. A (2002). *Fundamento da Metodologia Científica*. In *Fundamentos da metodologia científica em Educação*. São Paulo: Atlas.
- Lakatos, E. M., & Marconi, M. D. A. (2003). *Fundamentos da metodologia científica*. In *Fundamentos da metodologia científica*. Atlas.
- Laville, C., Dionne, J. – *A Construção do Saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Belo Horizonte; UFMG, 1999.
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) - LDBEN, Nº. 9.394.
- Libâneo, C. J. (2001) – *Organização e Gestão da Escola: teoria e prática*. Goiânia: Editora Alternativa.

- Lüdke, M. A. & Marli E. D. A (1986). – *Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas*. São Paulo EPU.
- Lei Nº 8.213 de 1991 da Presidência da República - INSS, autarquia federal com sede em Brasília-Distrito Federal, vinculada ao Ministério da previdência Social.
- Magalhães, G. D. H. (2004) - *Pedagogia do Êxito* Projetos e Resultados. Petrópolis- RJ, Editora Vozes. ISBN 85.326.2972-5.
- Mantoan, E. T. (2012) - *Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?* (Pag. 09). Campinas - SP, setembro de 2003: Ed Moderna, - (Coleção cotidiano escolar).
- Martins, M. L. (2009). *O legado do século XX para formação de professores*. Integrante da programação do IX Encontro de Pesquisa da Região Sudeste (Anpedinha), realizado na Universidade Federal de São Carlos de 08 a 11 de julho de 2009.
- Marchesi, Á. (2004) – *Da linguagem da deficiência as escolas inclusivas*. Org. In. Coll, César et al. Desenvolvimento Psicológico e Educação: Transtorno de desenvolvimento e necessidades educativas especiais - 2. Ed. – Porto Alegre, RS: Artmed.
- Maria, A. G., AMPID – *Associação Nacional dos Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoas com Deficiência*. www.ampid.org.br/ampid/Artigos/PD_Historia.php. Última visita: 06/11/16.
- Minayo, M. S. C. – *O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa*. 7. Ed. São Paulo: Hucilec, 2001.
- Minayo, S. M. C. (Org. 2001) – *Pesquisa Social. Teoria, Método e Criatividade*. 18 ed. Petrópolis: Vozes.
- Ministério da Educação FNDE, PNBE Especial. Instituto de Gestão em Saúde/ GERIR (2004) - *Educação Inclusiva*, Salvador, v 10, nº 36 p. 18-61, mar/abr. 2004. Visitado em 04/03/2017 *Ministério de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da presidência da República: Portaria SEDH nº 3.344, de 03 de novembro de 2010 (DOU 05.11.2010)*.
- Miranda, B. A. A. (2009). *História, Deficiência e Educação Especial*. Doutora em Educação Prof^a da FAGED/Universidade Federal de Uberlândia. Disponível em: <http://atividadeparaeducacaoespecial.com/wp-content/uploads/2014/09/INC>. Acesso em: 12. Nov. 2016.
- Mistério do Trabalho e Emprego (2007). *A Inclusão da Pessoa com Deficiência no Mercado de Trabalho* – 2.ed. – Brasília: TEM, SIT.
- Oliveira, B. A. J. (1998) - *Pedagogia do Sucesso*. Instituto Ayrton Senna, Desenvolvimento e Potencial das Novas Gerações. Editora Saraiva.
- Portal Brasil – economia e emprego > 2016 > 09 > cresce o número de pessoas com deficiência no mercado de trabalho formal. Visitado em 18 de setembro de 2017.
- Portal Brasil Econômico. Economia.ig.com.br/2017-03-31/desemprego-dados-ibge-html. Visitado em 29/09/2017.
- Portal Brasil, divulgação MEC. Pagina Inicial>EDUCAÇÃO>2015>03> Dados do Censo Escolar. Últimas notícias Portal Planalto Visitado em 04/04/2017.

Portal Brasil, Ministério da Educação. Publicado: 23/03/2015. Visitado em 30/08/2017.

Revista de Direito da Cidade - *A Cidade, o Dever Constitucional de Inclusão Social e a acessibilidade* Vol. 08, nº ISSN 2317-7721 Doi: 10. 2957/rdc.2016.19901. Visitado em 23/09/2017.

Revista Espacio (2016) – *Tecnologia Assistiva na Educação a Distância e a Inclusão de Cegos* Vol.37 (Nº09) Pag. E-1. <http://www.revistaespacios.com/a16v37n09/163709e1.html>.

Resolução Nº 2.344 - *Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República* (2010).

Resolução Nº 35 de 06 de julho de 2005 – *Regimento interno da CONADE*.

Salamanca, (Espanha junho de 1994): *Conferência Mundial Sobre Necessidades Educativas Educacionais: Acesso e Qualidade*. Editada pela UNESCO, ED-94/ws/18. *redeinclusão*. web.ua.pt/docstation/com_docstation/19/fl_9.pdf. Vitado 31/11/2016.

Sampaio, T. C. e Sampaio, R. S (2009) - *Educação Inclusiva*. O professor mediador para a vida. Direitos de edição cedidos a EDUFBA (Editora da Universidade Federal da Bahia)

Santos, A. (apud, Almeida, L. G. D. 2010) - *A psicologia e a Bíblia no aconselhamento de Larry Crabb*. Em uma observação psicológica.

Santos, S. E. et al., (2009) - *Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas*. Feliz Dias, Miguel Bordas, Nelma Galvão, Theresinha Miranda, (org) – Salvador: EDUFBA.

Sassaki, K. R. (1999) – *Inclusão, Construindo uma Sociedade para Todos*. 3ª edição – Rio de Janeiro: WVA.

Triviños, A. N. S. (1993) - *Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Atlas.

UNESCO (1990) - *Conferência Mundial sobre Educação para Todos*- Jomtien, Tailândia.

UNESCO ANPED. Fávero, O., et al (Org. 2009). *Tornar a Educação Inclusiva*. ISBN: 978-85-7652-090-0.

UNESCO. O Fundamento Racional da Educação Inclusiva - Arquivo aberto sobre educação inclusiva. *Material de Apoio para Gerentes e Administradores*.

UNESCO/BRASIL (1998). *Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada e proclamada pela Resolução 217ª (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas, 10 de dezembro de 1948*.

UNESCO (1989) - *A Convenção sobre os Direitos da Criança*. Adotada pela Assembleia Geral nas Nações Unidas em 20 de Novembro de 1989 de 1989 e ratificadas por Portugal. www.unicef.pt/docs/pdf.../convencao_direitos_crianca2004.pdf. Visitado 15/11/2016

Villela, F. (edição 2015). Fonte: Denise, G. *Agência Brasil IBGE: 6,2% da população têm algum tipo de deficiência*. Portal Brasil. www.liderisp.ufba.br/revistas/gerir%20v10%20n36%202004.pd www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Visitado 19/03/2017.

Vieira, G. M. (2014) – *Artigo sobre Inclusão Social*.

Yin, K. R. (2001) – *Estudo de caso- planejamento e métodos*. 2. Ed. Porto Alegre: Bookman,

APÊNDICES

Apêndice Nº 01



TERMO DE ESCLARECIMENTO

Colégio Estadual Felismina Cardoso Batista.

Modalidade de ensino: fundamental e médio.

Honrosamente venho convidá-lo a participar da pesquisa de campo da Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação que será apresentada a Universidad Autónoma de Asunción/PY intitulada: A formação acadêmica de pessoas com deficiência para que esta seja inserida no mercado de trabalho: Estudo da educação inclusiva no Colégio Estadual Felismina Cardoso Batista.

Os avanços da Educação Inclusiva têm sido destacados através de estudos e esse certamente dará sua contribuição no campo da inclusão escolar, por isso a sua participação é muito importante. O objetivo da pesquisa é analisar se as praticas pedagógica contribui na formação acadêmica da pessoa com deficiência para que este seja inserido no mercado de trabalho

Desde já, podemos afirmar que não haverá riscos para o participante, pois os objetivos da pesquisa são previamente esclarecidos e sua participação será mantida no mais absoluto sigilo e garantida o anonimato, pois a análise dos dados não terá caráter avaliativo individual ou institucional.

Responsável pela pesquisa: Alda Lucia Souza Lopes da Silva, residente na Rua C-05 Qd 22 Lt 07 Set. Aeroporto, Campos Belos – GO. Telefone celular: (62) 99663-0163. e-mail: alda.lopes@educ.go.gov.br

Essa pesquisa será realizada com recursos próprios e não haverá despesas por parte dos participantes.

Apêndice Nº 02



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE APÓS ESCLARECIMENTO

Eu, _____, declaro que li/ouvi e compreendi os objetivos estabelecidos por esta pesquisa. Entendo que minha participação poderá contribuir com os avanços da Educação Inclusiva. A pesquisadora deixou claros os benefícios proporcionados por esse estudo e que será preservado meu anonimato, além disso, estou consciente que estarei isenta de qualquer risco. Dessa forma concordo em participar.

Professor participante do estudo

Pesquisadora

Apêndice Nº 03



Questionário de sondagem.

Colégio Estadual Felismina Cardoso Batista.

Modalidade de ensino: fundamental e médio.

Senhor(a),

Agradeço se puder e estiver de acordo a responder este questionário anônimo que tem a pretensão de sondar como a educação inclusiva acontece nesta Unidade Educacional, o objetivo deste é obter dados para elaboração de uma dissertativa para conclusão do curso de mestrado da Universidade Autônoma de Assunção-PY.

Mestranda: Alda Lucia Souza Lopes da silva.

PERFIL DA UNIDADE ESCOLAR

1. A Unidade Educacional atende em quais turnos?
() Matutino () Vespertino () Noturno
2. Quantos alunos com deficiência matriculados nas modalidades?
Ensino Fundamental 1ª fase _____ Ensino Fundamental 2ª fase _____
Ensino Médio _____
3. Quantos Professores trabalham na Unidade Educacional? Quantos de apoio aos alunos com deficiência?
4. Quantos alunos com deficiência matriculados? Quais as deficiências?

5. Os alunos com deficiência são atendidos em outros horários? Recebem apoio diferenciado?

6. A Unidade Educacional tem sala de AEE? Atende somente aos alunos da Unidade Educacional?

7. A quanto tempo a Unidade Educacional atende alunos com deficiência?

8. Quantos alunos já concluíram a educação básica nesta Unidade Educacional?

9. Você tem conhecimento se algum aluno que já concluiu a educação básica nesta escola trabalha em alguma instituição pública ou empresa privada?

Apêndice Nº 04



Roteiro de observação sistemática

Colégio Estadual Felismina Cardoso Batista.

Modalidade de ensino: fundamental e médio.

O objetivo deste é obter dados para elaboração de uma dissertativa para conclusão do curso de mestrado da Universidade Autônoma de Assunção-PY.

Mestranda: Alda Lucia Souza Lopes da silva.

OBSERVAÇÃO

1. Observar as práticas vivenciadas no dia - a - dia dentro do ambiente escolar;
2. Observar a aplicabilidade de materiais pedagógicos e tecnológicos no momento de explanação de aulas;
3. Verificar o atendimento do AEE aos educandos com deficiência;
4. Observar a forma como o atendimento pedagógico aos alunos com deficiência é conduzido;
5. Analisar a interação desses alunos no ambiente escolar;
6. Observar a organização do espaço escolar com relação às adaptações físicas.

Apêndice Nº 05



Roteiro da análise documental

Colégio Estadual Felismina Cardoso Batista.

Modalidade de ensino: fundamental e médio.

A contribuição da formação acadêmica de pessoas com deficiência para que esta seja inserida no mercado de trabalho: Estudo da educação inclusiva no Colégio Estadual Felismina Cardoso Batista.

Mestranda: Alda Lucia Souza Lopes da silva.

1. Analisar e descrever sobre relatórios e/ou qualquer documento constando:

- Todos os cursos e programas oferecidos pela Secretaria Estadual de Educação para o atendimento ao processo de inclusão;
- Cursos oferecidos pelo MEC via SEE, na área de inclusão;
- Número de alunos atendidos no AEE;
- Caracterização dos tipos de deficiência dos alunos;
- Número de professores da Unidade Educacional que possuem curso de formação no atendimento a educação inclusiva

Apêndice N° 06



UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACULTAD DE CIENCIAS POLÍTICAS, JURÍDICAS Y DE
LA COMUNICACIÓN
MAESTRÍA EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN

Roteiro de entrevista com gestor escolar e coordenadores.

A formação acadêmica de pessoas com deficiência para que esta seja inserida no mercado de trabalho: Estudo da educação inclusiva no Colégio Estadual Felismina Cardoso Batista.

Senhor (a),

Agradeço se puder e estiver de acordo em responder este questionário anônimo que tem a pretensão de sondar como a educação inclusiva acontece nesta Unidade Educacional, o objetivo deste é obter dados para elaboração de uma dissertação para conclusão do curso de mestrado na Universidade Autônoma de Assunção-PY.

Mestranda: Alda Lucia Souza Lopes da silva.

PERFIL	
Sexo: Masculino <input type="checkbox"/> feminino <input type="checkbox"/>	Tempo de magistério (em anos): <input type="checkbox"/> entre 0 e 5 <input type="checkbox"/> entre 5 a 10 <input type="checkbox"/> mais de 10
Há quantos anos trabalha na Educação? <input type="checkbox"/> entre 0 e 5 anos <input type="checkbox"/> entre 5 a 10 anos <input type="checkbox"/> mais de 10 anos	
Qual seu nível de escolaridade? <input type="checkbox"/> Ensino médio. <input type="checkbox"/> Especialização <input type="checkbox"/> Doutorado <input type="checkbox"/> Graduação <input type="checkbox"/> Mestrado	
Atua em qual função? _____	

ENTREVISTA

- 1- Você acredita no processo de inclusão escolar?
 - 2- Você acredita que os professores dessa escola estão preparados para a inclusão?
 - 3- Os professores dispõem de formação continuada voltada para proposta da escola inclusiva?
 - 4- As metodologias de ensino para os alunos que tem deficiência são diferenciadas?
 - 5- A escola dispõe de recursos didáticos e tecnológicos necessários para o trabalho com alunos com deficiência?
 - 6- Como é elaborado o plano de aula dos professores que tem em sala de aula alunos com deficiência?
 - 7- Como a escola reage aos problemas que aparecem próprios de uma escola inclusiva?
 - 8- No Projeto Político Pedagógico é abordada a questão da inclusão?
 - 9- A metodologia de ensino utilizada para os alunos que tem deficiência, tem objetivo de incentivar e preparar para que eles sejam inseridos ao mercado de trabalho
 - 10- A unidade educacional trabalha com alguma metodologia diferenciada para suscitar no aluno que tem deficiência vontade de ingressar no mundo trabalho?
 - 11- Os alunos que estudam nesta escola e que tem deficiência enfrentam barreiras arquitetônicas, atitudinal ou conceitual?
 - 12 - Que tipo de ação pode ser sugerida no sentido de tornar eficaz a inclusão do aluno com deficiência na escola regular?
 - 13 - Uma das grandes barreiras a serem derrubadas está no preconceito em relação ao tema “inclusão”. Você acredita que a escola já superou essa barreira?
 - 14 - Há alguma questão que você gostaria de abordar que não está neste questionário?
-

Apêndice Nº 07



UNIVERSIDAD AUTONÓMA DE ASUNCIÓN
FACULTAD DE CIENCIAS POLÍTICAS, JURÍDICAS Y DE
LA COMUNICACIÓN
MAESTRÍA EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN

Roteiro de entrevista com professores regentes e de apoio

A contribuição da formação acadêmica de pessoas com deficiência para que esta seja inserida no mercado de trabalho: Estudo da educação inclusiva no Colégio Estadual Felismina Cardoso Batista.

Senhor (a),

Agradeço se puder e estiver de acordo em responder este questionário anônimo que tem a pretensão de sondar como a educação inclusiva acontece nesta Unidade Educacional, o objetivo deste é obter dados para elaboração de uma dissertação para conclusão do curso de mestrado na Universidade Autônoma de Assunção-PY.

Mestranda: Alda Lucia Souza Lopes da silva.

PERFIL DO PROFESSOR	
Sexo: Masculino <input type="checkbox"/> feminino <input type="checkbox"/>	Tempo de magistério (em anos): <input type="checkbox"/> entre 0 e 5 <input type="checkbox"/> entre 5 a 10 <input type="checkbox"/> mais de 10
Há quantos anos trabalha na Educação? <input type="checkbox"/> entre 0 e 5 anos <input type="checkbox"/> entre 5 a 10 anos <input type="checkbox"/> mais de 10 anos	
Qual seu nível de escolaridade? <input type="checkbox"/> Ensino médio. <input type="checkbox"/> Especialização <input type="checkbox"/> Doutorado <input type="checkbox"/> Graduação <input type="checkbox"/> Mestrado	

ENTREVISTA

- 1- Você acredita no processo de inclusão escolar?
 - 2- Você acredita que os professores dessa escola estão preparados para a inclusão?
 - 3- Os professores dispõem de formação continuada voltada para proposta da escola inclusiva?
 - 4- As metodologias de ensino para os alunos que tem deficiência são diferenciadas?
 - 5- A escola dispõe de recursos didáticos e tecnológicos necessários para o trabalho com alunos com deficiência?
 - 6- Como é elaborado o plano de aula dos professores que tem em sala de aula alunos com algum tipo de deficiência?
 - 7- Como a escola reage aos problemas que aparecem próprios de uma escola inclusiva?
 - 8- No Projeto Político Pedagógico é abordada a questão da inclusão?
 - 9- A metodologia de ensino utilizada para os alunos que tem deficiência tem objetivo de incentivar e preparar para que eles sejam inseridos ao mercado de trabalho
 - 10- A unidade educacional trabalha com alguma metodologia diferenciada para suscitar no aluno que tem deficiência vontade de ingressar no mundo trabalho?
 - 11- Os alunos que estudam nesta escola e que tem deficiência, ainda enfrentam barreiras arquitetônicas, atitudinal ou conceituais?
 - 12 - Que tipo de ação pode ser sugerida, no sentido de tornar eficaz a inclusão do aluno com deficiência na escola regular?
 - 13 - Uma das grandes barreiras a serem derrubadas está nos preconceitos em relação ao tema “inclusão”. Você acredita que a escola já superou essa barreira?
 - 14 - Há alguma questão que você gostaria de abordar que não está neste questionário?
-

Apêndice N° 08



UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN

FACULTAD DE CIENCIAS POLÍTICAS, JURÍDICAS Y DE

LA COMUNICACIÓN

MAESTRÍA EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN

Roteiro de entrevista com os empresários e secretários municipais

Senhor(a),

Agradeço se puder e estiver de acordo em responder este questionário anônimo que tem a pretensão de sondar como a educação inclusiva contribui ou contribuiu no crescimento profissional do indivíduo que tem algum tipo de deficiência, o objetivo deste é obter dados para elaboração de uma dissertativa para conclusão do curso de mestrado da Universidade Autónoma de Assunção-PY (Paraguai).

Mestranda Alda Lucia Souza Lopes da silva.

Título da tese de mestrado:

A contribuição da formação acadêmica de pessoas com deficiência para que esta seja inserida no mercado de trabalho: Estudo da educação inclusiva no Colégio Estadual Felismina Cardoso Batista.

Perfil dos empresários e Secretários Municipais	
Sexo: Masculino <input type="checkbox"/> feminino <input type="checkbox"/>	A quanto tempo trabalha na instituição/comercio? <input type="checkbox"/> entre 0 e 5 <input type="checkbox"/> entre 5 a 10 <input type="checkbox"/> mais de 10
Qual tipo de Instituição? <input type="checkbox"/> Unidade Educacional Publica <input type="checkbox"/> Unidade Educacional Privada <input type="checkbox"/> Empresa Comercial	
Qual seu nível de escolaridade? <input type="checkbox"/> Ensino médio. <input type="checkbox"/> Especialização <input type="checkbox"/> Doutorado <input type="checkbox"/> Graduação <input type="checkbox"/> Mestrado	
Atua como? <input type="checkbox"/> Proprietário da empresa comercial; <input type="checkbox"/> Gerente da empresa comercial; <input type="checkbox"/> Secretário Municipal.	

ENTREVISTA

1. Número de funcionários da empresa/instituição? _____
2. Nesta empresa/instituição tem funcionários com algum tipo de deficiência?
Qual tipo de deficiência? _____
3. Por quanto tempo essa pessoa trabalha nesta instituição/ empresa?
4. Em caso afirmativo, qual a formação escolar dessa pessoa?
5. Você percebe se essa pessoa sofre algum tipo de preconceito por parte dos colegas de trabalho?
6. Você acredita que uma pessoa que tem algum tipo de deficiência física ou mental, é capaz de exercer uma profissão?
7. Você acredita que a educação inclusiva das escolas públicas contribui na formação do indivíduo que tem deficiência, para que este seja inserido no mercado de trabalho?
8. Você daria oportunidade de emprego a um aluno (a) com deficiência, egresso da escola pública?
9. Você acha que a pessoa com deficiência atrapalha o andamento dos trabalhos em uma empresa?
10. Alguma pessoa com deficiência já procurou emprego nesta empresa/instituição?
11. Quais as dificuldades esta empresa/instituição enfrenta para empregar pessoas que tem deficiência?
12. Há alguma questão que você gostaria de abordar que não está neste questionário? Qual? Se possível responda.

ANEXOS

ANEXO Nº 01

FORMULÁRIO DE VALIDAÇÃO



UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACULTAD DE CIENCIAS POLÍTICAS, JURÍDICAS Y DE
LA COMUNICACIÓN
MAESTRÍA EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN

FORMULÁRIO DE VALIDAÇÃO

MESTRANDA: Alda Lucia Souza Lopes da Silva

ORIENTADOR: Luís Ortiz Jiménez

Prezado (a) Professor (a), Doutor (a)

Este formulário destina-se à **1ª fase da validação** do instrumento que será utilizado na coleta de dados em minha pesquisa de campo de Maestría en Ciencias de la Educación pela Universidad Autónoma de Asunción – UAA, cujo tema é A contribuição da formação acadêmica de pessoa com deficiência para que esta seja inserida no mercado de trabalho: estudo da educação inclusiva no colégio estadual Felismina Cardoso Batista. Esta pesquisa tem como objetivo geral: **Analisar como a Educação Inclusiva do Colégio Felismina C. Batista contribui na formação dos alunos com deficiência, para que estas sejam inseridas no contexto laborial.** Os objetivos específicos que norteiam essa pesquisa são: **1.** Identificar se a instituição educacional trabalha com práticas pedagógicas diferenciadas que contribuem na formação dos alunos com deficiência. **2.** Identificar se os professores participam de formação continuada para atender aos alunos com deficiência numa perspectiva inclusiva. **3.** Identificar as possibilidades e dificuldades que os

empresários enfrentam para empregar pessoas que tem deficiência. Para isso, solicito sua análise no sentido de verificar se há **adequação entre as questões formuladas e os objetivos referentes a cada uma delas**, além da **clareza na construção** dessas mesmas questões. Caso julgue necessário, fique à vontade para sugerir melhorias utilizando para isso o verso desta folha.

As colunas com “COERÊNCIA” E “CLAREZA” devem ser assinaladas com **UMA PONTUAÇÃO ENTRE 1 E 5**. Sem mais para o momento antecipadamente agradeço por sua atenção e pela presteza em contribuir com o desenvolvimento da minha pesquisa.

ENTREVISTA COM O GESTOR E COORDENADOR

ENTREVISTA COM GESTOR ESCOLAR	COERÊNCIA	CLAREZA
	1-5	1-5
1- Você acredita no processo da inclusão?		
2- Os professores dessa escola estão preparados para a inclusão?		
3- Os professores dispõem de formação continuada voltada para proposta da escola inclusiva?		
4- Como é a interlocução entre professores de apoio e os professores regentes?		
5- Como acontece o acompanhamento pedagógico com relação aos alunos com deficiência?		
6- As metodologias de ensino para os alunos com deficiência são diferenciadas?		
7- A escola dispõe de recursos didáticos e tecnológicos que contribui na pratica pedagógica.		
8- Os professores utilizam planos de aulas diferenciados para os alunos com deficiência?		
9- Como a escola reage aos problemas que aparecem próprios de uma escola inclusiva?		
10- No projeto político pedagógico é abordada a questão da inclusão?		
11 - A metodologia de ensino utilizada para os alunos que tem algum tipo de deficiência tem objetivo de prepara-los para serem inseridos ao mercado de trabalho?		
12 - A unidade educacional trabalha com alguma metodologia diferenciada para suscitar no aluno que tem deficiência vontade de ingressar no mundo trabalho?		
13 – Os alunos com deficiência, ainda enfrenta barreiras arquitetônicas, atitudinal ou conceitual?		
14 - Que tipo de ação pode ser sugerida, no sentido de tornar eficaz a inclusão do aluno com deficiência na escola regular?		
15 - Uma das grandes barreiras a serem derrubadas está nos preconceitos em relação ao tema “inclusão”. Você acredita que a escola já superou essa barreira?		
16 – Os alunos com deficiência participam de ações e		

projetos realizados na unidade educacional?		
17- Se você fosse empresário empregaria uma pessoa com deficiência em sua empresa?		
18 - Há alguma questão que você gostaria de abordar que não está neste questionário?		

ENTREVISTA COM EMPRESÁRIOS E SECRETÁRIOS MUNICIPAIS.

ENTREVISTA COM EMPRESÁRIOS E SECRETÁRIOS MUNICIPAIS	COERÊNCIA	CLAREZA
	1-5	1-5
1-Qual o número de funcionário?		
2- Nesta empresa/instituição tem funcionários com algum tipo de deficiência?		
3- Qual tipo de deficiência?		
4 – Qual a deficiência? E qual a formação escolar dessa pessoa?		
5- Você acredita no processo de inclusão social?		
6- Você acredita que uma pessoa que tem algum tipo de limitação física ou mental, é capaz de exercer uma profissão?		
7- Quais dificuldades esta empresa/instituição enfrenta para empregar pessoas que tem algum tipo de deficiência?		
8 - Você acredita a escola pública é capaz de formar do indivíduo que tem deficiência, para que este exerça uma profissão?		
9 - Você daria uma oportunidade de emprego a um aluno com deficiência que concluiu seus estudos em uma escola pública?		
10 – O funcionário com deficiência que trabalha nesta instituição tem os mesmos direitos que os demais?		
11 - Há alguma questão que você gostaria de abordar que não está neste questionário? Qual? Se possível responda		

ENTREVISTA COM PROFESSOR DE APOIO E DE RECURSO.

ENTREVISTA COM PROFESSOR DE APOIO E DE RECURSO.	COERÊNCIA	CLAREZA
	1-5	1-5
1- Quanto tempo está na função?		
2- Possui cursos de formação na área de educação especial?		
3- De que forma é organizado o atendimento pedagógico aos alunos com deficiência?		
4- Como você vê a relação da sala de Recurso com a sala de aula?		
5- Como é a interlocução do professor de apoio com o professor de recursos no favorecimento ao uso dos recursos tecnológicos pelo educando com NEEs?		
6- Em sua opinião qual a importância do AEE que o educando com NEEs recebe para sua inclusão nas salas regulares?		
7-As metodologias de ensino para os alunos que tem algum tipo de deficiência são diferenciadas?		
8 - A escola dispõe de recursos didáticos e tecnológicos necessários para o trabalho com alunos com deficiência?		
9 - Como é elaborado o plano de aula dos professores que tem em sala de aula alunos com algum tipo de deficiência?		
10 – A unidade educacional trabalha com alguma metodologia diferenciada para suscitar no aluno que tem deficiência vontade de ingressar no mundo trabalho?		
11- Os alunos que estudam nesta escola e que tem deficiência, ainda enfrentam barreiras arquitetônicas, atitudinal ou conceituais?		
12-Apresente suas considerações e/ou sugestões em relação a outros aspectos que não tenha sido contemplados neste documento (inclusive mencionando outras ações, serviços e/ou recursos que por ventura não foram citados, principalmente com relação a Formação continuada)		

ENTREVISTA COM OS PROFESSORES

ENTREVISTA COM OS PROFESSORES	COERÊNCIA	CLAREZA
	1-5	1-5
1- Você se sente preparado pedagogicamente para trabalhar com alunos com deficiência?		
2- Você participa de formações continuada voltada para a proposta da inclusão?		
3- A inclusão do aluno com deficiência atrapalha na qualidade de aprendizagem da turma?		
4- Os professores dessa escola estão preparados para a inclusão?		
5- A escola dispõe de recursos didáticos e tecnológicos necessários para o trabalho com alunos com deficiência?		
6- Como é elaborado o plano de aula dos professores que tem em sala de aula alunos com algum tipo de deficiência? O plano é adaptado?		
7- Em sua sala de aula existe preconceito por parte dos demais alunos com relação aos que tem deficiência?		
8- Você aplica as mesmas atividades aos alunos com deficiência que aplica aos demais?		
9- Como os alunos com necessidades especiais reagem quanto às atividades diferenciadas?		
10- No projeto político pedagógico é abordada a questão da inclusão?		
11- Qual a principal dificuldade que você enfrenta durante o processo de inclusão?		
12- A metodologia de ensino utilizada para os alunos que tem deficiência tem objetivo de incentivar/preparar para serem inseridos ao mercado de trabalho? Cite pelo menos dois exemplos.		
13- A unidade educacional trabalha com alguma metodologia diferenciada para suscitar no aluno que tem deficiência vontade de ingressar no mundo trabalho?		
14- Os alunos que estudam nesta escola e que tem deficiência, ainda enfrentam barreiras arquitetônicas, atitudinal ou conceituais?		
15 - Que tipo de ação pode ser sugerida, no sentido de tornar eficaz a inclusão do aluno com deficiência na escola regular?		
16 - Uma das grandes barreiras a serem derrubadas está nos preconceitos em relação ao tema. Você acredita que a escola já superou essa barreira?		
17 - Há alguma questão que você gostaria de abordar que não está neste questionário?		

DADOS DO AVALIADOR:

Nome completo:

Formação Dr:

Instituição de Ensino:

Assinatura do Avaliador:
